

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E  
CIÊNCIAS HUMANAS NOME DO DEPARTAMENTO NOME DO PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO

LUIZ EDUARDO MARTINS DE FREITAS

***A Penitência em Mistérios de Lisboa, Livro Negro de Padre Dinis e O Ermitão do Muquém***

Versão Corrigida

São Paulo

2024

## ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

### Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): **Luiz Eduardo Martins de Freitas**

Data da defesa: **15/12/2023**

Nome do Prof. (a) orientador (a): **Paulo Fernando da Motta de Oliveira**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 26/01/2024



---

(Assinatura do (a) orientador (a))

Luiz Eduardo Martins de Freitas

**A Penitência em *Mistérios de Lisboa*, *Livro Negro de Padre Dinis* e *O Ermitão do Muquém***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fernando da Motta de Oliveira

Versão Corrigida

São Paulo

2024

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação Serviço de  
Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

F862p Freitas, Luiz Eduardo  
A Penitência em Mistérios de Lisboa, Livro Negro de Padre Dinis e O Ermitão do Muquém / Luiz Eduardo Freitas; orientador Paulo Motta Oliveira - São Paulo, 2024.  
147 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área de concentração: Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa.

1. CH794.7.12. I. Oliveira, Paulo Motta, orient.  
II. Título.

Luiz Eduardo Martins de Freitas. **A Penitência em *Mistérios de Lisboa*, *Livro Negro de Padre Dinis* e *O Ermitão do Muquém***. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Letras.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_

Julgamento \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_

Julgamento \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_

Julgamento \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_

Julgamento \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Prof. Dr. Paulo Motta de Oliveira, pela atenciosa orientação e por ter acolhido com afeição minhas ideias, dúvidas e inseguranças.

Ao meu companheiro, Mauricio, por sempre acreditar em mim e me encorajar em todos os meus projetos.

Ao Prof. Dr. Antonio Augusto Nery, à Prof. Dr<sup>a</sup> Luciene Marie Pavanelo e à Prof. Dr<sup>a</sup> Rosana Apolonia Harmuch pelas valiosas sugestões para esta pesquisa.

Aos meus pais, pelo amor incondicional.

Aos meus amigos Artur, Jéssica, Adriana e Ronaldo por sempre estarem disponíveis para escutar minhas inquietações e pelo incentivo.

À minha tia Marli Lina de Freitas, pela preocupação e pelo esmero com relação à minha formação.

À Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, pela oportunidade de realização do curso.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pela concessão da bolsa de Mestrado.

## RESUMO

FREITAS, Luiz Eduardo Martins de. **A Penitência em *Mistérios de Lisboa*, *Livro Negro de Padre Dinis* e *O Ermitão do Muquém***. 2023. 155f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Esta dissertação tem como objetivo principal a análise dos romances *Mistérios de Lisboa* (1854) e *Livro Negro de Padre Dinis* (1855) de Camilo Castelo Branco. Em nossa leitura, os penitentes são os personagens principais desses livros. Partindo desta premissa, procuramos descobrir por que eles ocupam papel de destaque nessas obras e o que eles poderiam representar. Para alcançarmos o primeiro desses objetivos, apresentaremos um panorama da ascensão do romance em língua portuguesa, bem como a situação do mercado editorial português do século XIX. Em relação ao segundo, mostraremos como o catolicismo foi preponderante na história de Portugal, inclusive na formação do reino. A hipótese levantada neste estudo é a de que Camilo dialoga com uma tradição de outros textos que têm como foco o catolicismo e uma visão messiânica. Ao seguir esse modelo, o autor foi capaz de transformar esses dois livros em sucessos comerciais. Defendemos que os penitentes são uma alegoria de Portugal. Sendo assim, da mesma maneira que eles precisam cumprir sua expiação e seguir a orientação divina, Portugal também precisaria receber o castigo divino e seguir os passos futuros indicados pela Providência. Inseridos em contextos de dissolução, em que vemos a passagem do Antigo Regime para a Idade Contemporânea, os penitentes podem ter representado um amparo para uma parte considerável do público leitor português da primeira metade do século XIX, que se sentia temeroso em relação às mudanças profundas que ocorreram. Inicialmente, a dissertação continha um breve cotejo com o romance brasileiro *O Ermitão do Muquém* (1869) de Bernardo Guimarães, que também tem um penitente como protagonista. Contudo, seguindo o parecer da banca, esta parte foi retirada.

Palavras-chave: Camilo Castelo Branco. *Mistérios de Lisboa*. *Livro Negro de Padre Dinis*. Penitência.

## ABSTRACT

FREITAS, Luiz Eduardo Martins de. **The Penance in *Mistérios de Lisboa*, *Livro Negro de Padre Dinis* e *O Ermitão do Muquém***. 2023. 155f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

The main goal of this dissertation is to analyze the novels *Mistérios de Lisboa* (1854) and *Livro Negro de Padre Dinis* (1855) written by Camilo Castelo Branco. We intend to find out why the penitents are the main characters in these novels and what they might represent. In order to reach the first of these objectives, we are going to present an overview of the rise of the novel in the Portuguese language, as well as the situation of the Portuguese editorial market of the nineteenth century. As for the second goal, we are going to show how Catholicism was preponderant in Portugal's history, including the formation of the kingdom. The hypothesis offered in this study is that Camilo dialogues with a tradition of other texts that have Catholicism and a messianic vision as a focus. By following this model, the author was able to make these two books a commercial success. We defend the idea that the penitents are an allegory of Portugal. Therefore, in the same way that the penitents need to fulfill their penance and follow the divine guidance, Portugal would also need to receive the divine punishment and follow the steps given by the Providence. Within contexts of dissolution, in which we see the passage of the Ancien Régime to the Contemporary Age, the penitents might have represented a comfort to a considerable part of the Portuguese public in the first half of the nineteenth century, that felt fearful towards the deep changes that occurred. Initially, this dissertation contained a brief comparison with the Brazilian novel *O Ermitão do Muquém* (1869), written by Bernardo Guimarães, that also has a penitent as protagonist. However, following the understanding of the Examination Board, it was removed.

Keywords: Camilo Castelo Branco. *Mistérios de Lisboa*. *Livro Negro de Padre Dinis*. Penance.

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução .....</b>	<b>10</b>
<b>2. O Catolicismo em Portugal .....</b>	<b>15</b>
2.1 Antes do século XIX .....	15
2.2 Século XIX.....	19
<b>3. Literatura Religiosa no contexto oitocentista luso-brasileiro .....</b>	<b>30</b>
<b>4. Justificativa da abordagem .....</b>	<b>35</b>
<b>5. Padre Dinis .....</b>	<b>38</b>
5.1 Os pais de Sebastião de Melo.....	38
5.2 De Sebastião a Benoît .....	43
5.3 O casamento de Benoît.....	58
5.4 O surgimento de Padre Dinis .....	78
<b>6. Anacleta .....</b>	<b>86</b>
<b>7. Pedro da Silva.....</b>	<b>100</b>
7.1 Pedro e o mistério de sua filiação .....	102
7.2 Pedro e a perda da inocência.....	120
<b>8. O desfecho dos protagonistas.....</b>	<b>139</b>
<b>9. Considerações Finais .....</b>	<b>141</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>143</b>

## 1. Introdução

Nesta dissertação teremos como objeto de estudo o romance *Mistérios de Lisboa* (1854) e a sua continuação, *Livro Negro de Padre Dinis* (1855), ambos de autoria de Camilo Castelo Branco. A versão original deste texto continha um breve cotejo com a obra *O Ermitão do Muquém* (1869), de Bernardo Guimarães; contudo, seguindo o parecer da banca, retiramos esta parte<sup>1</sup>.

Os personagens principais dessas obras camilianas são penitentes, pessoas que cometem crimes e passam a vida em uma expiação de seus pecados. Por vezes, mesmo sem cometer delitos, os penitentes são também apresentados como indivíduos que recebem a penitência hereditariamente, sendo destinados, pela Providência Divina, a sofrerem. Ao escolher este como o tema principal de suas obras, Camilo estava dialogando com uma longa tradição da cultura portuguesa e do mundo católico, em um sentido mais amplo.

A conceituação da penitência foi feita ainda durante o período medieval. Com o intuito de instruir tanto os fiéis, quanto os integrantes do corpo eclesiástico (responsáveis por ouvir as confissões e veicular a penitência exigida para cada pecado), foram criados compêndios que tratavam do assunto. Aqueles que não soubessem ler recebiam as instruções nas missas ou em eventos públicos realizados por membros da igreja. Dentre os religiosos que se ocuparam de realizar tal empreitada podemos citar São Tomás de Aquino (teólogo italiano do século XIII) e D. Diogo Ortiz (confessor do rei D. João II). O professor Leandro Alves Teodoro aborda o tema:

Por meio de uma linguagem metafórica tão cara aos principais teólogos da época, ambos buscaram, nesse sentido, orientar os leitores de seus tratados a reconhecerem o sacramento da Penitência como uma espécie de “escola” de reabilitação de pecadores, a qual poderia, segundo eles, corrigir as máculas de muitos fiéis, na medida em que os redirecionava para uma vida considerada mais virtuosa. Vista como caminho para atingir a salvação, como base para remissão dos pecados e como prática de exortação das virtudes, a confissão penitencial impôs-se, desse modo, a partir do século XIII, como um sacramento importante e que merecia a atenção dos compiladores eclesiásticos para confeccionarem livros específicos a seu respeito. (TEODORO, 2016, p.53).

Garcia de Resende, reconhecido por ter escrito, dentre outras obras, o *Cancioneiro Geral*, revela no livro *Crónica de Dom João II*, que o referido rei mantinha em uma caixa um desses livros que tratam da penitência, isto é, um manual de confissões. Além do aparato teórico, o monarca

---

<sup>1</sup> O leitor pode encontrar um artigo escrito por mim que trata da obra de Bernardo Guimarães em: ‘A Providência como formadora e mantenedora do Estado’. In: Ana Maria Leal Cardoso; Elane da Silva Plácido; Luciana Novais Maciel. (Org.). *Imaginários Literários: do regional ao histórico*. 1ed. Aracaju - SE: Criação, 2021, p. 73-87.

mantinha também um chicote para a prática da autoflagelação. O fato de até mesmo o rei seguir com afinco as recomendações penitenciais nos oferece um panorama de como o assunto era visto com seriedade e seguido, inclusive, nos estratos mais altos da sociedade portuguesa de então. Garcia Resende enaltece ainda mais a figura do monarca justamente por ser tão dedicado à penitência:

Nessa crônica, ao falar das qualidades de D. João II para legar exemplos de virtudes às gerações futuras, mostrou-se impressionado com as práticas penitenciais de seu retratado. Comentou, a esse respeito, que “o seu confessor, o bispo de Viseu, D. Diogo Ortiz”, o considerava um pecador, mas também “um singular penitente”. (TEODORO, 2016, p.51).

Religiosos medievais, cujos trabalhos foram traduzidos e publicados em Portugal, Martín Perez e Clemente Sánchez, “mostravam-se convictos de que a palavra ‘penitência’ poderia ser usada para dar nome não apenas à prescrição sentenciada pelo confessor, mas também ao ritual de purgação dos pecados e a toda demonstração de arrependimento pelo pecado cometido.” (TEODORO, 2016, p.55-56). O processo de purificação dos erros que a penitência trazia era ainda dividido em três partes diferentes:

Sánchez não deixa de comentar que a palavra “penitência”, quando usada para expressar a purgação dos pecados, poderia designar ainda três procedimentos diferentes, pois havia, segundo ele, “a Penitência solene, a pública e a secreta”. Desdobrando melhor seu raciocínio, explica que a Penitência solene possui esse nome “porque se faz com grande solenidade e se deve fazer dessa seguinte maneira: o fiel deve ir na quarta-feira de cinzas, que é o primeiro dia da quaresma, descalço à porta da igreja e, depois, por toda a quaresma, morar em uma cabana”. O confessor só poderia sentenciá-la, contudo, uma vez para cada fiel, e apenas quando este cometesse algum grave e escandaloso pecado que chegasse a prejudicar, de algum modo, a sua vila ou uma grande quantidade de pessoas. Em voga desde o século X, esta forma de penitência impunha uma série de interditos; por exemplo, depois de recebê-la, o fiel nunca mais poderia se casar nem mesmo usar roupas coloridas. Já a Penitência pública, segundo Sánchez, “se faz em público, mas não com solenidade”. Para ser imposta, o criminoso que cometesse algum pecado considerado hediondo, como homicídio, deveria ser advertido na frente de outras pessoas, durante as solenidades eclesiais, e orientado a realizar alguma peregrinação para purgar seu erro. Cumprindo uma espécie de ostracismo temporário, era forçado a isolar-se de seus familiares para se entregar a uma vida de orações e de comedimentos, isto é, distanciando-se de todas as pessoas de seu convívio, teria mais tempo, segundo os confessores, para refletir sobre suas falhas. (TEODORO, 2016, p.56).

Nos romances *Mistérios de Lisboa* e *Livro Negro de Padre Dinis*, a penitência é uma temática que claramente dialoga com essa tradição, que remonta ao período medieval, mas que aparece nos livros com contornos distintos e bem específicos. Primeiramente, nessas obras camilianas, não existe a necessidade de confissão dos pecados para que o penar ocorra. Além disso,

a sentença não vem de um sacerdote, mas sim diretamente de Deus. Outro ponto divergente é o de que a penitência dos personagens só termina com a morte, não tendo um prazo fixo como as que são sentenciadas por um membro da igreja. Ademais, a penitência, dentro da estrutura da igreja, é algo oferecido a todos os pecadores como uma maneira de se redimirem por falhas cometidas; ao passo que nos romances, os penitentes são personagens específicos considerados mais elevados que os outros exatamente por serem penitentes. Isto é, nas obras de Camilo que aqui analisamos, a penitência é imposta a poucos. Por fim, como já tratamos, uma outra especificidade desses dois romances é a de que um personagem pode se tornar um penitente por ter cometido algum crime hediondo ou pode receber a penitência como herança.

Pontuamos ainda que, quando o tema da penitência aparece nas obras de Camilo Castelo Branco, a primeira obra que nos vem à mente é *O Penitente* de Teixeira de Pascoaes, uma das mais importantes biografias camilianas. Pascoaes, já no início de sua obra, aproxima o escritor de sua produção literária:

Como a figura de Camilo transparece no verbo camiliano! Mistura-se a tudo o que forma o seu mundo literário, esse Portugal ou Purgatório gemente de almas penadas. [...] Se existe em Camilo um escritor romântico [...] existe nele também o ser humano ou metafísico, o interrogador da vida e da morte, e o terrível juiz da Providência. Não se lastima dela: criva-a de sarcasmos ou flechas, e ajoelha, diante duma cruz, banhado em lágrimas. Chegamos à blasfêmia e à oração, à própria essência do seu drama religioso em que surgem os heróis e as heroínas como irrompidas do fogo do inferno para o céu. É o mais alto de sua obra, onde se destaca a sua estátua em bronze, num pedestal do mesmo crepúsculo. Já não é o Camilo das freiras, dos brasileiros, da Praça Nova; é o Camilo do padre Dinis, do padre Bento, da Anacleto, da Bruxa, do Baltazar Pereira, num penhasco do Alvão, batido da neve e dos relâmpagos, - o Penitente. (PASCOES, 2002, p.26).

Nesta dissertação iremos tratar de alguns dos personagens mencionados no excerto (padre Dinis e Anacleto); contudo, diferentemente da reflexão de Pascoaes, não fará parte de nosso escopo analisar a penitência relacionando-a a aspectos biográficos de Camilo Castelo Branco. Ainda que façamos menção a alguns aspectos da vida de Camilo, não trataremos de como a biografia do autor se amalgama à sua produção literária. Além de Pascoaes, há ainda outro importante estudioso camiliano que une essas duas facetas. Em *Espiritualidade e Arte de Camilo*, António Diogo do Prado Coelho defende que toda a obra de Camilo deve ser interpretada do ponto de vista católico:

Dogma, o essencial da dogmática, e moral, uma fundamental moral evangélica, poderiam constituir o que não seria talvez grave abuso designar com o nome de literatura cristã, tanto mais que tudo isso é precisamente o que imprime carácter a toda a obra de Camilo, e carácter tão assinalado que, fora da órbita dessas ideias e sentimentos, ela não se explica. [...] Assim Camilo, ainda quando mais se apaixona e até desvaira, não deixa de ser, lá bem

no íntimo da sua inspiração criadora, um artista verdadeiramente cristão. (COELHO, 1950, p.39).

Embora o catolicismo ocupe um lugar de destaque nas obras de Camilo que selecionamos, trataremos delas de uma maneira que destoa da concepção apresentada nesse excerto. Isto é, a razão pela qual o tema surge não nos parece estar ligada à *moral evangélica* e nem à *dogmática*. É sabido, ainda, que a crítica especializada já abordou a questão de Camilo ter criado um personagem de si mesmo em suas obras. Sendo assim, a imagem de Camilo apresentada por Teixeira de Pascoaes e por António Diogo do Prado Coelho nos excertos acima pode ter sido um engodo preparado pelo autor de *Amor de Perdição*, algo proposital. De acordo com Paulo Motta Oliveira:

Primeiramente gostaria de notar que aqui se fala de uma *legenda que se cria*, pressupondo-se, assim, que a própria imagem de Camilo, construída em seus livros, é, também ela, uma ficção. [...] Se aceitarmos essa hipótese, podemos pensar que toda a prosa camiliana é uma prosa híbrida, em que o vivido e o ficcional se imbricam e se misturam de tal forma, que não é possível separá-los. (OLIVEIRA, 2016, p.341).

Apesar de sabermos ser possível encontrar uma ficcionalização do autor em suas obras, nosso foco será outro. No presente estudo, as questões abordadas serão analisadas em função da penitência, sendo ela o eixo central da análise. Porém, indo em uma direção diversa da que foi adotada por Teixeira de Pascoaes e por António Diogo do Prado Coelho, o que procuramos oferecer é uma chave de leitura do porquê os penitentes aparecem nos romances *Mistérios de Lisboa* e *Livro Negro de Padre Dinis* e o que eles podem representar nesses dois livros, mas sem relacioná-los estreitamente à vida de Camilo. Procurando uma metodologia que enxerga a obra de arte de maneira holística, o foco de nossa análise perpassa os textos literários, bem como uma reflexão acerca do contexto em que eles foram produzidos e as sociedades neles narradas.

No que concerne à estrutura da dissertação, primeiramente apresentaremos uma seção introdutória que contém informações que consideramos serem relevantes para a compreensão da análise a ser feita. A primeira parte traz um breve panorama da importância do catolicismo na formação de Portugal como um reino independente. Trataremos desse assunto porque defendemos que é possível que Camilo tenha selecionado o tema da religiosidade levando em consideração seu público leitor, que era conservador e não via com bons olhos as modificações trazidas pelo regime liberal. Isto é, o autor estava dialogando com uma longa tradição de textos focados em motivos

católicos e escolheu a penitência como tema central dos livros *Mistérios de Lisboa* e *Livro Negro de Padre Dinis* levando em consideração essa tradição.

Logo após, apresentaremos um resumo da história portuguesa na primeira metade do século XIX. O que justifica o trato com a história, e com as dinâmicas de mudança das classes sociais do século XIX, em nosso estudo é a hipótese de que os períodos históricos narrados nos dois livros não nos parecem ter sido escolhidos aleatoriamente. Defendemos que eles, de fato, estruturam a criação dos romances. Isto se dá porque as duas obras camilianas em questão apresentam em seus enredos sociedades em dissolução, retratando o fim do Antigo Regime e a passagem à Idade Contemporânea em dois países. Os penitentes estão inseridos nesses contextos de rompimento. No caso do *Livro Negro*, veremos essa ruptura através da Revolução Francesa e do regime napoleônico. No caso do romance *Mistérios de Lisboa*, o mesmo processo ocorrerá, desta feita através da Guerra Civil Portuguesa. Propomos que o fato de os penitentes viverem em meio a essas mudanças foi algo proposital e significativo na construção dos livros. Ao apresentarmos o panorama político do século XIX português, com especial enfoque na questão religiosa, acreditamos estar preparando o terreno para o estudo que realizamos dos dois romances.

Em seguida, trataremos brevemente do mercado editorial do período, utilizando dois exemplos de obras de sucesso que tinham o catolicismo como tema central. Explicitaremos as relações entre a ascensão do romance de língua portuguesa, a competição pelo público leitor e a transformação da imagem do escritor, que passa a ser visto como um profissional remunerado. Posteriormente, passaremos à parte central, a crítica dos dois romances de Camilo.

## 2. O Catolicismo em Portugal

O singular no povo português é viver-se enquanto povo como existência miraculosa, objeto de uma particular predileção divina. [...] a representação simbólica de Portugal é a da cruz de Cristo. De Ourique, onde, como a Constantino, mas na sua aparência de Crucificado e não apenas como signo, Cristo se mostra ao primeiro Rei de Portugal, até Fátima, a configuração simbólica do destino de Portugal como destino crístico condiciona não só a imagem do povo português como ator histórico, mas subdetermina a trama do imaginário social e a dramaturgia da cultura portuguesa no seu conjunto. (LOURENÇO, 1999, p.92)

Ao escrever os romances *Mistérios de Lisboa* e *Livro Negro de Padre Dinis*, Camilo Castelo Branco escolheu os penitentes como personagens centrais. Esse destaque a um tema de tradição católica não nos parece ter acontecido de maneira arbitrária. Com a publicação dos referidos livros, Camilo estava dialogando com valores e princípios que se faziam presentes na cultura portuguesa há vários séculos. Para mostrarmos essa relação entre os romances e essa tradição, abordaremos nesta seção como o catolicismo foi preponderante para Portugal em diversos períodos históricos. Seguiremos linearmente alguns dados da cultura portuguesa, desde a transformação do condado portugalense em um reino independente, até sua expansão imperial, impondo os ideais cristãos a outros povos que colonizou. O misticismo de matriz católica na sociedade portuguesa tomou diferentes contornos e constitui um longo e complexo campo de estudo. Destacamos que não é nosso intuito destrinchar em detalhes este intrincado tema. Entretanto, com o objetivo de mostrar como os dois livros de Camilo se ligam a este legado, indicaremos apenas alguns momentos da história portuguesa que revelam um grande apreço ao catolicismo.

### 2.1 Antes do século XIX

Por terem sido invadidos pelos mouros, os povos ibéricos tiveram, na época, como principal tarefa o que foi chamado de reconquista de seu território, processo que é concluído em Portugal no ano de 1249. Dom Afonso Henriques surge como uma liderança importante no condado portugalense após lutar contra a própria mãe, uma aristocrata castelhana, para que o condado fosse independente. Além de ter o reino vizinho como inimigo recorrente, havia também de se lidar com o invasor mouro. Dom Afonso Henriques lidera o movimento de reconquista e consegue expandir o domínio católico consideravelmente. O ápice de seus feitos militares se dá na Batalha de Ourique,

ocorrida em 1139. As tropas portuguesas, apesar de estarem em menor número, vencem os exércitos mouros e asseguram o domínio da região.

Séculos depois, ainda durante a Idade Média, surgirá um mito de que Jesus Cristo aparecera a Dom Afonso Henriques e profetizara que Portugal estava destinado a ser um reino independente e a levar a mensagem de Cristo ao mundo. Nesse sentido, os portugueses seriam o povo eleito de Deus. Sua existência era assim, desde o período medieval, construída do ponto de vista religioso. Como defende José Van Den Besselaar:

No reinado de D. João I deu-se a tomada de Ceuta, a primeira fortaleza conquistada aos infiéis fora do continente europeu. Neste clima de euforia nacional nasceu a lenda de que Cristo teria aparecido a D. Afonso Henriques no campo de Ourique, lenda que ilustra o lugar privilegiado de Portugal entre todas as nações cristãs e que, mais tarde, ampliada com elementos nitidamente messianistas, acabou por constituir um dogma fundamental do credo lusitano. (BESSELAAR, 1987, p.24).

A ampliação do catolicismo acontecia junto à ampliação do próprio reino. Sendo assim, é possível depreender que Portugal se mantinha e crescia junto às crenças religiosas. Besselaar também trata de um importante baluarte do messianismo português. Gonçalo Anes Bandarra, nascido por volta de 1500 na vila de Trancoso em Portugal, tinha a profissão de sapateiro, mas era também um poeta e profeta. Ele compôs poemas proféticos de cunho messianista. Muito embora seus textos possam ser compreendidos de diversas maneiras, a depender de quem faz a interpretação, o aspecto central e inegável que se percebe do futuro que Bandarra profetiza para Portugal é de que sua nação seria um grande Império:

O sentido fundamental das suas profecias não é enigmático. Portugal dará ao Mundo o grande Encoberto, que há-de desbaratar os exércitos dos Turcos na África, na Terra Santa na Ásia-Menor. Ele será coroado Imperador e inaugurará, juntamente com o Papa, a Monarquia Universal, em que todos os povos e todas as culturas se submeterão à Lei de Cristo. (BESSELAAR, 1987, p.24).

Durante a história portuguesa, o escolhido para liderar o referido grande Império não foi sempre o mesmo. Em diferentes momentos, religiosos davam este lugar de destaque a vários monarcas. Dialogando com esta tradição, anos depois de Bandarra, o padre Antônio Vieira, utilizará o catolicismo para justificar a expansão do Império e suavizar o derramamento de sangue perpetrado pelos portugueses no mundo:

Grande ânimo, valentes soldados, grande confiança, valorosos Portugueses, [...] que, como são vitórias dadas por Deus, este pouco sangue que derramastes em fé de seu poderoso braço, é prognóstico certíssimo do muito que haveis que derramar vencedores; não digo sangue de católicos, que espero em Deus que se não de desapaixonar muito cedo nossos competidores e que em vosso valor e em seu desengano não de estudar a verdade de nossa justiça; mas sangue de hereges na Europa, sangue de mouros na África, sangue de gentios na Ásia e na América. **Vencendo e sujeitando todas as partes do Mundo a um só império**, para todas em uma coroa as meterem gloriosamente debaixo dos pés do sucessor de S. Pedro. Assim o contam as profecias, assim o prometem as esperanças, assim o confirmam estes felizes princípios, que a divina bondade se sirva de prosperar até os fins felicíssimos que desejamos, que são os com que remata um sermão deste dia S. Bernardo [...] (VIEIRA, 1696 p.430, grifo nosso).

A crença que levava Vieira a enxergar Portugal como o ponto central da vontade divina, destinado a levar a palavra de Deus ao mundo, se relaciona com o mito de que Portugal seria o Quinto Império. Nessa linha de pensamento, há uma nova compreensão do episódio bíblico em que Daniel interpreta o sonho do rei Nabucodonosor. Nesta chave de leitura, o Primeiro Império teria sido dos assírios, seguido do persa, do grego e do romano. Portugal seria o quinto e último Império, o único com a presença espiritual e divina na terra. Os portugueses levariam todos os povos ao domínio de Cristo:

O primeiro sonho representava os quatro Impérios sucessivos na figura de uma estátua enorme, cuja cabeça era de ouro, o peito e os braços de prata, o ventre e as coxas de cobre, e as pernas de ferro, sendo de ferro também uma parte dos pés, mas de barro outra parte. Desprendendo-se, de repente, duma montanha, uma pedra feriu e despedaçou a estátua, crescendo até se transformar numa grande montanha, que acabou por encher a terra inteira. Esta pedra deu, em Portugal, origem ao “Quinto Império” [...] Eis o comentário de Vieira: “Aquela pedra [...], que derrubou a estátua e desfez em pó e cinza todo o preço e dureza de seus metais, significa um novo e Quino Império, que o Deus do Céu há-de levantar no Mundo nos últimos tempos dos outros quatro. Este Império os há-de desfazer e aniquilar a todos, e ele só há-de permanecer para sempre, sem haver de vir jamais por acontecimento algum a domínio ou poder estranho, sem haver de conquistado ou destruído, como sucedeu [...] aos demais”. (BESSELAAR, 1987, p.33).

Esse projeto imperialista foi executado em algum grau. O governo português de então impôs sua religião aos povos que colonizou através do uso da violência. Durante a primeira metade do século XVI, Portugal conheceu um período de grande prosperidade, oriunda das Grandes Navegações e da exploração de suas colônias. Contudo, um acontecimento fulcral para a cultura lusitana dá um fim a essa bonança. O rei Dom Sebastião (1554 - 1578) planejava retomar portos que os portugueses haviam perdido na África. O exército português é conduzido a uma batalha em Alcácer-Quibir. Por estarem em menor número e despreparados, os portugueses são derrotados e o corpo de seu inexperiente rei desaparece. Por um certo tempo, os lusitanos aguardaram que o rei

voltasse; porém, pelo fato de ele não retornar e por não ter deixado nenhum herdeiro, Portugal e Espanha passaram a compor um só reino, período conhecido como União Ibérica (1580 - 1640). Durante esse período, o misticismo presente na sociedade portuguesa há tanto tempo toma contornos mais específicos, algo diferente do Bandarrismo. Um grupo propõe que o rei voltaria e conduziria Portugal de volta ao seu período glorioso, o que ficou conhecido como Sebastianismo. De acordo com Besselaar (1987), o messianismo tem um povo oprimido que espera por um libertador enviado dos céus. O autor aplica o conceito ao contexto português:

Sem dúvida, aos sebastianistas não faltavam nem a fé obstinada na vinda de um imperador carismático, nem a esperança inabalável no estabelecimento de uma nova ordem política e social. Mas essa fé e essa esperança estavam, para eles, integradas numa visão nitidamente religiosa da história. O tipo de messianismo a que pertence o sebastianismo português é próprio de uma sociedade ainda não secularizada, digamos (embora o termo se preste a malentendidos) uma sociedade “sacral”. Nela, todas as áreas da vida individual e colectiva parecem directa e constantemente permeáveis à actuação do mundo sobrenatural. Tal messianismo é inconcebível sem uma fé religiosa, professada pela grande maioria da sociedade. (BESSELAAR, 1987, p.10).

A mesma tradição “mística” será interpretada de maneira um pouco diversa pelo já mencionado padre Antônio Vieira. Quando Portugal retomou sua independência, os sebastianistas se opuseram ao reinado do futuro Dom João IV, alegando que Dom Sebastião aguardava o momento certo de retornar. Padre Antônio Vieira, um dos expoentes do barroco lusófono, defendeu a restauração e os duques de Bragança, atrelando a história de Portugal a narrativas bíblicas; como na obra *Sermão dos Bons Anos* em que compara o tempo determinado para a circuncisão de Cristo aos 8 dias de idade, vinda no tempo certo, assim como a regeneração de Portugal que viria quando a vontade divina assim ordenasse. O excerto a seguir indica a crença de que Deus estava no comando dos destinos lusitanos:

O tempo assinalado nas Escrituras para a circuncisão era o dia oitavo, como se lê no Gênesis e no Levítico: *Die octavo circumcideretur infantulus*. E por isso se circuncidou Cristo, sem se antecipar, nem dilatar aos oito dias [...] Da mesma maneira se deu princípio à redenção e restauração de Portugal em tais dias e em tal ano, no celebradíssimo de 40, porque esse era o tempo oportuno e decretado por Deus; e não antes nem depois, como os homens quiseram. Quiseram os homens que fosse antes, quando sucedeu o levantamento de Évora; quiseram os homens que fosse depois, quando assentaram que o dia da aclamação fosse o 1º de Janeiro, hoje faz um ano; mas a **Providência Divina** ordenou se antecipasse, para que pontualmente se desse princípio à restauração de Portugal a seu tempo [...] (VIEIRA, 1696, p.413, grifo nosso).

De acordo com o pensamento evidenciado no excerto, é a Providência Divina que estipula o tempo para a restauração portuguesa e o seu agente, o Duque de Bragança. Avançando um pouco mais, veremos que no século XVIII, o marquês de Pombal se coloca contra o pensamento de padre Antônio Vieira e contra os jesuítas. Podemos incluir nesta perseguição também essa veia “mística” portuguesa:

No seu zelo de modernizar o país, o ministro de D. José I declarou guerra às velhas superstições, por serem incompatíveis com as ideias esclarecidas do século XVIII, e mais incompatíveis ainda com as suas ideias pessoais sobre o rumo a tomar em assuntos políticos e sociais, nos quais não deixava margem alguma para uma intervenção do Céu. Segundo ele, os sebastianistas eram falsos, sediciosos, temerários e infames. (BESSELAAR, 1987, p.137-138).

Apesar das tentativas de dissolução deste pensamento durante o período pombalino, o sebastianismo e a maneira de enxergar a sociedade sob uma ótica sobrenatural sobrevivem e chegam ao período oitocentista. Os romances que são centrais para este estudo foram publicados nesse período, bem como boa parte de seus enredos. Por isso, dedicamos a parte seguinte para sua discussão um pouco mais pormenorizada.

## 2.2 Século XIX

A alvorada oitocentista na Europa é marcada pelo processo de desagregação das estruturas do Antigo Regime, contestadas pelo emergir da Ideia Liberal, que entretanto havia sido concretizada em França em 1789. No período pós-revolucionário, os exércitos napoleónicos, ávidos de sentimentos imperialistas, invadem a Europa como mensageiros da trilogia “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. No âmbito deste comportamento paradoxal os Franceses penetram em terras portuguesas no ano de 1807. Esta data lapidar constitui para o nosso país, até certo ponto, uma fronteira que separa o Portugal Moderno do Portugal Contemporâneo. Desde então constata-se a afirmação crescente das ideias inovadoras que irão contribuir para edificar novas estruturas políticas, económicas, sociais e culturais. (TORRAL, 2007, p.194).

Trataremos nesta seção das mudanças ocorridas na sociedade portuguesa da primeira metade do Oitocentos. Longe de explorar profundamente todos os acontecimentos históricos do período narrado nos romances *Mistérios de Lisboa* e *Livro Negro de Padre Dinis*, nos interessa explicitar apenas o que julgamos ser mais relevante para a análise a ser feita.

No final do século XVIII, iniciou-se o processo de esfacelamento do que foi posteriormente chamado de Antigo Regime. Composto por três Estados, conferia privilégios para poucos ao custo do esforço de muitos:

No topo da pirâmide social encontrava-se a ordem mais próxima de Deus: o clero. Isenta de impostos à Coroa, do cumprimento do serviço militar e com tribunais próprios, esta ordem privilegiada usufruía do dízimo e vivia dos rendimentos das suas propriedades e bens. Não obstante, as diferenças entre alto e baixo clero eram evidentes, estando o primeiro reservado a segundos filhos da nobreza e aos mais altos cargos religiosos, possuindo influência na política e na corte, enquanto o segundo coordenava localmente a paróquia e orientava espiritualmente as comunidades. No segundo patamar encontramos a nobreza, ordem de maior prestígio que ocupava os principais cargos militares e administrativos, detinha grandes propriedades rurais e também não contribuía com impostos. [...] Sustentando as outras ordens através do pagamento de impostos e trabalho, o Terceiro Estado era o grupo mais heterogêneo, em virtude de abranger um conjunto variado de condições socioeconómicas. (FERREIRA; DIAS, 2016, p.116-117).

Outra característica do Antigo Regime é a ideia de que as pessoas nasciam em uma posição e estavam destinadas a sempre viver nela. Salvo exceções, a sociedade estratificada impossibilitava a ascensão social. O nascimento geralmente determinava a vida inteira. Acreditava-se que até mesmo as feições corporais eram indicativas de fidalguia ou ausência dela, crença que veremos presente nos romances *Mistérios de Lisboa* e *Livro Negro de Padre Dinis*. Estes dois livros apresentam a queda do Antigo Regime, que aconteceu paulatinamente pela Europa; iniciando-se com a Revolução Francesa e depois se alastrando pelo continente. Os franceses derrubaram a monarquia e guilhotinaram o rei Luís XVI, a rainha Maria Antonieta e diversos aristocratas. Alguns personagens que acompanharemos no *Livro Negro* são assassinados nesse contexto. Nesse período histórico, uma parcela do povo português se voltou às tradições messiânicas a que fizemos referência:

A crise europeia de 1789 a 1815 afectava Portugal na sua totalidade, ameaçando arrasarlhe as tradições religiosas e sociais e até a autonomia nacional; forçava-o também a dar contas da sua maneira específica de viver e da sua existência histórica. A ameaça externa e, ao mesmo tempo, interna fazia que muitos Portugueses, chocados pelos excessos da Revolução e amedrontados pela perspectiva de ficarem absorvidos por uma potência estrangeira, voltassem às fontes da sua história e, assim fazendo, se aproximassem dos sebastianistas, pelo menos, até certo ponto. (BESSELAAR, 1987, p.141).

Napoleão, que figura como um personagem no *Livro Negro*, assume o poder na França e inicia sua conquista de outros países europeus. Uma parte da população portuguesa via o militar francês sob uma ótica religiosa:

Para os sebastianistas, o Império burguês criado pelo génio militar e organizador de Napoleão devia ser um horror, fundado, como estava, em alicerces autonomamente humanos que restringiam a religião ao sector da vida privada. Era, para eles, a profanação do Império Sacral com que sonhavam, como a pessoa de Bonaparte lhes devia parecer a negação da grande figura do seu Rei Encoberto, uma espécie de Anti-Imperador de carácter diabólico. (BESSELAAR, 1987, p.142).

Com o bloqueio continental imposto por Bonaparte em retaliação à Inglaterra, Portugal passou a receber cada vez mais pressão dos dois países. A posição de neutralidade portuguesa foi tolerada por pouco tempo:

Em Lisboa, o Governo sujeitou-se ao “plano continental” do imperador, para evitar uma invasão francesa na Europa, ao mesmo tempo que procurava, secretamente, a compreensão da Inglaterra, a fim de prevenir algum ataque inglês ao Brasil. Conseguiu assim irritar ambas as potências. (RAMOS, 2009, p.426).

Por fim, Portugal aceita a exigência inglesa de transferir a corte para o Brasil. Embora essa decisão tenha sido feita de uma maneira forçada, o foco dado à colônia sul-americana era sustentado por dados empíricos:

[...] o Portugal europeu não constituía “a melhor e a mais importante parte da monarquia”. Entre metade e dois terços das receitas do Estado tinham origem no comércio que ligava o Brasil à Europa. Perder o Brasil seria perder quase tudo. (RAMOS, 2009, p.426).

Dom João VI, então príncipe regente, deixou um conselho no governo de Portugal Continental. Com a invasão dos franceses e os conflitos dela decorrentes, houve reação de uma parte do povo em diversas regiões do país. Na ausência do rei, a população se organizou para expulsar os invasores. Essas mobilizações foram motivadas, dentre outras coisas, pelo catolicismo: “Tratou-se de um levantamento em nome do ‘trono e do altar’, para defender o príncipe e a ‘santa religião’ contra os ‘hereges’ franceses.” (RAMOS, 2009, p.429). Ressaltamos que o que une o povo contra os invasores são dois pilares do Antigo Regime: o trono e a religião. Nesse período, o catolicismo era parte constitutiva do Estado e os exércitos de Napoleão eram uma ameaça à coroa e à religião católica. Sendo assim, ao defender o reino, protegia-se também sua fé. O excerto do historiador Rui Ramos nos traz a informação de que essa concepção agitou o povo até o ponto de se organizarem militarmente para a proteção de seu país e de suas tradições. Os portugueses combatiam não apenas os invasores, mas também suas ideias. Embora a guerra contra os franceses

possa ser vista como o começo da queda das instituições do Antigo Regime em Portugal, essa mudança se deu de uma maneira lenta e foi permeada de retrocessos, como veremos a seguir. Um dado que corrobora com a ideia de que os portugueses tinham um certo apego ao Antigo Regime, mesmo depois do fim da guerra contra os franceses, é o de que o messianismo vem à tona novamente quando as tropas de Bonaparte são derrotadas:

A consciência de ter detido os avanços dos invencíveis exércitos de Napoleão — o famoso *commencement de la fin* — enchia os ânimos portugueses de orgulho, como que a corroborar os sebastianistas de ser Portugal o povo eleito dos tempos modernos, predestinado a fornecer ao Mundo o verdadeiro Imperador da Monarquia Cristã. Assim, vemos que nesses anos se ia intensificando o interesse por assuntos proféticos, a manifestar-se em diversas edições, comentadas ou não, do Bandarra, o grande profeta nacional. (BESSELAAR, 1987, p.153-154).

Alheios a essa forte tradição lusa, os ingleses, na medida em que auxiliavam os portugueses nas batalhas, tomavam mais espaços de poder; até o ponto de o general Beresford se sentar na cadeira reservada para o rei no Teatro São Carlos. Além da crescente influência inglesa, o fato de Portugal ser colocado em segundo lugar em relação ao Brasil era um dos motivos de grande descontentamento:

A expansão do Brasil adquiriu, para o Governo do Rio, manifesta prioridade sobre os interesses do Portugal europeu. Em 1815, no congresso reunido em Viena pelas potências para acordar a paz geral na Europa, as instruções dadas aos delegados portugueses deixavam perceber uma certa disponibilidade para sacrificar Olivença à Banda Oriental do Rio da Prata – política que, aliás, esses delegados não seguiram. Portugal foi posto ao serviço do Brasil, fornecendo soldados (5000) e dinheiro (600 contos anuais) para conquistar Montevidéu (1817). (RAMOS, 2009, p.433).

O excerto evidencia uma discrepância entre o pensamento dos dirigentes em Portugal e o da corte do outro lado do Atlântico. Os delegados priorizavam o Portugal europeu. A divergência torna-se ainda maior quando consideramos que uma parcela significativa do povo português colocara sua vida em risco para defender o trono e a fé, para eles a monarquia e o catolicismo estavam unidos; ao passo que a corte no Rio de Janeiro fazia cálculos focados já em uma outra ordem de pensamento, concentrada na possibilidade de expansão do Brasil e os proveitos econômicos oriundos dessa estratégia:

**A monarquia, concebida até então como espaço de religião, tornava-se agora um espaço de comércio**, definido, conforme D. Rodrigo de Sousa Coutinho fixou num apontamento de defesa do tratado de 19 de Fevereiro, a partir de um “grande, belo e

simples sistema de liberdade”, contrário aos “privilégios” e “direitos proteccionistas” do passado. (RAMOS, 2009, p.433-434, grifo nosso).

Para Dom João VI e os ingleses, a monarquia não deveria mais ser baseada no catolicismo, mas sim no comércio. Contudo, vimos que a identidade católica foi o principal motivador de luta do povo português contra os franceses. Este choque de visões de mundo é o germe do que viria em seguida.

Mesmo depois do fim do conflito com os franceses, Portugal continuou a ser palco de privilégios ingleses: “Entre 1808 e 1820, Portugal viveu como uma colónia brasileira e um protetorado inglês.” (FERREIRA; DIAS, 2016, p.128). Beresford detinha amplos poderes e muitos portugueses, membros importantes do Exército e do comércio, eram substituídos por britânicos, que angariavam as promoções e cargos mais elevados. Aproveitando a ida de Beresford ao Brasil, um grupo chamado Sinédrio expulsou as tropas britânicas e exigiu a volta de Dom João VI, que retornou a Portugal no dia 3 de julho de 1821. Inicialmente, o monarca aceitou as bases escritas pelos liberais que iriam posteriormente formar a Constituição de 1822, já que temia uma revolta violenta como acontecera na Revolução Francesa. Dentre as principais mudanças que o documento trazia, destacamos a não obrigatoriedade de ser católico:

Em Março de 1821, as Cortes decidiram que todo o cidadão que se recusasse a jurar a Constituição perderia a nacionalidade e seria expulso do reino. Os portugueses já não eram forçados a ser “católicos”, mas tinham de ser “constitucionais”. (RAMOS, 2009, p.446).

Verificamos, portanto, que a nova palavra de ordem era a constitucionalização, limitando os poderes do rei, extinguindo privilégios e retirando a influência da igreja dos assuntos políticos e econômicos. Além disso, o clero foi fortemente impactado:

No seu conjunto, os mais atingidos foram os religiosos dos conventos, já que se consideravam estas instituições anacrónicas e com uma filosofia de vida impeditiva de progresso. A Carta excluía do pariato seus mais proeminentes elementos e ambos os documentos constitucionais negavam aos frades o direito de voto. [...] A condição social do Clero modificou-se para sempre. Mais de 5000 religiosos foram expulsos e extintas 448 casas de regulares... (MARQUES, 2002, p.176-177).

Dá-se o nome de Revolução Liberal a esse movimento que começou em 1820. O termo

“liberais” “era usado para designar os partidários do regime constitucional.” (RAMOS, 2009, p. 447). Nesse contexto da Revolução Liberal não houve grande participação do povo. O oposto do que acontecera nas Guerras Peninsulares. É digno de nota que o povo tenha se organizado em torno da religião para defendê-la, mas não o fez em torno da Constituição. O movimento constitucional e liberal impunha mudanças de cima para baixo:

Com efeito, o embaixador espanhol em Lisboa, José Maria de Pando, notou que o “baixo povo”, mesmo na capital, pouco participou: em Setembro de 1820, as proclamações deixaram-no na “mais estúpida apatia”, e as primeiras eleições, em Dezembro, não lhe despertaram “entusiasmo nem interesse algum”. O mundo dos liberais era o das “pessoas limpas” e dos homens – às mulheres nem sequer era autorizado assistir aos debates das Cortes. Nunca lhes passou pela cabeça integrar a população em geral, sem mais, no uso legal do poder, ou sequer governar para ela. (RAMOS, 2009, p.450-451).

A nova situação política não conferia a todos os cidadãos os mesmos direitos políticos. A título de exemplo desta discrepância entre o alto e o baixo estrato da sociedade, notemos que nesse momento, apesar de não exigirem que os votantes fossem detentores de terras (imposição comum em alguns outros países no período) o voto era um direito reservado apenas aos homens alfabetizados, que compunham uma diminuta parte da população. O conceito aparentemente democrático da Revolução de 1820 talvez escondesse os interesses da classe dirigente. O próprio conceito de cidadania era no mínimo duvidoso:

A “democracia” de 1820 não assentava no “baixo povo”, mas em “cidadãos”, e os “cidadãos” eram necessariamente “pessoas limpas”, instruídas e com os recursos necessários para levar uma vida independente, isenta das indignidades e sujeições inerentes à pobreza. [...] Nas eleições municipais de Lisboa de Outubro de 1822, não votaram mais do que 3573 pessoas numa cidade com cerca de 200 000 habitantes. (RAMOS, 2009, p.451).

A igreja e seus representantes estavam muito mais próximos do povo do que os liberais, que sequer incluíam os integrantes de camadas mais baixas em seu projeto de cidadania, por isso, não causa espanto que muitas das mudanças perpetradas pelo governo saído da Revolução de 1820 tenham desagradado a população:

Em 1821 e, sobretudo, durante o ano de 1822, uma série de decisões tomadas pelas Cortes e pelo Governo, [...] fizeram aumentar o descontentamento de camadas diferentes da população, quer a nível de Portugal quer do Brasil. Foram elas: a extinção da Inquisição [...] a suspensão dos noviciados; o projecto e, depois, a aprovação de uma Constituição que nivelava as três ordens, recusando ao Clero e à Nobreza quaisquer regalias; etc. [...]

a extinção de numerosos mosteiros e conventos considerados injustificáveis, etc. (MARQUES, 2002, p.561).

A decisão de atacar a nobreza e o clero teve uma resposta rápida. O infante D. Miguel, juntamente com sua mãe, realizou um golpe que levou Portugal de volta ao Antigo Regime. Em 27 de maio de 1823, D. Miguel foi à cidade de Vila Franca de Xira, onde “proclamou os direitos da Coroa e da religião” (MARQUES, 2002, p.563). Embora tivesse se comprometido a punir o infante, D. João VI fica ao seu lado, revoga a constituição e dissolve as cortes liberais. Note-se que D. Miguel associa os poderes da Coroa ao catolicismo, o que é, como já expusemos, uma das características do Antigo Regime. Por ter ocorrido na referida cidade, dá-se a esse acontecimento o nome de Vilafrancada.

Seguindo o sucesso do golpe, verifica-se um explícito caso de instrumentalização política do catolicismo: o infante se mostrava muito grato a Nossa Senhora da Rocha, uma devoção que começara de uma maneira costumeira, mas que foi aos poucos utilizada para apoiar o absolutismo. Em 1822, alguns jovens que caçavam um coelho, encontraram uma imagem de Nossa Senhora dentro de uma gruta em Carnaxide, região rural próxima a Lisboa. Nesse primeiro momento, o culto à santa era destinado apenas ao aspecto religioso. Porém, um dos documentos escritos por frei Cláudio da Conceição atrelava a imagem da santa aos ideais absolutistas de Dom Miguel e da rainha Carlota Joaquina: “Anunciava-se assim, formalmente, pela pena de frei Cláudio da Conceição, o papel desde cedo atribuído pelos inimigos do regime Constitucional implantado em 1820 à imagem aparecida em Carnaxide que a entronizava como padroeira e defensora do Trono e do Altar.” (FERREIRA, 2019, p.141). Razão pela qual, “D. Miguel, que emergia da Vila Francada como decidido defensor do absolutismo e líder da contra-revolução, conjuntamente com a sua mãe, iria mostrar-se sempre um seu fiel e particular devoto.” (FERREIRA, 2019, p.141).

Muitas pessoas, de todas as regiões do país, iam até Carnaxide por devoção à santa. Chegou-se à conclusão de que ela deveria ser transportada para a capital. Houve grande oposição ao traslado da imagem a Lisboa. Duas tentativas fracassaram, só na terceira vez, um regimento “comandado pelo próprio general Sepúlveda, comandante da guarnição de Lisboa e figura fulcral da Revolução de 1820, [...] conseguiu fazer acatar as ordens do governo, não sem antes o referido general ter sido agredido por uma habitante da localidade, indignada com a retirada da imagem.” (FERREIRA, 2019, p.144). O que pode ser mais um episódio de contraste entre o mundo das

instituições liberais e a religiosidade que movia o povo. Num esforço de atar sua imagem à da santa, a rainha chegou a enviar uma lâmpada de prata como presente.

D. João VI também participa da missa e do evento de transporte da santa, mas mantém uma posição mais moderada. Inclusive do ponto de vista político, tenta criar um governo que sintetizasse características do absolutismo com as ideias liberais que haviam vencido em 1820. A rainha e o infante não se satisfazem com isso e tentam tomar o poder em abril de 1824. Na chamada Abrilada, D. Miguel sequestra o próprio pai sob o suposto perigo que rondava o monarca. Mais uma vez, o infante se valerá da crença na proteção da santa para atingir seus objetivos: “D. Miguel teria mandado gravar a imagem de Nossa Senhora da Rocha dentro de um Coração de Jesus, distribuindo-a no dia 30 de Abril de 1824 pelos seus apoiantes em armas, a quem se dirigiu referindo a grande confiança que nela depositava.” (FERREIRA, 2019, p.146). Não obstante, D. João VI consegue, com ajuda estrangeira, dirigir-se a um navio inglês, de onde destitui D. Miguel de seu cargo como comandante do exército e o exila. O golpe dentro do golpe falha.

Havia, portanto, dois grupos contrastantes: os liberais e os miguelistas. Ambos haviam sido derrotados e tentava-se encontrar um meio-termo que apaziguasse os ânimos. Dom João VI, que poderia representar uma pacificação dos conflitos, morre no dia 10 de março de 1826, fazendo com que o primeiro na linha sucessória, o imperador do Brasil, Dom Pedro I (Dom Pedro IV em Portugal) tivesse que tomar uma decisão. Ele abdica do trono de Portugal em favor de sua filha, Dona Maria da Glória, desde que ela se casasse com o tio, Dom Miguel, e que a constituição que ele escrevera fosse seguida. Se esse plano tivesse sido cumprido, Dom Miguel teria reinado durante 11 anos e seus filhos teriam entrado para a linha direta de sucessão. Contudo, havia grande animosidade contra uma monarquia constitucional:

[...] as infantas D. Maria Teresa e D. Maria Francisca, cunhadas de Fernando VII e figuras influentes do absolutismo pleno, escreveram de Espanha ao irmão D. Pedro, reconhecendo-o como “legítimo rei e senhor” mas lembrando-lhe “a imensidade dos males” que tinham causado os constitucionais e exortando-o a que governasse “do mesmo modo que os [a Nação portuguesa] têm governado os seus antepassados”. Esta era também a opinião dos governos absolutistas da Europa e de um aguerrido e numeroso partido dentro de Portugal, que aceitaria um D. Pedro rei absoluto mas rejeitava um D. Pedro rei constitucional. (MARQUES, 2002, p.567).

Apesar de a princípio a constituição de 1826 ter sido seguida e de o casamento de D. Miguel com D. Maria da Glória ter acontecido por procuração, muitos não aceitavam essa resolução, de modo que havia muitos conflitos entre liberais e absolutistas. Por exemplo, podemos citar uma

sublevação da Guarda Real de Polícia, que contestava a Carta de 1826 “do ponto de vista religioso, com repúdio pela tolerância nela expressa para com outras religiões [...] e pelo facto de não se expressar formalmente que a religião católica seria a única permitida aos cidadãos portugueses.” (MARQUES, 2002, p.569). Mais uma vez o catolicismo surgia como motivação para levantes políticos. Além disso, o argumento de que D. Pedro não poderia ser imperador do Brasil e rei de Portugal ao mesmo tempo começou a se tornar mais frequente na opinião pública. O que colocava em dúvida a legitimidade de D. Pedro ao trono e levava à próxima figura na linha de sucessão: D. Miguel. Seu regresso do exílio,

não como regente e marido de uma rainha constitucional, mas como soberano absoluto de pleno direito, começou a ser anunciado por toda a parte e a figura mitificada do infante a ser identificada com um segundo D. Sebastião, redentor da Pátria espezinhada e envilecida. (MARQUES, 2002, p.569).

A princípio, Dom Miguel jura fidelidade ao irmão e à Carta Constitucional, comprometendo-se a entregar o governo a D. Maria da Glória quando ela atingisse a maioridade. Contudo, muitos viram o retorno do infante como “‘o lustre da Coroa, esplendor da religião e culto do verdadeiro Deus’.” (MARQUES, 2002, p.574). D. Miguel compõe os ministérios com pessoas que favoreciam sua ascensão ao trono e faz vista grossa a muitos papéis que circulavam pelo país ovacionando-o a tomar o controle total e extinguir a Carta Constitucional. No dia 7 de julho de 1828, D. Miguel efetua a contrarrevolução absolutista e toma o poder em Portugal como rei absoluto.

O período de Dom Miguel no poder compreende mais de seis anos: de março de 1828 a maio de 1834. Houve bastante resistência e numerosos liberais se rebelaram. A resposta aos insurgentes era intensa. Muitos foram assassinados, outros foram degredados. O regime miguelista se mantinha pelo uso da força e da violência. “Os exilados formavam um embrião de Estado, que em 1830 arranhou território, na ilha Terceira, uma das maiores dos Açores, onde resistiram e estabeleceram um Governo.” (RAMOS, 2009, p.470). Apesar do esforço dos liberais, faltava-lhes um importante aliado: D. Pedro. Devido à insatisfação enfrentada por ele no Brasil, abdica do trono em favor de seu filho em 7 de abril de 1831 e parte para a Europa com D. Maria.

Em julho de 1832, D. Pedro desembarca no norte do país e os liberais tomam a cidade do Porto.

Como antigo soberano legítimo, esperou ter o exército e o povo a seus pés mal desembarcasse. Os miguelistas, convencidos de que se dirigia a Lisboa, concentraram as suas forças na capital, o que permitiu a D. Pedro desembarcar sossegadamente 7500 soldados e ocupar, sem resistência, o Porto (9 de Julho de 1832). (RAMOS, 2009, p.471).

Tem início a Guerra Civil, que durou até maio de 1834. Abordamos anteriormente, como a santa Nossa Senhora da Rocha foi instrumentalizada por Frei Cláudio da Conceição para defender a causa miguelista. Um outro religioso fará o mesmo pelo outro irmão beligerante, desta feita, utilizando-se dos textos de Bandarra:

Frei António do Carmo era um liberal notório e adepto fervoroso de D. Pedro IV; dele não se poderia esperar senão um comentário liberal. Com efeito, a sua interpretação das trovas é francamente liberal. Para ele, o Rei prometido por Bandarra é D. Pedro IV, que, provindo do Brasil, a 8 de Julho de 1832 desembarcou com 7500 homens em Pampelido. O sapateiro de Trancoso profetizou o triunfo da causa liberal! Este comentário de 1833 foi o último a defender o carácter profético das trovas do Bandarra. (BESSELAAR, 1987, p.160).

Ao fim do conflito os liberais saem vencedores. D. Miguel é exilado novamente. Com Dom Pedro IV no poder, esperava-se estabilidade, todavia: “O fim da guerra civil em 1834 não trouxe a paz. Entre 1834 e 1851 houve pelo menos cinco golpes de Estado com sucesso e duas guerras civis (1837 e 1846-1847)” (RAMOS, p.478, 2009).

D. Pedro morreu em setembro de 1834 e a rainha D. Maria II, com apenas 15 anos, teve de lidar com o Setembrismo, o primeiro de muitos desafios que enfrentaria em seu reinado instável. O movimento foi nomeado desta maneira por ter seu início em setembro de 1836, seu objetivo era retomar a Carta Constitucional de 1822. A rainha Dona Maria II foi forçada a aceitar as suas exigências. Porém, como já era de se esperar, houve resistência. O Setembrismo causou “uma sucessão de conspirações, de golpes de Estado, de movimentos revolucionários e até de guerras civis - em 1836, 1837, 1838, 1840, 1842, 1844, 1846, 1847, 1848 e 1851 - entremeados de eleições que os corroboravam quando triunfantes.” (MARQUES, 2002, p.597).

Não é nosso foco pormenorizar todos esses conflitos, porém, convém apresentar alguns deles que foram sintomáticos do embate que pensamos ser central desse período: de um lado as estruturas do Antigo Regime (catolicismo como parte do Estado, maneiras de viver arcaicas) e do outro o Liberalismo (novas tecnologias, separação entre religião e Estado, separação entre os poderes, etc). Encontramos exemplos relevantes desse embate nesse período, já que em “1845 e começos de 1846 assinalaram-se ainda motins contra a introdução de máquinas na indústria

(Covilhã) e contra a obrigatoriedade dos enterros fora das igrejas.” (MARQUES, 2002, p. 606).

Na revolta da Maria da Fonte (1846), mulheres, instigadas pelo clero, opuseram-se a uma lei que proibia enterros em igrejas. Depois de algumas prisões, houve ainda mais insubordinação e os homens também se juntaram ao movimento. Diversos grupos (miguelistas inclusive) tentaram obter ganhos políticos com a insurreição. A revolta foi reprimida e a lei que a causara, momentaneamente, revogada. Esse movimento foi um reflexo do embate entre as duas visões de mundo, já que consistiu em:

[...] uma revolta do campo contra a cidade, do localismo contra a centralização, da tradição contra a modernidade, da religião contra a Maçonaria, dos fidalgos e terratenentes locais contra a nova nobreza e a burguesia endinheiradas, em suma do Antigo Regime contra o Liberalismo. Era o estrebuchar final de um mundo agonizante e ultrapassado. (MARQUES, 2002, p.608).

Diante de tantas revoltas, motins e guerras civis, buscava-se uma solução apaziguadora que garantisse a paz. É nesse contexto que se inicia a Regeneração (1851 - 1868), um período de estabilidade e de grande avanço tecnológico em Portugal, tendo como sua principal figura António Maria Fontes Pereira de Melo. A despeito disso, pode-se dizer que as regiões rurais se mantiveram afastadas desse progresso. Mesmo muito tempo depois da vitória liberal, conseguida em 1834, as mudanças alcançavam apenas parcialmente aqueles que não eram considerados propriamente cidadãos:

Do ponto de vista dos liberais, a população não constituía um ‘povo’, porque sempre conceberam um ‘povo’ como um conjunto de cidadãos instruídos, prósperos e participativos. Daí o desabafo de Fontes na Câmara dos Pares, a 24 de Março de 1884: ‘O país real, o das montanhas e diferentes localidades, é indiferente a tudo aquilo que nós aqui fazemos.’ (RAMOS, 2009, p.517).

A ruptura ocorrida na Europa acontece em Portugal de uma maneira lenta e com recuos. Além disso, não atinge a totalidade dos portugueses da mesma maneira. Besselaar defende que após a Revolução Liberal de 1820, “Portugal passou a interpretar o seu destino histórico à luz de ideologias mais racionais, tais como o liberalismo, o socialismo, a democracia, etc.” (BESSELAAR, 1987, p.161). Contudo, defendemos que essa mudança abordada pelo autor foi gradual e atingiu os diversos grupos da sociedade portuguesa em momentos diferentes.

### 3. Literatura Religiosa no contexto oitocentista luso-brasileiro

Nesta seção, trataremos brevemente de dois livros que levam a penitência como tema principal. Como o catolicismo aparece na literatura oitocentista? Para respondermos a essa pergunta, nos parece ser necessário tratar brevemente da história do romance na lusofonia primeiro. O romance surge como a forma literária de expressão da burguesia. Essa classe social, que se impõe como dominante e toma o lugar da aristocracia, traz também uma nova estrutura artística para a representar. Há grandes diferenças que formalizam essa transformação social. A nobreza era educada para ler clássicos como a *Iliada*, a *Odisseia* e a *Eneida*, em suas línguas originais (grego antigo ou latim). Porém, a burguesia não consumiria livros que exigissem conhecimentos prévios sobre métrica e línguas clássicas; antes, buscaria alternativas mais acessíveis. Os romances eram escritos nas línguas vernáculas e tratavam de acontecimentos corriqueiros, o que era adequado para o novo público leitor, que, começava uma lenta, mas inegável expansão:

Essa ampliação, de acordo com as informações disponíveis, se deu particularmente entre as camadas médias - comerciantes, donos de lojas, trabalhadores administrativos e escriturários, e mulheres -, que passaram a ter à sua disposição novos tipos de leitura: os jornais, os periódicos, as revistas e os romances. Esses novos materiais de leitura tornavam-se mais acessíveis não só porque versavam sobre assuntos atuais e cotidianos e eram escritos num estilo de prosa mais próxima da fala do dia-a-dia, mas sobretudo porque não exigiam de seu público uma formação clássica. (VASCONCELOS, 2002, p.137 - 138).

Embora esteja tratando do século XVIII inglês, nos parece que a informação trazida por Vasconcelos pode também ser pensada, em que pese suas diferenças, no contexto luso-brasileiro do século XIX. Já que, apesar do pequeno número de pessoas alfabetizadas em Portugal e no Brasil, o romance foi se tornando paulatinamente a forma de entretenimento mais comum. Ainda tratando dos leitores oitocentistas:

[...] em 1850, enquanto a proporção da população alfabetizada era 70 % na Inglaterra e 55% na França, em Portugal era apenas de 15%. Mesmo a Espanha já possuía, na época, 25% de alfabetizados, índice a que Portugal só chegaria na virada para o século XX (CANDEIAS; SIMÕES, 1999). Ou seja, no período que principalmente aqui irá nos interessar, as décadas de quarenta e cinquenta do século XIX, a população alfabetizada em Portugal era em torno de 500 mil pessoas. Basta uma breve comparação com o Reino Unido para perceber o abismo que separa esses países. A população inglesa era de cerca de 16 milhões e 800 mil pessoas em 1851, o que levava o número de alfabetizados a quase 12 milhões (JEFFERIES, 2005). Assim o mercado editorial português deveria ser algo em torno de 5% do inglês. Por estes dados, mesmo que ainda aproximados, podemos perceber que dificilmente um escritor, em Portugal, poderia sobreviver se dedicando a um único

gênero: ou teria de transitar por vários, ou precisaria, necessariamente, manter-se com outros meios. (OLIVEIRA, 2011, p.250).

É neste momento (final do século XVIII, começo do XIX) que os escritores passam a não depender especificamente de um mecenas, e passam a vender seus livros como uma mercadoria. Conceber o escritor como um trabalhador remunerado, que vende sua arte para sobreviver, foi, e talvez seja até os dias de hoje, uma ideia que encontra resistência em determinados setores. Alguns artistas, como Camilo Castelo Branco, precisavam escrever de uma maneira que agradasse ao público. Além disso, havia também a preocupação das editoras, que eram especializadas, de modo que uma editora publicaria apenas romances históricos e outra só literatura religiosa, por exemplo. Camilo, sendo o primeiro escritor de língua portuguesa a viver do que escrevia, sentiu essas vicissitudes intensamente. Já que “para viver quase que exclusivamente do que ganhava como escritor, teve não só de manter um grande ritmo de produção — se pensarmos apenas nos romances por ele escritos, foram 12 na década de 50 e 30 na década seguinte — mas também produzir obras bastante diversas.” (OLIVEIRA, 2011, p.250).

Como o mercado editorial do período favorecia os escritores ingleses e franceses, a maioria dos livros consumidos em Portugal e no Brasil eram originais ou traduções de romances vindos desses países, de modo que os autores lusófonos tinham uma dura competição. Paulo Motta Oliveira, ao abordar os livros mais vendidos entre 1840 e 1860 em Portugal, traz um dado do crítico português Luís Sobreira, ele defende que:

[...] os best-sellers do nosso Romantismo foram: *A Virgem da Polónia*, de José Joaquim Rodrigues de Bastos; *Eurico, O Presbítero*, de Alexandre Herculano; *A Mão do Finado*, de Alfredo Possolo Hogan e *Maria! Não me mates, que sou tua mãe*, de Camilo Castelo Branco. Estas obras - respectivamente, um romance moral, um romance histórico, um romance de aventuras e um folheto de cordel – não são apenas representativas em termos quantitativos (tiragens) mas também em termos qualitativos já que através delas é possível conhecer melhor as coordenadas mentais, os gostos e as preferências literária e estética do público oitocentista. (SOBREIRA apud OLIVEIRA, 2011, p.252).

Dos grandes sucessos citados por Sobreira, selecionamos o que mais se assemelha aos trabalhos de Camilo que iremos analisar. “*A virgem da Polónia*, obra lançada em 1847 por José Joaquim Rodrigues de Bastos, foi o romance português que mais edições teve até 1860, cinco no total.” (OLIVEIRA, 2011, p.254). Nosso intuito ao citá-lo é o de elencar algumas características que parecem ter garantido o seu sucesso no mercado editorial de seu tempo. Características essas que acreditamos serem parecidas com as que Camilo lançou mão ao escrever os *Mistérios de*

*Lisboa e o Livro Negro de Padre Dinis*. O autor de *Anátema* já havia elogiado Bastos explicitamente em um artigo intitulado *A Cruz* em 1853:

O autor da *Virgem da Polónia*, e dos *Pensamentos Religiosos*, traduzidos no estrangeiro, conquistou pela sua virtude renome tão ilustre e duradouro como a sua nomeada nas letras pátrias. A virtude e o talento abraçam-se nas suas obras, como nos actos públicos da sua vida, que bem privada é hoje, porque as decepções dos homens desacoroçoaram para muitas coisas prestadias aquele nobre coração, e distinta inteligência. (*Apud OLIVEIRA*, 2011, p.254).

O crítico Paulo da Motta Oliveira também expõe, em linhas gerais, os pontos centrais da narrativa da *Virgem da Polónia* e da protagonista:

Se o livro foi, em suas três primeiras edições, sistematicamente ampliado, o tom geral da obra sempre se manteve: uma defesa acerba do Catolicismo e de seus valores. Neste aspecto a história de Maria é lapidar. Católica exemplar, recusa todas as propostas de casamento e passa a sua vida a realizar obras de caridade e a converter a todos à sua religião. Converte um ateu, um protestante, um judeu e um muçulmano, além de convencer um suicida em potencial a não se matar. Seus discursos ocupam inúmeras páginas, sendo, para um leitor de hoje — e imagino que mesmo para um leitor de finais do século XIX — a parte mais tediosa do livro. Curiosamente, se o livro defende uma perspectiva ideológica bastante conservadora, conjuga esta característica com elementos modernos, com uma visão acurada do que é a literatura de mercado. O autor era, sem via de dúvida, alguém bem informado sobre a situação de seu tempo e sobre aquilo que interessava a seus contemporâneos, e conseguiu, com habilidade, colocar estes temas em sua obra. (OLIVEIRA, 2011, p.255).

Defendemos que, assim como Bastos, Camilo Castelo Branco também estava ciente dos assuntos e do estilo de que os leitores estavam ávidos. Sendo assim, as características principais desse grande sucesso (defesa de uma moral católica, o respeito aos pais, a religião acima dos poderes temporais, etc.) podem ser encontradas nas obras de Camilo que analisaremos.

Ao que tudo indica, o autor de *A Corja* fez as escolhas certas, dando origem inclusive a uma peça de teatro de grande sucesso. O título da adaptação indica que não somos os primeiros a verificar um forte apelo aos penitentes:

Os *Mistérios* e o *Livro Negro* foram dos livros mais apreciados de Camilo, logo a seguir ao *Amor de Perdição*. [...] os *Mistérios* postos em cena em 1863, obtiveram notável êxito. Foi Ernesto Biester quem da novela tirou o drama *A Penitência*, que subiu à cena no D. Maria, em 23 de Maio de 1863 (nota-se pelo título que Biester, certamente com aprovação de Camilo, deu o maior relevo ao sentido moral da novela). [...] o espetáculo [...] repetiu-se sucessivas noites. (COELHO, 2001, p.187-188).

Em mais um indício do sucesso editorial das obras, neste mesmo excerto, Jacinto do Prado Coelho inclui uma nota de rodapé indicando que: “Tanto os *Mistérios* como o *Livro Negro* se editaram nove vezes até 1924.” (COELHO, 2001, p.187).

Como vimos a partir da *Virgem da Polónia*, a literatura religiosa tinha um grande peso no mercado editorial português oitocentista. Uma outra obra que teve muitas edições e cópias foi *A Missão Abreviada* do padre Manuel José Gonçalves Couto, de 1859. O teólogo Alberto Osório de Castro calcula em “140 000 o número total de exemplares impressos, no espaço de apenas 45 anos...” (CASTRO, 2001, p.94). Ainda sobre seu alcance:

O livro que escreveu e editou o Padre Manuel Couto teve uma larga difusão em Portugal. Atestam-no as sucessivas edições que, a partir de 1859, data da 1ª edição, se vão suceder até à 16ª, em 1904, já após a sua morte. E várias de 12 000 exemplares... Situando-nos num país cuja população só no final do século XIX atinge os quatro milhões, estabilizando durante quase todo esse século em pouco mais de três milhões, e onde o analfabetismo de grande parte da população é um facto inquestionável, forçoso é concluir que o livro [...] teve um notável êxito. (CASTRO, 2001, p.68).

Feito que não passou despercebido por Camilo, que a citou em seu romance *A Brasileira de Prazins*: “A exposição bibliográfica, feita nos tabuleiros, além das obras em brochura e encadernadas dos missionários, constava da *Regra de S. Bento*, da *Missão Aumentada*, da *Missão Abreviada...*” (CASTELO BRANCO, 1984, p.56).

A relevância de abordarmos sucintamente essa obra é a de que ela tratará intensa e repetidamente da penitência. Na *Missão Abreviada* o pecador é sempre chamado à remissão dos seus pecados, para que assim possa alcançar o céu. O arrependimento e o “pagamento” pelas faltas são para todos: “converte-te já para Deus, enquanto Ele te procura e convida para a penitência.” (COUTO, 1868, p.183). Nos romances de Camilo, contudo, ela aparecerá de uma maneira muito mais selecionada, apenas os personagens principais poderão realizá-la, como veremos mais à frente.

Diferentemente dos romances, que visavam entreter o leitor, a *Missão Abreviada* foi escrita baseada nas Missões Populares, movimento católico europeu que servia de ajuda às pessoas que quisessem realizar missões peregrinando até as áreas rurais mais afastadas, onde não havia presença de padres ou onde a formação do clero fosse deficitária:

As Missões Populares foram um instrumento essencial na evangelização europeia e também em Portugal, nomeadamente no século XIX [...] *A Missão Abreviada* surgiu como o prolongamento, por escrito, das Missões Populares. Pretendia sustentá-las e continuá-

las. Correspondeu a uma necessidade sentida por um clero de fraca formação e sem instrumentos pastorais simples, fáceis, compreensíveis e eficazes. Para usar a *Missão Abreviada* não era necessária grande formação: apenas que se soubesse ler! Daí uma adesão massiva do clero e das pessoas que possuíam alguma cultura, as que sabiam ler. Daí uma difusão explosiva por todo o país (mesmo na longínqua Índia!). (CASTRO, 2001, p.90-91).

Vimos que seu sucesso não ficou circunscrito apenas ao seu país de origem, alcançando as comunidades lusófonas pelo mundo: “É seguro afirmar que esse breviário circulou em vários movimentos religiosos em Portugal e no Brasil, tornando-se inclusive o ‘livro-guia’ de muitos desses contextos na segunda metade do século XIX e século XX.” (OLIVEIRA FILHO, 2019, p.327). O livro teve uma presença tão marcante que é até hoje utilizado por uma comunidade chamada Penitentes Peregrinos Públicos, localizada em Juazeiro do Norte - Ceará. De acordo com Roberto Viana de Oliveira Filho:

Quando Mestre José fundou essa irmandade na década de 1970, ele já havia garimpado uma série de livros antigos que, segundo ele, formariam a base ritualística desse grupo de penitentes, as chaves que abririam a porta para essa “rapa do antigo”. Entretanto, nenhum desses livros tinha maior destaque que a *Missão Abreviada*, este era tido como uma relíquia e só poderia ser manuseado por poucas pessoas. (OLIVEIRA FILHO, 2019, p.334).

Além disso, outra questão importante do período da primeira edição da obra é a de que os livros não deveriam corromper os bons costumes. Por isso, padre Couto também trazia uma consideração sobre quais obras poderiam ser lidas e o efeito devastador das que deveriam ser evitadas: “Ora como os inimigos da Religião espalham por toda a parte, e com a maior actividade, os seus maus livros para assim destruírem o catolicismo, nós devemos fazer outro tanto em favor da Religião e da Igreja...” (COUTO, 1868, p.5). Muitas pessoas tinham uma posição similar, preocupando-se com o efeito que os livros poderiam ter sobre a juventude e as mulheres; porém, “se a ficção tinha um forte apelo popular e principalmente os jovens iam lê-la de qualquer forma, seria mais adequado que ela contivesse uma boa dose de instrução moral” (VASCONCELOS, 2002, p.46). Essa poderia, talvez, ser uma solução que agradasse o público conservador e receoso de que seu lar fosse corrompido. Diante do exposto, defendemos que é possível que Camilo tenha escolhido, especificamente para as duas obras de que aqui tratamos, o tema de penitentes e uma defesa dos bons costumes para que sua audiência se sentisse contemplada.

#### 4. Justificativa da abordagem

É sabido que os penitentes aparecem em outras obras de Camilo, como *O Santo da Montanha* e *A Bruxa de Monte Córdova*. Entretanto, nossa escolha em tratar dos romances *Mistérios de Lisboa* e *Livro Negro de Padre Dinis* se deu por serem os primeiros livros do escritor português em que a penitência ocupa um papel de destaque. Pontuamos também que, embora haja uma fortuna crítica considerável sobre os romances selecionados, não encontramos muitos estudos que foquem especificamente sobre a maneira como esse tema é explorado nessas obras. Por isso, durante a análise, recorreremos apenas aos textos que tenham contribuições relevantes em relação à penitência nos dois romances camilianos que aqui analisamos.

Na primeira página do *Livro Negro* encontramos uma advertência ao leitor a partir de uma comparação entre o escritor, um ser humano comum, e padre Dinis, um penitente (cujos apontamentos foram utilizados para a escrita do livro). A seção começa com um dado inesperado, ao informar que o “*Livro Negro* não foi escrito para ser publicado em forma alguma, e muito menos em forma de romance.” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1189)<sup>2</sup>. A justificativa se dá pelo fato de que inicialmente padre Dinis teria oferecido o livro a seu pupilo Pedro da Silva, e posteriormente teria chegado às mãos do escritor que comunica aos leitores as alterações que precisou fazer para que ele se tornasse inteligível:

[...] não devia reproduzir-vos lealmente o livro. Dou-vos apenas as notas: comentei-as porque são fugitivas. [...] Quereis um romance; não quereis uma elegia. É preciso dar-vos um romance; uma biografia, uma história em capítulos; um enredo interessante de peripécias. E tendes razão. Se me dessem tal qual é, tal qual o encontrei o *Livro Negro de Padre Dinis*, lança-lo-ia de mim com o desalento do avaro, que abrisse um livro em que lhe são indicados mil tesouros escondidos, mas numa linguagem que ele não compreende, nem quer que os inteligentes lhe traduzam com medo que o atraíçoem. [...] Ledo como quem se recreia. Para isso comprais este livro. (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1191-1192).

O conteúdo original das páginas seria incompreensível para o público comum; contudo, Camilo mostra-se disposto a resolver o impasse. Conhecedor dos desejos de seus leitores, conhecimento este que pode ter sido ampliado em sua experiência na elaboração do romance

---

<sup>2</sup> Dado que utilizamos uma compilação que abriga ambos os romances, doravante situaremos o leitor com as siglas ML para *Mistérios de Lisboa* e LN para *Livro Negro de Padre Dinis*.

*Mistérios de Lisboa*, o escritor eleva ainda mais o protagonista e remetente das cartas que teriam dado origem ao livro:

O grande homem que rubricara com lágrimas essas páginas, não as escrevia para nós, **profanos**, que lhas não compreenderemos. [...] A verdade é que não sabemos ainda o **idioma das grandes agonias**, que parecem exilar o **mártir da sociedade dos homens** para a ideal convivência de não sei que espíritos, divinizados pelo sofrimento. [...] Era “homem” porventura padre Dinis? (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1189, grifo nosso).

Ressaltamos do excerto que o escritor e seus leitores são mundanos e por isso sequer seriam capazes de compreender o livro, uma vez que os penitentes possuem um idioma próprio. O fato de cada língua categorizar e interpretar o mundo de uma maneira única foi exposta por diversos linguistas. Conceitos importantes para uma comunidade linguística podem não ser relevantes para outra. O pesquisador José Luiz Fiorin aborda o tema:

A atividade linguística é uma atividade simbólica, o que significa que as palavras criam conceitos e esses conceitos ordenam a realidade, categorizam o mundo. Por exemplo, criamos o conceito de pôr do sol. Sabemos que, do ponto de vista científico, não existe pôr do sol, uma vez que é a Terra que gira em torno do Sol. No entanto, esse conceito criado pela língua determina uma realidade que encanta a todos nós. [...] As palavras formam um sistema autônomo que independe do que elas nomeiam, o que significa que cada língua pode categorizar o mundo de forma diversa. [...] Em português, dizemos *O carneiro é gordo* e *O carneiro está delicioso*. Em inglês, no primeiro caso emprega-se *sheep* e, no segundo, *mutton*. A mesma realidade é categorizada de modo diferente em português e inglês. (FIORIN, 2014, p.56).

Uma vez que o exercício do idioma dos penitentes cria conceitos caros apenas para eles e inacessíveis a outros seres humanos, defendemos que eles compõem uma casta separada do resto da humanidade. Sendo assim, é possível supor que eles estão acima dos indivíduos comuns.

Hipótese corroborada pelo camilianista Jacinto Prado Coelho:

Por 1854, o cristianismo de Camilo conciliava-se, pelo menos no plano da realização literária, com o gosto do tétrico e a crença supersticiosa em potências terríveis que intervêm nos destinos humanos. O padre Dinis, por exemplo, não é apenas um sacerdote cristão, um pecador arrependido: é um homem superior, tenebroso, com poderes extraordinários[...] (COELHO, 2001, p.186).

Destacamos ainda que o penitente é um mártir e que o sofrimento é uma maneira de divinizá-lo. O penar tem uma característica positiva. Tal como nas histórias de alguns santos, após

o cometimento de atos falhos, o pecador se arrepende e se transforma a ponto de ser exemplarmente virtuoso, operar milagres e se tornar mais próximo de Deus. É esse caminho, preconizado por uma moral católica, que veremos nos dois romances selecionados.

Camilo informa que escreveu os livros que analisaremos a partir de cartas que lhe chegaram às mãos. O romance *Mistérios de Lisboa* (1854) teria sido escrito baseado nos apontamentos de seu protagonista, Pedro da Silva. Sua continuação (lançada no ano seguinte): *O Livro Negro de Padre Dinis*, por sua vez, teria sido fundamentada no diário de padre Dinis, tutor de Pedro. Embora nenhum dos dois protagonistas tenha existido, o artifício da correspondência ou do manuscrito perdido foi utilizado por muitos autores do período para trazer veracidade aos seus trabalhos e assim fugir do receio que os romances ainda causavam no público leitor. De acordo com a professora Sandra Guardini Vasconcelos:

A desconfiança generalizada em relação à ficção obrigou muitos romancistas a mascarar a natureza ficcional de suas obras, escondendo-se atrás da figura do “editor” ou “relator” de fatos alegadamente reais, dos quais teriam sido testemunhas ou de que teriam tido conhecimento por meio de manuscritos que lhes chegaram às mãos não se sabe bem como. (VASCONCELOS, 2002, p.46).

A maioria dos acontecimentos que encontramos em *Mistérios de Lisboa* iniciam-se em 1815. Já o *Livro Negro* tem sua narrativa iniciada em 1780. Em ambos os livros encontramos muitos personagens, com tramas longas e, por vezes, um pouco labirínticas. Por isso, acreditamos ser mais eficaz seguirmos a ordem cronológica dos fatos, ainda que seja necessário mesclar os dois romances. Embora tenhamos os protagonistas como fios condutores, trataremos também de personagens relacionados a eles quando julgarmos que há relevância em fazê-lo.

## **5. Padre Dinis**

É crucial notar que os únicos personagens que podem enviar suas cartas para que o editor conte suas histórias são Pedro e padre Dinis, por isso, consideramos estes dois personagens como protagonistas. Esta é a razão pela qual organizamos a parte central da dissertação, a crítica, em relação aos dois protagonistas. Nesta seção, nosso foco se dará sobre o primeiro protagonista, do ponto de vista cronológico, padre Dinis e como ele iniciou sua penitência. Analisaremos vários personagens que têm relação com ele (seus pais, sua esposa, seu rival, etc.). Pontuamos também que este personagem teve muitos nomes, dentre eles citamos: Sebastião de Melo, Benoît de Montfort, padre Dinis Ramalho e Sousa, Sabino Cabra...

Nesta parte, mostraremos como a penitência esteve sempre próxima deste personagem, desde o início de sua vida. Apresentaremos também suas origens, seu desenvolvimento e passagem para a vida adulta. Ao final desta seção, apontaremos como a penitência se impôs como um mandamento divino do qual ele não poderia escapar.

### **5.1 Os pais de Sebastião de Melo**

Padre Dinis, um dos protagonistas, só irá descobrir sua própria história em 1832, ao visitar frei Baltasar da Encarnação. O ancião, que posteriormente revelará ser seu pai, diz tê-lo escolhido para revelar o segredo de sua vida. Seu relato se inicia no ano de 1777. O personagem principal deste relato é Dom Álvaro de Albuquerque, que é o próprio frei, embora ele só revele a sua identidade ao final de sua exposição. Ele contava então 23 anos de idade, e levava uma vida desregrada. Integrante de uma importante família aristocrática portuguesa, gastava seu dinheiro com frivolidades e criava escândalos devido aos seus romances curtos com muitas donzelas.

Em um baile, o rapaz encontra o conde de Viso e sua esposa, Silvina. O conde fica feliz ao saber que D. Albuquerque também nutria um grande ressentimento pelo marquês de Pombal. O conde detesta o protegido de Dom José I por ter sido expulso da corte, já Álvaro o odeia porque seu pai havia sido preso por ordens de Pombal. O ódio mútuo é o que os une.

Com a morte de Dom José I e a conseqüente ascensão de Dona Maria I ao trono, o conde de Viso é chamado a retornar à corte:

Nesse ano, era em 1777, morreu D. José. A notícia desta desejada morte implicava a queda do valido. O conde delirou de contentamento, e mais ainda quando D. Maria o chamou a assistir à sua aclamação, na qualidade de gentil-homem da sua real câmara, para que fora nomeado. O general partiu para Lisboa. A sua paixão única era aquela. Realizavam-se-lhe os sonhos ambiciosos, esqueceu as insignificâncias do amor que o rodeavam, olharia para a mulher como um empecilho ridículo, se lhe dissessem que a levasse consigo. (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.516).

É curioso que o conde veja sua esposa como um estorvo em assuntos fora da esfera doméstica, mas que só tenha podido retornar à sua posição anterior graças ao desejo da nova soberana, uma mulher. O conde é caracterizado como um homem bruto, tendo uma relação distante com sua companheira. Aproveitando-se desse estranhamento entre o casal, Álvaro tenta se aproximar de Silvina e, apesar de uma inicial repulsa por parte dela, eles se apaixonam verdadeiramente.

Com a ausência do conde, Silvina e Álvaro vivem juntos por 11 meses, até que são descobertos. Pelo medo das reações do marido traído, decidem partir para Veneza. A condessa descobre que estava grávida e compartilha com Álvaro que poderia morrer durante o parto. Vários médicos são chamados, mas nenhum deles traz qualquer boa nova com relação à delicada situação em que se encontravam. Aquilo que temiam acontece e Silvina morre dando à luz um menino. Tomado pelo desespero, Álvaro deixa seu filho aos cuidados do primo, responsável pelos assuntos de Portugal em Roma e decide seguir uma vida monástica. A religião aparece como um refúgio quando não há nenhuma outra opção. Nas palavras do próprio frei:

[...] as minhas crenças religiosas nasceram naquele instante. Sem Deus, há punhaladas incuráveis. Não caí morto! [...] Foi aí, na basílica de Santa Maria dos Anjos, encostado à pia baptismal [...] que me feriu de repente o pensamento de ser frade. Não foi o amor à religião, não era adjudicar-me aos cilícios, e à Tebaida mortificada de jejuns e disciplinas... era a necessidade de realizar em mim a derivação da palavra monge... TRISTE E SÓ. Isto era maior valentia que o suicídio. [...] Concebi de um relance todo este drama de dores escondidas aqui, não sei há que tempo, há que séculos... O tempo da minha alma não se conta... Decrépito aos vinte e quatro anos, não sei como tem sido este durar... É um prodígio de organização... um milagre, talvez...

Dominava-me o indomável desejo de voltar a Portugal... Queria o meu martírio aqui no meio dos meus, mas só comigo [...] (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.520 - 521).

Sua terra natal é a eleita para que Álvaro se torne um religioso, isolando-se do mundo secular. Portugal, de certa maneira, é associado ao penar e à morte. Com o falecimento de seu primo em Roma, frei Baltasar desconhece o destino da criança. Por isso, o reencontro acontecerá

54 anos depois. Após contar sua história e confirmar que efetivamente encontrara seu filho, o frei tem um acesso de loucura. Enquanto os médicos tentavam, inutilmente, salvar a vida de Baltasar, os monges rezavam pela sua vida. Ele acorda apenas para veicular a última mensagem a seu filho:

Morro... quando devia morrer... Precisava de entregar o meu depósito... Meu filho, herdas de mim os ossos de tua mãe... Aquele caixão deve, por fim, entrar comigo na mesma sepultura... Cumprirás... não pergunto... sei que cumprirás o legado de teu pai. Padre Dinis ajoelhou. O frade estendeu-lhe a mão sobre a cabeça... Quando a retiraram estava fria. [...] À hora em que devia surgir no púlpito o orador, que ninguém esperava, convergiram para ali todos os olhos. Viram, majestoso de incutir terror, entusiasmo e devoção, o levita de vestes negras, os raros cabelos eriçados, a maceração no rosto e tremor convulso nos lábios. Era padre Dinis. (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.530).

O momento da morte de frei Baltasar ocorre, segundo ele, na hora certa, como algo predestinado. A cena macabra, tópico tão presente no romance, era um artifício comum para aquele período: “Camilo subordina-se também ao gosto da época quando se deixa impressionar pela literatura misteriosa e macabra de Ana Radcliffe, que refere, por exemplo, em *Mistérios de Lisboa* [...]” (REIS; PIRES, 1993, p.190). Embora tenha importado o artifício de autores estrangeiros, a especificidade que aqui encontramos é a de que ele aparece em um contexto religioso, em que Deus está, supostamente, no controle. Anteriormente vimos que a vontade de Deus foi utilizada como justificativa para o surgimento de Portugal como reino independente e também para a expansão do Império (milagre de Ourique, sebastianismo, Quinto Império...); no entanto, os desejos divinos parecem ter sido alterados, uma vez que eles passam a orientar o sofrimento e a morte dos penitentes. No lugar da glória e do crescimento, os personagens ficam vinculados ao pesar e à ruína.

Ainda no escopo de compararmos as maneiras através das quais os desígnios do céu surgem como interpretações da trajetória lusitana, citemos o raciocínio de Eduardo Lourenço, que defende o nascimento de Portugal como algo

[...] da ordem do *injustificável*, do *incrível*, do *milagroso*, ou, num resumo de tudo isso, do *providencial*. É de uma lucidez e de uma sabedoria mais fundas que a de todas as explicações positivistas esse sentimento que o português teve sempre de se crer garantido no seu ser nacional mais do que por simples habilidade e astúcia humana, por um poder outro, mais alto, qualquer coisa como *a mão de Deus*. Esta leitura popular do nosso destino colectivo exprime bem a relação histórica efectiva que mantemos connosco mesmos enquanto entidade nacional. Nela se reflecte a consciência de uma congenital fraqueza e a convicção mágica de uma protecção absoluta que subtrai essa fragilidade às oscilações lamentáveis de todo o projecto humano sem a flecha da esperança a orientá-lo. (LOURENÇO, 2009, p.25, grifo nosso).

De acordo com Lourenço, a manutenção da existência lusitana se apresentava aos próprios portugueses como algo ligado mais à providência do que aos feitos humanos. Defendemos que no século XIX, a crença de que a providência apresentava o caminho aos lusitanos continuará; porém, desta feita, será uma trajetória vinculada à morte, ao fim do Império, à condenação da colonização cruel perpetrada em territórios ultramarinos. Em suma, a vontade divina, à qual Portugal sempre se curvara, parecia apontar outros rumos.

Esta especificidade do período oitocentista foi constatada por Lourenço. Embora estejamos tratando da morte de frei Baltasar, veremos que para o filósofo, existia um outro frei que ocupava papel de destaque na cultura lusitana:

Em nenhum tempo do seu percurso a existência nacional foi vivida em termos tão esquizofrênicos como no século XIX. No centro desse percurso está simbolicamente o “ninguém” do *Frei Luís de Sousa* e, na dramática e quotidiana realidade, um país pela primeira vez posto na balança da Europa que era ao mesmo tempo a dos seus interesses e das suas ideologias, tapete de guerra civil ou monarquia a salvar com invasão de estrangeiros. Aberto com a fuga da família real para o Brasil, o século liberal termina com a liquidação física, se não moral, de uma monarquia a quem se fazia pagar, sobretudo, uma fragilidade nacional que era obra da nação inteira.

O século XIX foi o século em que pela primeira vez os portugueses (alguns) *puseram em causa, sob todos os planos, a sua imagem de povo com vocação autónoma, tanto no ponto de vista político como cultural.* (LOURENÇO, 2009, p.29-30).

Neste momento em que, pela primeira vez, os portugueses colocaram-se a pensar seu país, surgiu, de maneira preponderante, o tema da morte de Portugal. O crítico Paulo Motta de Oliveira, ao analisar o assunto, traz uma citação de João Medina:

A obsessão da decadência nacional, dum progressivo e inelutável declínio de todo o País, complexo de morbos, reações, profecias e desesperos que podíamos resumir na expressão de miséria portuguesa, atravessa todas as grandes obras literárias da segunda metade do séc. XIX português, embora se fizesse sentir, velada, surda, mas às vezes lúcida e consciente, na primeira metade da centúria, por exemplo num Garrett ou num Herculano, cujos espíritos, aqui e além, se deixam avassalar pelo sentimento dum ocaso da grei sobre a qual pesavam prenúncios de catástrofe [...] em todo o nosso séc. XIX e começos do século seguinte se escutam as Cassandras, ora irônicas, ora patéticas, a vergastarem o ar com os brados, as maldições, os trenos e as súplicas dum verbo que, de indignado se faz rouco e por fim, áfono. (MEDINA, 1974, p. 33-35 apud OLIVEIRA, 2021, p.17-18).

De acordo com Paulo Motta, essa decadência estará presente em algumas obras, dentre elas *Frei Luís de Sousa* de Almeida Garrett. O enredo central da peça consiste no desaparecimento de

D. João de Portugal, que lutara na malfadada batalha de Alcácer-Quibir. Sua esposa, Madalena, o procura por muitos anos, e acaba, no fim das contas, por se casar novamente, desta feita com D. Manuel Coutinho, com quem tem uma filha. Devido à situação política oriunda da União Ibérica, os espanhóis podem requisitar a casa de D. Manuel Coutinho. Interpretando essa exigência como uma afronta a Portugal, D. Manuel Coutinho queima seu palácio e ordena que todos da casa passem a viver na antiga casa de Madalena. Esse será o palco para o retorno de D. João de Portugal, que apresenta um aspecto muito mais velho do que teria em sua idade, e destrói a nova família. Ao ser indagado sobre quem era, D. João de Portugal repete várias vezes ser ninguém. Madalena e D. Manuel se entregam à vida religiosa e sua filha morre. Uma vez que não existem mais possibilidades de viverem no mundo comum, os votos religiosos são a única saída possível para os penitentes e para os personagens dessa peça também. Para Oliveira,

a característica central desse drama de Garrett é a de mostrar a impossibilidade de situar-se Portugal no tempo, pois ele não possui um tempo em que possa existir. Se o passado - D. João de Portugal - é já *ninguém*, um ser sem espaço no presente, o próprio presente não se constitui enquanto um novo espaço em que a existência seja possível. O presente - Manuel Coutinho - destrói seu palácio e [...] *enterra-se fora do mundo, da História*. (OLIVEIRA, 2021, p.21).

Fica claro, com mais esse exemplo, que Portugal buscava encontrar seu lugar no mundo. Ao que tudo indica, renegando seu passado imperial. Defendemos que assim como Manuel Coutinho - que se tornou frei Luís de Sousa - Álvaro, ao se tornar frei Baltasar da Encarnação, poderia representar essa saída da História. A religião apresenta a única possibilidade de continuação de existência, ainda que diferente.

É também no período oitocentista que o pensamento de que Portugal poderia deixar de existir foi ganhando cada vez mais força, a ponto de no final da centúria até mesmo Eça de Queiroz considerar o fato como inevitável:

Em Agosto de 1891, o escritor Eça de Queiroz desabafava com um amigo: “Eu creio que Portugal acabou. Só o escrever isto faz vir as lágrimas aos olhos – mas para mim é quase certo que a desapareção do reino de Portugal há-de ser a grande tragédia do fim do século.” [...] O pessimismo era geral. Em 1894, na terceira edição de *Portugal Contemporâneo*, Oliveira Martins voltou à pergunta de Mouzinho da Silveira: “Há ou não há recursos bastantes, intelectuais, morais, sobretudo económicos, para [Portugal] subsistir como povo autónomo, dentro das estreitas fronteiras portuguesas?” (RAMOS, 2009, p.540).

Ao abordarem a morte na literatura portuguesa, os historiadores Edianne dos Santos Nobre e Jucieldo Ferreira Alexandre defendem que ela é, além do fenômeno físico, também algo da dimensão sociocultural:

A multiplicidade de ritos, práticas, discursos religiosos, literários e científicos, obras iconográficas e tantas outras produções humanas engendradas ao longo do tempo e dedicadas ao morrer dão indícios dos contextos históricos em que foram produzidas, bem como das mudanças sofridas temporal e espacialmente na forma de conceber o período derradeiro da existência humana, demonstrando que as representações da morte são engendradas no social[...] (NOBRE; ALEXANDRE, 2011, p.101).

Sendo assim, defendemos que as mortes dos penitentes, como a de frei Baltasar, carregam os valores socioculturais do Portugal oitocentista: o medo de que a nação deixasse de existir, mas que vê uma esperança de continuidade dentro de um conceito de espiritualidade<sup>3</sup>.

## 5.2 De Sebastião a Benoît

Ficamos sabendo que Sebastião nasce em Veneza, no ano de 1778. Álvaro de Albuquerque pedirá ao primo, Paulo de Albuquerque, que cuide da criança. Dois anos depois, Paulo estará em Roma, onde também estará seu amigo, marquês de Luso, “meses antes chegado a Roma, com

---

<sup>3</sup> A ideia da manutenção de Portugal como algo do domínio espiritual parece ter se mantido para além do século XIX, uma vez que, embora tenha escrito de Macau, uma colônia portuguesa, Camilo Pessanha produz o poema “San Gabriel”, no livro *Clepsidra*, publicado pela primeira vez em 1920, com a mesma temática. O eu lírico pede ao arcanjo San Gabriel proteção e direção. Existe um claro contraste entre a época da colonização e o que vem depois dela. As naus não mais navegam pelo mar do mundo real, mas sim pelo mar de uma dimensão abstrata. Reproduzimo-lo aqui parcialmente:

Outra vez vamos! Côncavas as velas, Cuja  
brancura, rútila de dia, O luar dulcifica. Feeria  
Do luar não mais deixes de envolvê-las!

Vem guiar-nos, Arcanjo, à nebulosa  
Que do além vapora, luminosa, E à  
noite lactescendo, onde, quietas,

Fulgem as velhas almas namoradas...  
— Almas tristes, severas, resignadas,  
De guerreiros, de santos, de poetas. (PESSANHA, 2014, p.99).

poderes novos de D. Maria I, para negociações secretas com S. Santidade” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1193). Os rapazes voltavam de uma festa, quando Paulo sente-se mal. Ao chamarem um médico, descobrem que ele havia sido envenenado. Em seu leito de morte, Albuquerque revela que o responsável pela sua intoxicação era o cardeal Pozzobonelli e que não precisaria que ninguém o vingasse, pois também teria envenenado o religioso. Através desse exemplo podemos ver que, embora os romances façam uma defesa de uma moral católica e espiritual, há também críticas à Igreja como uma organização terrena, bem como aos seus integrantes. Essa distinção será recorrente nas duas obras de que tratamos, mas constitui também um tópico presente em outras obras camilianas. Apenas como referência, aludimos ao livro mais conhecido de Camilo, *Amor de Perdição*. Teresa de Albuquerque é levada a dois conventos muito diferentes. O primeiro é tratado com ar de troça. Uma das freiras ao se referir a uma companheira diz:

Esta escrivã não é má rapariga: só tem o defeito de se tomar da pingoleta; depois, não há quem a ature. Tem uma boa tença, mas gasta tudo em vinho, e tem ocasiões de entrar no coro a fazer ss, que é mesmo uma desgraça. Não tem outro defeito; é uma alma lavada, e amiga da sua amiga [...] mas ela, que tem sempre uns namorados pandilhas que bebem com ela na grade, isso lá me custa; mas, enfim, não há ninguém perfeito!... Boa rapariga é ela... se não fosse aquele maldito vício... (CASTELO BRANCO, 2020, p.74).

Já o segundo convento, onde Teresa encontra sua tia, é formado por religiosas virtuosas. Ao verem-na doente, elas tentam consolá-la. “Quantas carícias inventou a simpatia e a piedade, todas, por ministério das religiosas exemplares de Monchique, aportaram em refrigerar o ardor que consumia rapidamente a reclusa.” (CASTELO BRANCO, 2020, p.130). Isto é, embora a argumentação em favor do catolicismo como uma devoção real seja habitual e contumaz em outras obras de Camilo, não se trata de uma defesa cega e que faça vistas grossas às instituições humanas que representariam o poder divino na Terra.

Voltando à história de padre Dinis, vemos que Albuquerque não diz ao marquês de Luso quem são os pais da criança, apenas pede que ele se encarregue de sua criação e explicita o sinal que apenas Álvaro conhecia. Assim, seu amigo não entregaria o menino a qualquer um que o reclamasse:

Entrego-to, e com ele um cofre, guardado ali naquele caixão, e dentro cem mil cruzados em ouro, com algumas jóias. É tudo dele... Educa-o... Se te aparecer um homem dizendote que esse menino é seu filho, hás-de pedir-lhe um sinal. [...] Pergunta-lhe que legenda se lê na lâmina dum punhal que lá está no cofre [...] e, se não te aparecer tal

homem, educa-o e dá-lhe o seu patrimônio aos vinte e cinco anos... (CASTELO BRANCO, 1982, p.1195).

A morte de Albuquerque é seguida da do cardeal que o envenenara, o que aterroriza o amigo de Paulo. “O marquês de Luso horrorizou-se [...] Roma, a cidade de Cristo, afigurou-se-lhe a prostituta dos imperadores pagãos. Requereu imediatamente a sua transferência, e concederam-lhe para a França.” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1198). Ele inicia um relacionamento com uma jovem italiana chamada Laura, que o acompanha para cuidar do menino. Apesar disso, o marquês não propunha nada mais sério à moça e passou a namorar “Susana de Montfort, neta do célebre cruzado Simão de Montfort, intitulado o *Macabeu* do século XIII, parenta próxima dos velhos duques de Bretanha, e por isso enturtecida nas veias de sangue real.” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1199). O marquês e Susana irão se casar e Laura será deixada de lado.

Dissemos anteriormente que encontraríamos nas obras o artifício de trazer personagens da vida real para as narrativas, utilizado também pelo grande sucesso editorial *A Virgem da Polónia*. Ao tratar do casamento, o narrador traz para suas páginas um ativista e teórico da Revolução Francesa, atribuindo-lhe um mau caráter:

A filha de Raimundo de Montfort, camarista do rei, esposou o marquês, calcando assim muitos orgulhos, zombando de muitos ciúmes, e chamando sobre seu marido muitas cóleras que desprezavam ambos. O mais fioso de seus amantes era Honoré-Gabriel Riquetti, conde de Mirabeau. Divorciado de sua mulher, reputava-se bastante puro para fascinar o coração duma virgem. Este homem, aos trinta e três anos, morrerá para a honra, [...] foi recebido na alta sociedade de Paris, cometeu um rapto e um adultério. Perseguido, foi preso em Vincennes, e aumentou a sua popularidade, saindo dos ferros para provar que a solidão do cárcere lhe ensinara sistemas de corrupção mais prontos e menos perigosos. Todavia, para Susana de Montfort fora impotente a sua astúcia. [...] Na antevéspera das núpcias, o conde obteve uma audiência secreta de Luís XVI. [...] Era o derradeiro esforço que deveria gerar num momento o mestre de Marat, Danton e Robespierre, nove anos depois. O que ele pediu ao rei foi um golpe decisivo entre o marquês de Luso e Susana de Montfort. [...]

- Fazei-vos homem honrado - disse o monarca.

- Sustentai-vos rei inviolável - respondeu o conde.

Luís XVI não o compreendeu.

No dia seguinte partiu para Londres. [...] Mirabeau tinha na imaginação o ruído do trono da França a baquear, quando escrevia a *Monarquia Prussiana*. As *Cartas a Sofia*, pseudônimo da marquesa Monnier, sua abandonada amante, eram o resíduo da imoralidade que se expurgava em fezes e bonito estilo, para dar campo a outra que devia frutificar mais tarde. (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1199-1200).

O conde de Mirabeau é retratado como um indivíduo com qualidades morais reprováveis. É possível supor que o narrador defende que Mirabeau irá escrever obras e teorizar a Revolução

Francesa movido pelo ciúme e pela vingança. É a primeira vez, de outras muitas, em que o narrador se coloca abertamente contra os revolucionários. Voltando a Laura, veremos que a moça ficará doente e pedirá ao marquês de Luso que entregue Sebastião aos cuidados de sua esposa. Pedido que ele negará para que não surjam suspeitas de que o filho seria dele e, portanto, de um relacionamento com outra mulher, ainda que a idade do menino acusasse um acontecimento anterior ao seu casamento. Aproveitando o fato de que o marquês parte para Portugal para ver seu pai doente, Laura decide pedir diretamente à marquesa que cuide do menino.

O estado de saúde grave em que Laura se encontrava faz com que fale de maneira mais direta e sincera. A franqueza da italiana faz com que a marquesa imagine que ela seja uma nobre ou que tivesse tido uma educação de elite. Este diálogo é um exemplo, dos muitos presentes nos romances, em que podemos evidenciar a crença de que o nascimento marcava as pessoas para a vida inteira:

- Estou no caso de não precisar de ninguém... Perto da sepultura, a independência é perfeita e natural. Não tenho já sensibilidade para sentir privações, nem para gozar a abundância. A indigência e o ouro são-me cousas indiferentes...
- Se soubesse quanto me está interessando!... Ou o seu nascimento é ilustre, ou a sua educação foi muito distinta.
- Nem uma nem outra cousa. Nasci do povo, e eduquei-me com o povo... Não sou ninguém... Até me envergonho de tratar de mim, rasteiro verme, na presença de V. Ex.<sup>a</sup>... O menino... o menino... falemos dele. (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1208).

O narrador aponta a relevância que o nascimento ocupava na França pré-revolucionária. Veremos a mesma ideia com muita força em Portugal, mesmo depois da vitória final dos liberais em 1834: “À nobreza, ordem privilegiada, sucedia um grupo social, reconhecido mesmo em situação democrática, com um status distinto de todas as restantes elites, e que exerceu um enorme e inexplicável fascínio nas sociedades burguesas oitocentistas.” (VIEIRA apud MARQUES, 2002, p.178). Apesar da enorme distância que as separava, Laura constantemente direciona a conversa aos cuidados de Sebastião e acaba por alcançar seu objetivo: a marquesa aceita cuidar do órfão. Porém, a situação faz com que Susana descubra que Laura tivera um envolvimento com o marquês e que ele a abandonara quando se casou.

Laura receberá a visita do cardeal Rufo que revelará ser seu pai. Isso a surpreende, pois ouvira sempre de sua mãe que seu pai havia morrido quando ela era ainda criança. No capítulo seguinte, ficamos sabendo que a mãe de Laura, Peppa Marcella, era na realidade filha da princesa Serbelonni, de Milão. Essa informação ressignifica o diálogo entre Laura e Susana. Ao caracterizar

Laura como neta de uma princesa, o narrador parece aderir ao pensamento da época de diferenciar as pessoas através do seu nascimento. Contudo, haverá outros momentos em que o narrador se colocará contra essa ideia, como mostraremos mais à frente. O cardeal levará a marquesa até a casa de Laura e lhe entregará o menino. Nessa mesma oportunidade, o pai da italiana pede que Susana leve um recado ao marido: “Diga-lhe que Laura tem um pai que não transige facilmente com a infâmia. Seu marido de hora em diante tem um inimigo.” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1216).

O cardeal leva sua filha embora da casa onde morava e a perfilha. A moça passa a viver na opulência, sendo requisitada por vários nobres. O marquês e Susana se entendem e passam a nutrir grande afeto por Sebastião. O pai da marquesa, Benoît de Montfort, era camarista do rei e também amava muito a criança. Por esse sentimento, pediu que o menino fosse crismado para que recebesse o seu nome. As origens de Sebastião, contudo, suscitam curiosidades na alta sociedade parisiense:

Ninguém sabia como tal menino entrara no seio daquela família. A história contava-se de um modo tão ambíguo que a sociedade, por não dar-se ao incômodo de tardias averiguações, concluiu que o pequeno era filho do velho e de uma tal, sem nome, conservada ainda no seu solar de Cliton, onde costumava passar o Estio, para desfadarse das fadigas da corte. (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1231).

Há um salto de doze anos e encontramos-nos próximos a um crucial episódio histórico. Apenas a título de comparação, podemos indicar que o narrador de *Amor de Perdição* tem um ponto de vista negativo sobre a Revolução Francesa. Em seu *magnum opus*, Camilo demonstra que as ideias da Revolução Francesa povoam a mente de Simão: “Mirabeau, Danton, Robespierre, Desmoullins, e muitos outros algozes e **mártires do grande açougue**, eram nomes de soada musical aos ouvidos de Simão. Difamá--los na sua presença era afrontarem-no a ele, e bofetada certa, e pistolas engatilhadas à cara do difamador.” (CASTELO BRANCO, 2020, p.28, grifo nosso). Essa perspectiva estava já presente, anos antes, no *Livro Negro*:

Sabeis demasiadamente o que foi a revolução francesa, essa **tempestade de sangue**, vaticinada nos reinados de Luis XIV e Luis XV, e cumprida como a profecia indestrutível de uma lógica de ferro, em que vemos um rei pagar com a cabeça os desatinos que lhe vieram, em herança, dos reis passados. [...] Vós prescindis, naturalmente, de tudo que são acessórios, e eu também prescindo de fazer-vos meu auditório numa pesada prelecção dos sucessos decorridos entre 1789 e 1806. Eu respingarei, nessa vasta seara juncada de cadáveres, as atrocidades [...] que se acham obrigadas ao desenvolvimento do romance. (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1232, grifo nosso).

Embora chame os acontecimentos da Revolução Francesa de ‘acessórios’, não nos parece que o narrador de fato os considere como tal. Ao adjetivar de maneira tão negativa esse grande evento, o narrador pode estar mostrando claramente a sua oposição. Veremos em breve que ‘essa tempestade de sangue’ irá acometer as personagens que seguimos na narrativa. Outro indício de que o narrador se mostra contra a revolução é a forma como caracteriza positivamente o rei Luís XVI. O excerto a seguir apresenta sua proximidade com Sebastião, que “Vivendo na corte com o camarista, amava os filhos do rei, beijava muitas vezes a mão do monarca bondoso, que expirava abençoando a França.” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1246).

A Revolução era uma ameaça a Susana, seu pai (Benoît), Sebastião (que também passou a se chamar Benoît) e ao marquês de Luso. O ancião pediu à filha que permitisse que o rapaz, que contava 14 anos, ficasse com ele para lhe servir de consolo. Graças aos pedidos de Laura, o cardeal Rufo, seu pai, vai à França e oferece um passaporte ao rapaz e ao pai de Susana. Quando o camarista agradece o desconhecido pelo ato bondoso, vemos uma espécie de enaltecimento das características nobres: “Quanto é apreciável a honra nestes dias de desenvoltura, em que até a memória parece esquecer-se das antigas virtudes!” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1245). Defendemos que há nos romances momentos que apresentam uma adesão a um medievalismo idealizado e outros momentos em que esta ideia é rechaçada. Destacaremos algumas ocasiões em que ambas as situações ocorrem. Esse assunto era um dos motes principais do Romantismo, movimento estético em vigor quando da publicação dos livros:

Os românticos descobrem, pela primeira vez, o tempo como dimensão psicológica, tomam consciência da História e redescobrem, maravilhados, a Idade Média. Nela, sua imaginação descortina tudo o que julgavam perdido ou malbaratado: ingenuidade, pureza, inocência, misticismo, espiritualismo, nobreza, etc. Em suma, uma Idade Média cristã e cavaleiresca, voltada idealmente aos valores mais altos da espiritualidade, da poesia. A Idade Média [...] tornou-se [...] a Idade de Ouro dos românticos, tal qual a Antiguidade para os clássicos. (CAMILO, 2003, p.20).

Nos romances que aqui analisamos não há um recuo temporal aos tempos medievais como nos romances históricos de Alexandre Herculano. Contudo, a visão ‘romantizada’ dos valores aristocráticos pode ser percebida também nesses livros de Camilo. Nesse sentido, Benoît estaria se referindo à verdade, honestidade, lealdade, coragem, etc. Todos eles atributos idealizados dos cavaleiros medievais. Essa visão se contrasta com a burguesia, que surge como a nova classe dominante. Partindo dessa perspectiva, os burgueses agiriam apenas movidos pelo dinheiro e por valores baixos, em contraste com a aristocracia.

Opondo-se à exaltação desmedida direcionada à nobreza, Mirabeau incendeia Paris com seus discursos. O grande orador tem como alvo todo o sistema e se coloca contra o partido aristocrático. Contudo, na narrativa camiliana, devido ao seu amor não correspondido de Susana, Mirabeau tenta atingir o marquês de Luso, que foge para Caen, onde se envolve com Maria Corday, mais uma personagem histórica. Pelo fato de ter se envolvido com Corday, o marquês perde o interesse sobre o que acontecia no país e passa até a preferir sua vida em Caen:

Esqueceu-se de Paris, abençoou a revolução que o expulsara da sensaboria doméstica, e viveu, embriagado dos encantos, sempre novos de Maria, até que sua mulher, cheia de júbilo, lhe anunciou a morte de Mirabeau em Abril de 1791. Esta notícia equivalia a dizer-lhe que o inimigo estava no *Pantheon* donde as ilustres ossadas não vêm pedir contas a ninguém. Todavia, o marquês desejava que Mirabeau vivesse. (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1235).

Com a morte do teórico da revolução, o marquês de Luso se vê compelido a voltar para Paris, longe de Corday. Além de afastá-lo de sua amante, Paris traria o fim da vida do marquês, já que o controle da cidade é conquistado pelos revolucionários e muitos aristocratas são assassinados. Em 1792, “Susana, desmaiada nos braços de seu marido, quando ouviu os rugidos do tigre, que se avizinhava, já mal sentiu a pressão do braço que a arrancava, e o golpe de cutelo que lhe cortou na garganta o primeiro grito de piedade.” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1236). O marquês de Luso é conduzido por um homem encapuzado até o local onde será assassinado, momento em que travam um diálogo: “Que novas me dá de uma pobre costureira que roubaste aos braços de sua pobre mãe e atiraste aos braços da prostituição? [...] Não te mandei eu acautelar?!” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1237). O narrador nos informa que quem conduz o marquês é o cardeal Rufo, que finalmente alcança sua vingança pessoal. Diante desses acontecimentos, percebemos que o narrador traz lances que mudaram a história do mundo para a vida de seus personagens.

Havia em Caen uma organização de oposição aos revolucionários intitulada ‘A Montanha’, da qual Maria Corday fazia parte. Ela convence o marquês a ser informante dos opositores, transmitindo informações de Paris. Quando descobre que a morte de seu amado havia sido apoiada por Marat, decide matá-lo. Ela envia cartas ao revolucionário, oferecendo-lhe informações sobre sua organização secreta em Caen. Depois de alguma insistência, ele aceita vê-la. Como estava já acometido pela lepra, Marat permanece em sua banheira enquanto conversa com Corday. Ela o ataca com um punhal e caminha tranquilamente para fora do recinto. A moça aceita o julgamento

pelo assassinato com muita coragem. O narrador nos apresenta o comentário do defensor de Corday:

A ré confessa com ânimo frio o horrível atentado que perpetrou. [...] Esta tranquilidade imperturbável, esta completa abnegação de si, sem vislumbres de remorso, em presença da morte, **esta tranquilidade e esta abnegação, até certo ponto sublimes**, não se acham na natureza; explicam-se só pela exaltação do fanatismo político, que lhe meteu na mão o punhal. (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1241, grifo nosso).

Defendemos que o narrador adota uma postura benevolente com Corday, talvez porque ela tenha assassinado Marat, que por sua vez foi um dos responsáveis pela ‘carnificina’ que levou à morte de Susana, do marquês de Luso, dentre outros aristocratas. Sendo esta a razão ou não, o autor faz questão de adicionar uma parte de um jornal da época, que nos parece ser também favorável a Corday, para trazer ainda mais veracidade à narrativa e fortalecer sua construção do caráter da opositora de Marat: “Subindo ao teatro do seu suplício (diz o *Moniteur Universel*, que se imprimia uma hora depois), a sua fisionomia tinha ainda a frescura e o colorido de uma mulher satisfeita.” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1242).

O escritor encontra no artifício de tratar de personagens históricas, uma maneira de engrandecer a sua própria obra, visto que ele apresenta uma faceta da história desconhecida do público. “Maria Corday deixou um nome para o culto de todas as gerações; mas o mistério teria morrido com ela, se algumas páginas do LIVRO NEGRO não viessem cingir-lhe o busto de uma auréola que não deixa ver-lhe na frente o estigma repulsivo do assassino.” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1243).

Benoît e Sebastião vão para Londres para se refugiarem. Ao saber da morte de Susana, o camarista adoece e morre pouco tempo depois. O rapaz, que chamaremos daqui em diante de Benoît de Montfort, estuda em um colégio e depois parte para lutar junto aos realistas. O jovem de 16 anos será recebido na Bretanha. O narrador discorre sobre as derrotas e os sucessos de Benoît e dos generais com quem o rapaz batalhou. Neste momento, assim como no episódio de Corday, indica que sua narrativa tem também um papel relevante na história do mundo:

Estais cansados de guerras e políticas, leitores. [...] Não vos impacienteis. Cismeí longo tempo no modo como eu havia de ser-vos um leal narrador, sem ser importuno. Não se fazem tais milagres no romance histórico. Mondar os acessórios da essência deste complicado enredo, seria matá-lo, porque até aqui, a meu pesar, vos digo, o filho de Fr. Baltasar da Encarnação, escrevendo a sua vida, parece ter escrito alguns centos de páginas para a revolução francesa. (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1250).

Benoît receberá a missão de matar Napoleão Bonaparte. Ele irá até a Áustria onde se encontrará com o cardeal Rufo. Antes de o religioso chegar, Benoît tem uma conversa com Laura, apesar de nenhum dos dois saber quem é o outro. O cardeal chega e pede que sua filha se retire. Ele entrega ao rapaz os documentos necessários para que possa ir até a residência de Bonaparte na Itália. Altura em que o rapaz é comparado a Corday: “Quereis livrar a Europa de um aventureiro que a incomoda. Estais espiritualizado do ânimo de Carlota Corday contra o Marat, que renasceu das cinzas de outro.” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1254). Apenas depois que o moço vai embora, o cardeal revela a sua filha quem ele era.

Benoît parte e chega com facilidade à Itália. Ele mente ao líder francês, dizendo que seu nome era Séverin de Tayrai. Bonaparte, que já sabia do engodo, desmascara o rapaz:

- Se estais face a face com Bonaparte, porque não cumpris o encargo de homicida que vos traz aqui? [...] Aproximai-vos de mim, que já vos não receio, Benoît de Montfort. O moço, aterrado, ergueu-se maquinalmente. Não teria coragem de defender-se de uma agressão. Ouvir o seu nome proferido por Bonaparte, foi colocar-se entre a misericórdia do **feroz vândalo da Itália** e as seis balas de um espingardeamento sem processo. (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1257, grifo nosso).

O narrador mais uma vez mostra abertamente sua visão política. Apesar de Bonaparte demonstrar misericórdia com Benoît, ainda assim, é considerado um destruidor. Sua caracterização negativa pode ter encontrado eco no público português, que nutria memórias ainda recentes das Guerras Peninsulares. Com a continuação do diálogo ficamos sabendo a possível razão da compaixão de Napoleão, ele houvera sido acolhido pelo pai de Susana e, de certa forma, lhe devia um favor: “Benoît de Montfort não consentiria que seu filho assassinasse Bonaparte; porque Bonaparte foi conduzido pela mão de Montfort ao ministro da Guerra, quando foi necessário darse no exército uma posição a Bonaparte.” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1257). Napoleão oferece seu quarto a Benoît e o deixa sozinho. Em seu monólogo, pode-se ver a discrepância de pensamentos do narrador e de Benoît: “Que grande homem aquele! - dizia Montfort, apoiando a cabeça entre as mãos. [...] É este o feroz Bonaparte que me pintaram em Inglaterra? São os grandes perversos os que assim dão testemunho de uma virtude que eu julguei impossível!” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1259). Essa abrupta e inesperada mudança radical em Benoît é explicada pela sua pouca idade. De assassino, passa a ser ajudante de ordens de Bonaparte. Além disso, Napoleão inspira em Benoît um certo fanatismo e consegue convencê-lo de que o melhor a se fazer diante de todo o estrago é reunir todos os franceses em torno de só uma ideia: a de restaurar a

França e expiar os seus pecados diante de Deus através do restabelecimento de seus sacerdotes. Napoleão até atribui à vontade divina os conflitos que os agressores do monarca passaram a infligir uns aos outros. Verificamos este tom falsamente conciliatório na boca do Bonaparte camiliano:

Sereis um grande homem - dizia Napoleão a Montfort - quando eu por esforços incalculáveis tiver feito esquecer à França os seus grandes crimes. O sangue de Luís XVI tem sido usurariamente expiado. Os algozes despedaçaram-se, impelidos uns contra os outros pela **mão da Providência**. Hoje há uma só missão [...] há-de reconstruir de ruínas ensanguentadas um edificio novo; há-de apertar ao coração num só abraço todos os filhos da França; há-de restituir a Deus o império absoluto da sua supremacia; há-de chamar o sacerdote para o altar, e erguer nesse altar a antiga imagem do Crucificado; há-de restituir à França os seus velhos gauleses. Foi assim que Napoleão fanatizou Montfort. **O usurpador profetizava em tom melodioso os seus troféus sobre a imoralidade.** (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1261-1262, grifo nosso).

Napoleão atribui a Deus a queda dos inimigos de Luís XVI, dando a impressão de realmente ter convicções religiosas; porém, sua caracterização ao final do excerto indica claramente que todo esse respeito evangélico estava apenas na superfície e era usado como uma maneira de conquistar Benoît. O ‘usurpador’, nas palavras do narrador, será recebido em Paris com louvor, mostrando suas conquistas de outros países. Benoît depende de sua proteção para continuar ao seu lado: “Montfort, reconhecido pelos republicanos como filho do camarista do tirano, como eles denominavam o **manso cordeiro da hecatombe**, torna-se suspeito...” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1262, grifo nosso). Mais uma vez, o narrador caracteriza Luís XVI como alguém que não poderia ser responsabilizado pela situação que levou a França à revolução. Na alegoria que destacamos, o monarca é levado como um sacrificio que não oferece resistência, uma imagem que o engrandece.

Bonaparte decide atacar o Egito como uma maneira de atingir a Inglaterra. Ao tratar dos conflitos nessa região, vemos que o narrador se coloca mais uma vez contra Napoleão e se mostra sabedor da vontade divina: “[...] em redor dos muros de São João de Acre o flagelo de Deus pune o desmedido orgulho do homem. A hoste invencível é rareada pela fome e pela peste. Napoleão recua sem desdouro, e vem em Aboukir vingar a afronta providencial.” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1263). Na construção narrativa é como se o conflito se desse entre Napoleão e Deus. Benoît estaria, ainda que sem perceber totalmente, lutando contra a Providência nesse momento. Eis mais um exemplo de reinterpretação de acontecimentos reais sob uma ótica religiosa. Até mesmo o maior representante da Igreja Católica cede aos caprichos de Napoleão: “Bonaparte é coroado imperador pelo Pontífice que, inspirado pelo Espírito Santo, ungiu dos sacros óleos a

usurpação.” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1264). O que indica, mais uma vez, que a narrativa busca uma espiritualidade baseada no catolicismo, mas ainda assim evidencia as falhas da Igreja Católica. Neste momento, Benoît de Montfort receberá um título nobiliárquico e irá para o espaço onde muito de sua história irá se passar: “No mesmo dia, 2 de Dezembro de 1804, Benoît de Montfort, filho de outro Benoît de Montfort, é agraciado com o título de gentil-homem e duque de Cliton, por ser Cliton o velho solar de seus avós.” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1264). Em 1804, Benoît contava 26 anos e se habituava a sua nova vida em Cliton. É lá onde faz amizade com o visconde de Armagnac, um rapaz que morava em Angoulême. Apesar de ficarem cada vez mais próximos, o duque não conta ao visconde suas incertezas sobre seu próprio nascimento. Em uma tentativa de saber mais sobre suas origens, Benoît abre o cofre que lhe fora confiado. Quando o abriu:

Viu uma grande porção de dinheiro que não contou. Além do dinheiro, viu objectos que o impressionaram, e foram, longo tempo, o flagelo da sua curiosidade. [...] Um colar de diamantes com uma lâmina de ouro em que se viam entrelaçadas duas letras, um A e um S. E de envolta com objectos de tão suave melancolia para a alma do poeta, assombrado pelo mistério, via-se um punhal de luzente aço, e cabo de ouro. Cada face da lâmina tinha uma legenda. Em uma: MÚCIO CÉVOLA. Em outra: MORTE A PORSENA! O que pôde aqui descobrir já foi muito para a sua imaginação atormentada [...] Supersticioso, achou naquele depósito um selo sagrado: conduziu-o consigo para Paris. (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1266-1267).

As legendas da lâmina remetem a um conflito ocorrido em Roma em 508 a.C. Logo após a fundação da república, sua capital encontrava-se sitiada pelos etruscos. O rei Lars Porsena, da cidade de Clúcio, tentava reaver o trono de Roma a Tarquínio Soberbo. Conforme o cerco se estendia, a população da cidade começava a sentir fome. Nesse contexto, o corajoso jovem Múcio se voluntaria a assassinar Porsena. Contudo, pelo fato de nunca ter visto o rei, o rapaz se confunde e assassina outra pessoa. Ao ser levado a Porsena, Múcio mantém uma postura de extrema sinceridade e revela que além dele, havia muitos outros jovens romanos dispostos a tentar assassinar o rei etrusco. Quando Porsena ameaça queimá-lo, o jovem leva, deliberadamente, sua mão ao fogo. Perplexo diante de tal coragem e, a partir daquele momento, sabedor de que haveria muitas tentativas de tirarem sua vida, o rei Porsena decide não mais apoiar Tarquínio. O feito heroico de Múcio faz com que o conflito seja resolvido de maneira pacífica. Nas palavras de Tito Lívio:

[...] o bloqueio continuava e a escassez de trigo aumentava a carestia. Porsena tinha esperanças de conquistar a cidade prolongando-lhe o cerco. Foi então que o jovem patricio

Caio Múcio, indignado ao ver que o povo romano enquanto escravo dos reis jamais fora sitiado por inimigos em nenhuma guerra, ao passo que, agora livre, era bloqueado pelos mesmos etruscos cujo exército tantas vezes derrotara, resolveu recuperar a dignidade dos romanos por grande golpe de audácia. [...] Ao chegar ao acampamento, misturou-se à multidão que se comprimia diante do tribunal do rei, para receber o soldo que estava sendo pago às tropas. Um secretário com vestes semelhantes às do rei, sentado a seu lado, tratava de vários assuntos com os soldados que a ele se dirigiam. Receando perguntar qual dos dois era Porsena e trair-se por sua ignorância, entregou-se à sorte e apunhalou o secretário ao invés do rei. Tentava escapar [...] quando os guardas [...] o conduziram ante o tribunal do rei. Ali, sem defesa, em meio às mais terríveis ameaças, parecia mais temível do que temeroso. [...] Como o rei, ao mesmo tempo inflamado pela cólera e apavorado com o perigo, mandasse atear fogueiras a sua volta e ameaçasse fazê-lo perecer nelas [...] Múcio respondeu: “Olha, para que sintas como desprezam o corpo aqueles que aspiram à glória”. E dizendo isso colocou a mão direita sobre um braseiro aceso para os sacrifícios e deixou-a queimar como se fosse insensível à dor. Assombrado com aquela extraordinária coragem, o rei levantou-se do trono, mandou afastar o jovem para longe do altar e disse-lhe: “Parte [...] Não usarei contra ti dos direitos que as leis marciais me permitem. Não sofrerás violências, nem maus tratos.” [...] Após a partida de Múcio [...] Porsena enviou legados a Roma. [...] O tratado de paz foi concluído depois de atendidas todas as exigências. (LÍVIO, 1989, p.122-124).

Ao comparar Benoît a Múcio, o narrador eleva o seu protagonista à condição de um jovem grandioso, capaz de encerrar conflitos violentos com seus atos de bravura. A lâmina com as inscrições faz parte do legado de Benoît desde o seu nascimento. Por essa razão, é possível supor que o seu caráter heroico em tentar assassinar Napoleão havia sido profetizado. Outro aspecto de sua vida foi também predito já em sua infância. Voltando ao momento em que Laura tinha em Sebastião seu único alento, o narrador aponta que: “Sebastião entrara na vida consolando infortúnios, como padre Dinis entrara no túmulo enxugando prantos. O fim da vida fora-lhe profetizado no berço.” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1207). Assim como a trajetória de Benoît possui uma relação com o vaticínio, a própria existência de Portugal parece também ser da ordem do sobrenatural. Ideia que podemos acessar voltando brevemente aos pensamentos de Vieira, já abordados nesta dissertação. Eduardo Lourenço postula que:

Não há na cultura portuguesa discurso mais alucinatório e sublime que o de Antônio Vieira. É a síntese arrebatada mas oniricamente coerente de cinco séculos de vida coletiva vividos com a convicção arraigada - mas também culturalmente cultivada - de que a existência mesma de Portugal é da ordem não só do milagre como também da profecia. Pela sua pública fidelidade crística, Portugal profetiza. Pelo menos profetizava nos tempos de Vieira... (LOURENÇO, 1999, p.99).

Defendemos que Benoît e os outros penitentes representam esta faceta mística da cultura portuguesa. Assim como o próprio reino só poderia existir ancorado na Providência, é ela também que guiará os penitentes e ditará suas vidas e suas mortes. Retomando a narrativa, veremos que o

duque de Cliton se deslocará para Paris e participará de um baile. Será lá que encontrará uma mulher de 40 anos muito bela, a duquesa de Bouillon, que chamará sua atenção. Mais à frente saberemos que essa mulher é Laura. O visconde diz ao amigo o que sabe sobre ela: “Disseram-me que esta mulher fora tomada, nas bagagens de uma guerrilha da Calábria, por Paulo Luís Courier. [...] Acrescentaram que o general da divisão se apaixonara por ela, de modo que a roubou a Courier, e não duvidou casar com ela.” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1267). Argumentamos que a trajetória de Laura está sempre vinculada a algum homem. O que ocorreu ao ser seduzida pelo marquês de Luso, também quando foi salva por seu pai, o cardeal Rufo. Novamente, quando é raptada por Paulo Luís Courier e então tomada contra sua vontade pelo general, posteriormente chamado de duque de Bouillon. Este é apenas mais um caso em que as obras nos mostram o papel que era imposto às mulheres no século XIX. Ao tratar da produção camiliana, José-Augusto França aborda o tema:

Através dos amores contrariados, dos casamentos de conveniência arranjados pelas famílias, dos abandonos de moças seduzidas, que pululam na sua obra, o escritor denuncia estruturas morais duma sociedade atrasada em que a mulher não passa duma coisa que pertence ao macho, ao qual a “honra” concede mais direitos do que impõe deveres. (FRANÇA, 1993, p.300).

Veremos, um pouco mais à frente, a que parece ser talvez a única solução possível para que Laura tenha uma postura independente. Voltando ao baile, a dama é trazida por Luciano Bonaparte. Nesse momento, se assusta com Benoît e se retira. Como tanto o visconde de Armagnac quanto o duque de Cliton se interessam por ela, há um breve desentendimento entre os dois:

Separaram-se por entre os grupos de generais, titulares e diplomatas, que se embriagaram *patrioticamente* no esplêndido festim que o usurpador lhes dava. Os filhos dos guilhotinados exultavam, esquecidos dos pais. Os republicanos convictos transigiam com a monarquia mascarada. Naquele tumultuar vertiginoso, um espírito sério julgaria ver o despotismo, vestido de histrião, sacudindo os guizos e escarnecendo os servos agaloados de ouro. Onde estavas tu, Mirabeau, Danton, Robespierre, Billaud-Varenes? (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1269).

Defendemos que a narrativa apresenta uma descrença em relação aos processos políticos terrenos. Ressaltamos desse excerto que, para o narrador, a violência e caos trazidos pela Revolução Francesa levaram a um sistema político não tão diferente assim. As mortes dos nobres poucos anos antes já havia sido esquecida pelos próprios filhos. Isto é, embora houvesse outro

nome, a situação era a mesma. Isso pode ser verificado também em outra caracterização do mesmo baile:

Paris recorda os tempos da monarquia. Depois dos gritos sanguinários renascem os cantos voluptuosos. Marte esconde a face belicosa, e Vénus, engrinaldada, ostenta-se em todo o viço, reanimado do pouso forçado de vinte anos. As mulheres do império são belas como as mulheres da monarquia. Napoleão autoriza, com o exemplo da corte, a libertinagem. Abrem-se os salões e o duque de Cliton é o ornamento dos mais distintos. (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1267).

Ao indicar que ambos os sistemas políticos são semelhantes utilizando-se da beleza feminina, parece-nos que o narrador insere as mulheres apenas com a função de serem belas. Ainda que o duque seja caracterizado como um ornamento, ele tem uma possibilidade de ação muito maior. O que é evidenciado quando Laura, agora duquesa de Bouillon, o chama à sua casa. Esse encontro é uma grande decepção para ela, pois o rapaz não se recorda de sua infância. Porém, há resultados ainda mais funestos. O marido de Laura sente-se ofendido com a visita e surgem rumores de que ela o traíra com o duque. O general a indaga e cria, em suas palavras, um julgamento: “Vamos lá, defende-te Luísa. **Eu sou juiz, e os processos no meu tribunal são sumários.**” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1280, grifo nosso). Ao que a senhora responde: “Deus julgará o caluniador... Bem sabes que para mim não acabou ainda a Providência... Eu apelo para a **justiça divina** e encontro-a sempre.” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1281, grifo nosso). O general procura julgar sua esposa exercendo metaforicamente um poder jurídico sobre ela. Embora a história esteja se passando na Paris de Napoleão, gostaríamos de abordar questões impostas às mulheres na sociedade oitocentista portuguesa, uma vez que as obras são de Portugal e foram publicadas nesse período. De acordo com a professora Isabel M. R. Mendes Drumond Braga:

O homem administrava os bens do casal, mesmo os bens pessoais da mulher. Enquanto casada, a mulher estava submetida à tutela do marido a quem devia obediência, sendo obrigada a segui-lo. Não era possuidora dos seus bens, não os podendo administrar, alienar ou adquirir, não gozava de nenhum poder sobre os filhos, nem podia exercer qualquer profissão, ou até mesmo escrever um livro, sem a autorização do marido. Politicamente era equiparada aos menores. (BRAGA apud MARQUES, 2002, p.522).

O imperador exige que o general vá guerrear na Itália. Quando ele vai se despedir da esposa a encontra em um convento.

O duque de Bouillon procurou sua mulher. Deram-lhe em resposta duas linhas: *O marido que reputou um momento sua mulher infame, não é digno dela ou ela não é digna dele.* O general empenhou o arcebispo na saída de sua mulher. Laura, com a soberania de uma

resolução inflexível, respondeu que sairia do seu quarto para o seu eterno leito do claustro. (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1284).

A única maneira que Laura consegue fazer valer a sua vontade é quando se dirige ao convento, algo que ela já enunciava ao se referir à Providência e à justiça divina. Podemos postular que o narrador indica a vida religiosa como o único local em que uma mulher poderia se sobrepor aos desejos dos homens. Apenas a título de comparação, a protagonista Teresa, de *Amor de Perdição*, possuía uma personalidade forte e buscava romper com esse panorama imposto às mulheres: “Não será aleive atribuir-lhe uma pouca de astúcia, ou hipocrisia, se quiserem; perspicácia seria mais correto dizer. Teresa adivinha que a lealdade tropeça a cada passo na estrada real da vida, e que os melhores fins se atingem por atalhos onde não cabem a franqueza e a sinceridade.” (CASTELO BRANCO, 2020, p.41). Seu pai era contrário ao seu envolvimento com o vizinho, Simão, porque as famílias eram rivais. Sendo o mesmo entendimento da família do rapaz. Os dois tentaram superar as vontades paternas, mas perdem a batalha. O pai de Teresa decide levá-la a um convento como uma maneira de afastá-la temporariamente de Simão, ao que a moça atende, sendo esta a sua única alternativa. Contudo, quando chega o momento que ele quer que Teresa saia, é surpreendido com a decisão da moça de permanecer lá e de não o obedecer em sua nova exigência. Vejamos uma parte do diálogo entre o pai de Teresa e sua prima, a abadessa do mosteiro em que a jovem se encontrava:

- Eu vou buscá-la sendo preciso. Redargui em crescente fúria. – Abram-me estas portas, que eu a trarei!
- Estas portas não se abrem assim, meu primo, sem licença superior. A regra do mosteiro não pode ser quebrantada para servir uma paixão desordenada. Tranquilize-se, senhor! Vá descansar desse frenesi, e venha noutra hora combinar comigo o que for digno de todos nós. (CASTELO BRANCO, 2020, p.138).

O convento surge frequentemente em obras camilianas, ora como uma oportunidade de a vontade da mulher poder ser finalmente ouvida e acatada (ainda que a única opção seja a do isolamento), ora como uma imposição masculina às mulheres que não se comportaram da maneira exigida. No excerto acima, houve a imposição paterna, seguida da firme resolução da filha (que só foi possível por ela estar em um convento). Veremos ambas as perspectivas nos *Mistérios de Lisboa* e no *Livro Negro*.

### 5.3 O casamento de Benoît

Napoleão enviara o marido de Laura para longe da esposa pensando que assim ajudaria o duque de Cliton. O imperador exige que Benoît permaneça na corte, embora o rapaz tivesse o desejo de se deslocar para seu palácio no interior. Ao ficar em Paris e continuar a frequentar os bailes, conhece Branca de Clermont. A moça é dona de uma rara beleza e Benoît propõe um romance. A resposta é negativa, não apenas ao duque, bem como a todos os outros pretendentes. O azedume da jovem provém de um amor que tivera no passado, proibido pelo pai. Bonaparte convence o pai de Branca a casá-la com Benoît.

- Há um precedente que me tem coibido... Eu violentei o coração de minha filha uma vez... não devo violentar-lho uma segunda...
- Como violentastes o coração de vossa filha? Obstando a um casamento desigual... Fostes pai então, e deveis ser pai agora. [...] Já vo-lo disse, como conselho: obrigai-a. Eu quero ser padrinho do vosso primeiro neto. Se for menino, será duque de Clermont: se menina duquesa de Cliton... Não demoreis o dia sponsalício: quero dar um baile. (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1288).

Ricardo de Clermont oferece a filha a Benoît e organiza um evento para celebrar a união. Visto que o narrador informa que utiliza apontamentos reais, apresenta, nesta ocasião, algumas páginas textuais, supostamente retiradas do *Livro Negro* original: “Pela própria letra de Padre Dinis encontram-se estas palavras memoráveis: *A minha vida torpe data deste momento.*” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1290). Esse procedimento confere veracidade ao narrado, além de antecipar ao leitor que o casamento não será bem-sucedido. Durante todo o evento, Branca se mantém triste e distante. O narrador a caracteriza através dos olhos do duque de Cliton: “Nunca lhe parecera tão formosa e tão triste! [...] Aspirava, arfando em convulsões que lhe ondeavam o seio de estátua, o odor do gerânio, do mirto e do jacinto. Em disfarce, passava pelos olhos lenço menos cândido que a mão [...]” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1292). Branca é descrita como uma obra de arte, mais alva que o próprio lenço que usava. É possível pensar que até mesmo o nome da personagem tenha sido escolhido para trazer a ideia de pureza. A figura da dama inalcançável e imaculada é uma constante nas produções românticas, “a mulher, sempre mitificada, conserva uma auréola de pureza, de mistério e de plenitude inacessível ao homem.” (GUINSBURG, 2008, p.72). Categoria em que Branca de Clermont parece se enquadrar. A moça trata seu pretendente com uma fria educação e demonstra claramente que aceita o casamento apenas em obediência ao pai: “A mulher que se vos dá como esposa é esta que se desenfite na

vossa presença de todas as ilusões, que não saberia fingir vinte e quatro horas. Entretanto, se assim a quereis, a filha que um pai vos prometeu é vossa esposa.” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1294). Os importantes convidados se entretêm em diversas atividades e interrompem a conversa de Branca e Benoît, momento em que o narrador indica seu despreço sobre uma parte da antiga aristocracia:

O sarau prolongou-se em jogos e conversação. Algumas velhas damas, escapadas milagrosamente à carnificina de 93, recordavam lagrimosas Marie Antoinette. É que não tinham assistido ao jantar opíparo. Os velhos, ainda rúbidos da animação do champanhe, davam ao diabo as lamuriantes recordações, e no afogo da sua nobre adesão à política reinante, não se lembravam de Luís XVIII, nem acreditavam mesmo no direito divino dos reis. (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1294).

Nesse momento, vemos uma crítica à nobreza. As senhoras apenas choram pela antiga rainha porque não haviam participado do banquete. Os senhores, já alterados pelo consumo do álcool nem sequer se importam com a doutrina que mantinha a realeza no poder. O excerto é uma amostra de como os romances também apresentam nobres de má índole, o que contrasta com Susana de Montfort e seu pai, por exemplo.

Ricardo de Clermont chama sua filha e pede que ela demonstre, com ênfase, que ama Benoît. A moça passa a ter uma espécie de êxtase, como um delírio, atribuído, segundo o narrador, a um desejo funesto: “Branca entrou, risonha, na sala. Nesse semblante, sem nuvens, transparecia a luz de uma nova estrela, que lhe ensinava o caminho da felicidade: o túmulo.” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1296). Nota-se, mais uma vez, que a saída possível para os penitentes, e Branca pertence a esta casta, é a morte física ou a morte para o mundo, seguindo o catolicismo. Ao passar por essa rápida transformação, a moça desmaia. Seu pai diz a todos que tais desmaios são comuns para Branca em dias quentes e tranquiliza os convivas, que então partem. O único a permanecer é Benoît:

- Vossa filha não me ama.
- Disse-vo-lo ela?
- Em termos delicados.
- Quando?
- Hoje encontrei-a com duas fisionomias. A primeira era de lágrimas; a segunda era de risos. Qual devo acreditar?
- Acreditai-as ambas: a primeira é um adeus ao passado; a segunda é uma saudação ao futuro. [...] O carácter de minha filha é triste. Não vos inquietem as suas melancolias. É uma síncope que tem períodos, e que só o tempo, e talvez a mudança de costumes, possa desvanecer. [...] Há-de curá-la o amor, meu caro duque. (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1299).

Benoît decide acreditar nas palavras de seu futuro sogro e dar prosseguimento à união, embora ainda estivesse tentando provar a si mesmo que Branca o amasse. Sua resolução foi tão intensa, que nem mesmo aceitou o conselho de seu amigo, visconde de Armagnac, para que não se casasse. O visconde obtivera dados para fazer sua advertência. Ele participava de um sarau em que os convivas discutiam o casamento de Branca e Benoît. Um deles, considerado pelo narrador como um homem honesto, diz que gostaria de lhe contar o passado de Branca. Embora, a princípio, o visconde se negasse a ouvi-lo, por temer que pudesse prejudicar o amigo prestes a se casar, acaba por aceitar a revelação quando seu interlocutor garante que isso não será algo desonroso ou prejudicial. Eis seu conteúdo:

Branca de Clermont, há seis anos, amou um oficial de artilharia, de baixo nascimento mas de rara audácia e talento sedutor. O pai foi avisado e admoestou a filha. Branca não mentiu nem aproveitou a correção. Disse que o amava e continuou a amá-lo. O pai resolveu empregar outros meios sem dar escândalo. Como tinha amigos no Directório, pediu que o oficial de artilharia fosse enviado na expedição ao Egipto com Bonaparte. Ernesto Lacroze foi promovido a coronel uma hora antes da marcha. Quis exonerar-se, mas era tarde. [...] Data daí uma desfiguração espantosa no carácter de Branca. Sei que Lacroze lhe escrevia; mas as cartas eram abertas e rasgadas pelo senhor de Clermont. Bonaparte voltou a Paris, para fazer-se cônsul, imperador e déspota, mas Lacroze não voltou com ele. Primeiro disse-se que o bravo oficial ficara comandando a guarnição de Alexandria; depois correu que fora morto de febre. Não sei o que é verdade, e também não tenho mais nada a dizer-vos. (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1301).

Embora não conte abertamente tudo que ficou sabendo, e sem citar o nome de Lacroze, o visconde tenta dissuadir seu amigo sugerindo que não se case e informando que Branca havia se apaixonado antes e que este amor continuava vivo. O duque se mantém irresoluto e se irrita com o visconde.

Na véspera de seu casamento, o duque recebe uma carta de Ernesto Lacroze pedindo que ele interceda em seu favor junto ao imperador, com o fim de poder retornar à França. Lacroze informa na carta que lutara pela França, na mesma região que o duque, mas que fora abandonado pelo seu país. Benoît se compadece do companheiro de batalhas, sem saber de seu envolvimento anterior com Branca. Napoleão permite o retorno do soldado e exige que o duque não comente a respeito com absolutamente ninguém, nem mesmo com Branca.

Os preparativos do casamento continuam, embora haja, por parte dos noivos, uma sensação de que algo estava errado. O narrador aponta que a insistência do duque em se casar com Branca era algo predestinado: “Os presságios de um anjo bom repetiam-se! Os abismos a rodearem-no, e

ele cego!... A desgraça conduziu-o pela mão. Crê-se na predestinação, quando o resvalar no despenhadeiro é rápido, fatídico e irresistível." (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1312). Neste sentido, é como se houvesse uma força maior que a dos personagens, que direciona seus destinos, que costumam ser funestos. Sob essa chave de leitura, os personagens não possuiriam tanta capacidade de ação livre, pois estariam predestinados ao sofrimento.

O matrimônio é celebrado no ano de 1805 e enquanto todos se divertem, os recém-casados estão tristes e cabisbaixos:

Em banquete esplêndido todos falam, folgam todos; o chiste das anedotas salta em risos sobre o escarlate de todos os rostos. Mas ela não. Branca é como a moribunda, em redor da qual tripudiam homens embriagados. Nem ele! O duque está melancólico; os seus olhos, fixos em Branca, não encontram os dela; as suas palavras, raras e forçadas, não a fazem acordar do êxtasis. (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1313).

Quando todos se retiram do salão, o duque recebe uma outra carta, desta vez de Laura. Nela, a senhora parabeniza o filho pelo casamento e pede que lhe envie um retrato de Branca. A resposta que Benoît escreve é apresentada pelo narrador como uma parte de páginas textuais, ou seja, supostamente escritas pelo próprio Sebastião de Melo, o que, mais uma vez, aumenta o grau de veracidade da obra.

Tenho um pressentimento, duquesa! Vou ser desgraçado! [...] Tive-a ainda há pouco nos braços... Voava com ela numa sala... Tudo era vida e luz a irradiar-nos... E eu tive ali, no relance de alguns segundos, uma visão atroz. Branca afigurou-se-me um cadáver! Vilhe cor de chumbo os lábios. Senti-a resfriar entre os meus braços... Ouvi-lhe a última palpitação do seio, e o aroma do nardo, que perfumava a sala, mudou-se no odor funéreo dos brandões de um esquife! O que eu senti!... Que pungente convicção da realidade que me espera! E a visão fugiu-me! Maldita ela seja! Mas eu estou triste, e não sei divertir a imaginação daquele quadro! Parece que ouço o dobre final da minha ventura. Vejo, pelo prisma da morte, a mulher que amo com delírio. Não me ama! Isto é infernal de dizer-se. Ligo-me à mulher *que me não ama!* Sou um vil! [...] Não encontramos no LIVRO NEGRO o resto da carta. (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1314-1315).

O duque tem uma visão premonitória de sofrimento e morte em uma ocasião que deveria ser feliz. O casamento ocorre e, no momento em que vai tratar dos convidados, o narrador mostra mais uma vez sua visão de Napoleão como um tirano: “O Imperador levou após si os representantes da velha França, reconciliados com os representantes da ideia nova, máscara que o **despotismo** afivela sempre.” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1316, grifo nosso). Quando saem da igreja,

os recém-casados vão aos prantos buscar consolo. Branca se abre com a imperatriz Josefina e Sebastião com Napoleão. Apesar de estarem no topo da pirâmide social, a desgraça os persegue. A decadência da antiga aristocracia é um tema recorrente em produções românticas. A queda do Antigo Regime e a ascensão da burguesia foram acontecimentos recebidos de maneiras distintas pelos diferentes grupos sociais. Vimos que os nobres franceses que sobreviveram se adequaram à corte de Napoleão. Esse contraste entre o antigo *status quo* e a situação nova (pós-Revolução Francesa) é também apresentado quando da narração do palácio de Montfort, a residência de Branca e Sebastião. Ela será usada também como palco de acontecimentos funestos presentes no romance *Mistérios de Lisboa*, que, embora trate de acontecimentos posteriores, foi lançado um ano antes do *Livro Negro*. O que pode ser um indício de que a desgraça segue os personagens por gerações, além de ser uma maneira de o narrador costurar a ligação entre as duas histórias, cujos personagens já seriam conhecidos dos leitores. Trataremos desse romance mais à frente, mas julgamos ser importante mostrar como o narrador vincula as duas obras:

[...] paremos em frente desse palácio, onde trinta e oito anos depois encontrastes D. Pedro da Silva, e a lastimável amante de Alberto de Magalhães. Aí vivem dous entes, casados há três meses. Mas o aspecto do edifício é triste como nunca! Aquelas janelas donde os velhos dizem que antigamente os senhores de Montfort faziam sair reflexos de mil luzes e harmonias deliciosas, em noites de Estio, nunca mais se abriam. Naquela alameda, que conduz ao portão, não escarvam os fogosos cavalos, não latem os lebréus ao som do búzio, não se aprestam damas e cavalheiros para as caçadas folgazãs da lebre e do coelho. Reina, em redor daquele vasto túmulo, o silêncio da morte. Os arvoredos gemem à noute uma toada melancólica. A coruja faz o seu ninho nas cornijas da capela. O guincho do mocho repercute-se nas quebradas da montanha fronteira. Um raro lapejar de luz perpassa de um a outro ponto, por detrás dos vidros baços das janelas. (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1319).

Fica evidente que o período de felicidade e grandiosidade ficou no passado. Sob uma perspectiva geral, podemos atribuir essa caracterização ao movimento romântico que abrigava, entre outras coisas, o ressentimento dos nobres em perder seu poderio. Contudo, defendemos que nas obras de Camilo que selecionamos há também a especificidade da vontade divina e do destino implacável que a Providência impõe aos penitentes. O espaço físico é utilizado pelo narrador para explicitar que o tempo da nobreza acabara e que o casamento seria trágico. A imponência decadente do palácio é assunto de conversa entre uma pessoa que não é da região e um camponês que reside na área:

- De quem é aquele palácio?
- Do duque de Cliton.

- Está abandonado?
- Não. Vive ali. - Só e triste?
- Só, não, que há três meses entrou para ali com sua mulher. Triste... não sei. - Pois vivem ali esposados de três meses?!
- Vivem... se vivem. O que posso dizer-vos é que a duquesa tinha uma face celeste. Vimola entrar nesta terra: **tinha a brancura das imagens que se adoram na igreja;** mas, para ser em tudo como elas, olhava para a gente com certa tristeza, que faz doer o coração dos estranhos.
- E depois; nunca mais os vistes?
- Raras vezes: uma vez, perto da noite, passeando sozinha entre os arvoredos do jardim; outra vez, no ângulo daquele castelo velho, debruçada sobre os fossos. **Parecia um fantasma:** era de manhã, mal se via ainda. (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1319 - 1320).

Novamente, vemos que Branca possui algo de divino e sobrenatural, mas sob um viés negativo. O interior do palácio é apresentado pelo narrador como um local escuro e em que até mesmo os funcionários são assombrosos:

Branca de Clermont está sentada num sofá, dispondo, em rigorosa simetria, as flores do inverno em jarras de ouro. Em frente cintila um vivo lume do fogão abandonado. A claridade do dia penetra a custo entre as frestas das portadas interiores das janelas. O clarão, que derrama no recinto uma luz azulada, é mais da lavareda que do dia. **Uma criada, silenciosa e sombria como um fantasma,** depõe sobre uma mesa um tabuleiro, com aparelho de chá, e retira-se. (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1320, grifo nosso).

A apresentação tenebrosa do palácio orna com a situação do casal, passaram os três meses com poucas palavras e com grande tristeza. Chamamos a atenção de que, por serem nobres, nenhum dos dois precisa se preocupar em trabalhar ou em ter condições financeiras para se manterem. Posteriormente, seremos apresentados a personagens que não gozam dessa mesma regalia. Contudo, como já expusemos, mesmo sendo capazes de fugirem às vicissitudes cotidianas, sua sorte será ditada pelo céu, algo de que eles próprios se mostram cientes. Branca sugere ao duque que vá a Paris, que se divirta, que se alegre, já que ela própria não pode fazê-lo feliz:

- Tenho-te pedido que vás a Paris, que folgues, que viajes, que vivas... Não queres... Pois deveras aceitar o conselho de uma amiga... Eu exultaria, se me dissessem que a alegria te acompanhava longe de mim... Porque não vais?
- Aonde, que a desgraça não me acompanhe?
- Tens razão... dizes bem. Convenci-me de que a **Providência** me mandou ser o instrumento do teu infortúnio. Se me quiseres fugir, não fugirás. **A letra do destino é inexorável...** Há-de cumprir-se... Tem de ser... Não to disse eu? (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1322, grifo nosso).

Na estrutura interna da obra, a Providência e o destino são infalíveis. Se enxergarmos as narrativas dos penitentes como representações que vão além de seus sucessos e penúrias pessoais, será possível postularmos que, de acordo com o romance, a aristocracia sobrevivente possuía uma grandiosidade decadente e um destino determinado por Deus, do qual não poderia fugir. Até mesmo a escolha de levar Sebastião à França na época da Revolução Francesa, mostrar sua aproximação a Napoleão e seu casamento com uma aristocrata francesa podem indicar a predileção do narrador em direcionar seus leitores ao centro das mudanças que levaram a Europa do Antigo Regime à Idade Contemporânea.

Ao tentar indagar sua esposa sobre o porquê de estar sempre tão triste, o duque recebe a resposta de que Branca já se apaixonara e que seu amado fora enviado para o Egito graças às intervenções de seu pai e que lá morrera. Por isso, sentia-se culpada pelo seu destino. Benoît diz que esteve na campanha do Egito e que recebera uma carta de um soldado desejoso de retornar à França: Ernesto Lacroze. A duquesa fica extremamente feliz com o fato de não ter enviado o rapaz para sua morte. Benoît, por sua vez, sente-se inferior ao antigo amante de Branca e toma um aspecto taciturno. A mudança do casal é refletida também no espaço em que vivem:

E, se, três meses depois, o passageiro desse dia aí tornasse, perguntaria ao aldeão:

- Vive-se em Cliton como há três meses?

- Não, senhor. Já se vêem luzes naquela casa. Já os titulares de Angoulême visitam o Senhor Duque. A formosa duquesa passeia risonha com seu marido. Mas ele, cada vez mais acabado, só tem sorrisos para ela. Quando passeia só, nem vê a gente que o corteja. Embrenha-se por essas florestas, e deixa folgar os amigos nas suas salas. Enquanto a ela, parece outra. Vem dar esmola aos pobres, e gosta muito das criancinhas dos fazendeiros. Como em breve será mãe, já vai sentindo com os filhos alheios uma sombra de ternura que terá pelo seu! (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1326).

Em breve veremos que os momentos de contentamento de Branca serão curtos. O retorno de Lacroze, depois que Branca já se casara e estava iniciando uma nova família, lembra uma volta tempestuosa muito conhecida do público de língua portuguesa e de que já tratamos nesta dissertação: *Frei Luís de Sousa* de Almeida Garrett. Iremos retomar e expandir o enredo dessa peça, escrita em 1843. Madalena casa-se com Dom João de Portugal, que parte para a guerra junto a Dom Sebastião. Com o resultado funesto desse fatídico empreendimento, nem o rei, nem o marido de Madalena retornam. Por sete anos, a senhora procura saber o paradeiro de seu esposo, sem conseguir encontrá-lo. Ao considerar-se viúva, casa-se novamente. Da união com o novo marido, Manuel de Sousa Coutinho, nasce Maria, uma menina que possui um estado de saúde frágil e que contava 14 anos no início da peça. Sendo assim, 21 anos depois da batalha de Alcácer-Quibir.

Como já abordamos, uma das consequências do desaparecimento de D. Sebastião, sem deixar herdeiros, foi a União Ibérica (1580 - 1640), período em que Portugal ficou subordinado à Espanha. No início da peça, a casa de Manuel é requisitada pelos espanhóis. Por se sentir ultrajado, o português incendia seu próprio palácio para não ter que ceder aos castelhanos:

Quem sabe se eu morrerei nas chamas ateadas pelas minhas mãos? Seja. Mas fique-se aprendendo em Portugal como **um homem de honra e coração**, por mais poderosa que seja a tirania, sempre lhe pode resistir, em perdendo o amor a coisas tão vis e precárias como são esses haveres que duas faíscas destroem num momento. Como é esta vida miserável que um sopro pode apagar em menos tempo ainda! [...] Ilumino a minha casa para receber os muito poderosos e excelentes senhores governadores destes reinos. As suas Excelências podem vir, quando quiserem. (GARRETT, 2012, p.30, grifo nosso).

É a honra que move Manuel a cometer um ato de tamanha proporção. A violência e os ânimos exaltados diante de uma ação que fere a honra são as características que compõem um 'bom português'. Como podemos ver na fala de Telmo, antigo escudeiro de Dom João de Portugal, mas que continua com a família. Acompanhemos o que diz a Maria:

O vosso pai, D. Maria, **é um português às direitas**. Eu sempre o tive em boa conta; mas agora, depois que lhe vi fazer aquela ação, que o vi, com aquela alma de português velho, deitar as mãos às tochas e lançar ele mesmo o fogo à sua própria casa; queimar e destruir numa hora tanto do seu haver, tanta coisa do seu gosto, para dar um exemplo de liberdade, uma lição tremenda a estes nossos tiranos. (GARRETT, 2012, p.32, grifo nosso).

Mais para frente no *Livro Negro* veremos a honra ser o motor para comportamentos violentos, incluindo um outro incêndio, momento em que retomaremos as ideias aqui expostas. Após o fogo consumir o palácio, Manuel de Sousa ordena que toda a família e criados se mudem para a antiga casa de Madalena, onde ela morara com Dom João de Portugal. A senhora tem um pressentimento sobre retornar para aquele palácio e tenta, inutilmente, convencer o marido de irem para outro lugar:

Mas tu não sabes a violência, o constrangimento de alma, o terror com que eu penso em ter de entrar naquela casa. Parece-me que é voltar ao poder dele, que é tirar-me dos teus braços, que o vou encontrar ali. Oh, perdoa, perdoa-me, não me sai esta ideia da cabeça. Que vou achar ali a sombra despeitosa de D. João, que me está ameaçando com uma espada de dois gumes. Que a atravessa no meio de nós, entre mim e ti e a nossa filha, que nos vai separar para sempre. (GARRETT, 2012, p.28).

O vaticínio de Madalena irá se cumprir. Um senhor com barbas longas, e que aparenta ter uma idade maior do que realmente tem, diz ser um romeiro que vinha de Jerusalém. Alguns personagens tentam descobrir sua identidade. Frei Jorge, irmão de Manuel, pergunta quem ele é. O romeiro, apontando para o quadro de Dom João de Portugal, diz não ser ninguém. Como se depois de todo este tempo, o homem que houvera sido não existisse mais. Seu envelhecimento é tão precoce que nem sequer Telmo, seu antigo escudeiro e mais velho que ele, consegue reconhecê-lo:

TELMO: Meu filho! Oh! É o meu filho todo; a voz, o rosto. Só estas barbas, este cabelo não. Mais branco já que o meu, senhor!

ROMEIRO: São vinte anos de cativo e miséria, de saudades, de ânsias que por aqui passaram. Para a cabeça bastou uma noite como a que veio depois da batalha de Alcácer; a barba, acabaram de a curar o sol da Palestina e as águas do Jordão. (GARRETT, 2012, p.55).

A partir do momento em que a identidade do romeiro é conhecida, Manuel de Sousa e Madalena se direcionam à vida monástica e sua filha, Maria, morre em um acesso de vergonha durante a cerimônia de início da vida religiosa de seus pais.

A continuação de Portugal como uma potência ultramarina é impossibilitada pelo desaparecimento de Dom Sebastião. O retorno de um dos soldados apenas traz sofrimento e destruição, indicando que a nação deveria deixar seu passado conquistador para trás. O incêndio do palácio e a entrada dos pais de Maria para a vida monástica representariam uma incerteza sobre os rumos do país. Evidenciaremos como esses mesmos elementos surgem no *Livro Negro* e teceremos quais significados eles podem ter neste romance.

Voltando ao duque de Cliton, seremos levados à festa de comemoração pelo nascimento de sua filha: Elisa de Montfort. Um dos convivas é um ilustre cavaleiro chamado Luís La Ponte d’Auvergne, oriundo da Picardia e que, assim como Dom João de Portugal, aparenta ser mais velho do que é. Acompanhemos a conversa entre ele e o visconde de Armagnac:

- Deveis ter começado cedo as vossas viagens, para tão novo poder abranger tanto mundo?
- perguntou o visconde.
- Comecei de dezoito anos, e tenho trinta. - Fazia-vos quarenta, cavaleiro.
- Não vos contraria a conjectura... Senhor Visconde. Todos me dão essa idade. - O vosso bigode tem cabelos brancos.
- E a minha cabeça tem poucos negros. Os que vós não vedes, cavaleiro, são os cabelos da alma. A vossa fisiologia decerto reprova uma alma com cabelos; mas não me reputeis por isso materialista da escola “voltaireana”. Muitas vezes imaginei que as pupilas dos meus olhos recuavam nos nervos ópticos, subiam ou desciam aonde quer que o espírito

existe, e viam lá o rápido branquear dos cabelos da alma. (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1330).

Depois da conversa, D'Auvergne se retira para o jardim com o intuito de ficar sozinho, momento em que apresenta uma reação física inesperada: “Era alta a sua respiração, como a do asmático em aflições de asfixia. Corria pela testa a mão ardente, e retirava a mão como queimada do fogo que lhe calcinava as fontes.” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1332). Essa descrição é um indício que leva o leitor a suspeitar das reais intenções de D'Auvergne e também de sua identidade. Quinze dias depois, Branca e o marido têm uma discussão. Benoît continua a se sentir preterido no coração da esposa pelo fato de apenas com a informação de que Lacroze estava vivo Branca se restabelecera. Por isso, neste momento em que a duquesa diz amá-lo, o duque não mais a ama. A conversa é interrompida porque Benoît é chamado para a casa do visconde, onde encontrará o misterioso picardo. Branca, assim como Madalena, é tomada de uma forte preocupação devido a um pressentimento:

Branca derramou copiosas lágrimas na face de Elisa. Assaltada por um vago presságio, ergueu-se com ela, e sentia ânsias mortais. Queria encontrar o que era que a apavorava, e não via a sombra negra que lhe passava sobre o coração.

- Dai-me luz, meu Deus! Aclarai-me este pressentimento! Que fiz eu para tanto? Eu era ainda ontem feliz! Meu marido não é meu inimigo... Dá-me todos os seus momentos, sem fastio nem azedume! Que desventuras posso eu recear... (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1339 - 1340).

Situação que irá se tornar cada vez mais problemática, em função da aproximação de d'Auvergne. A noite daquele mesmo dia apresenta uma oportunidade para que essa escalada aconteça. O duque convida o picardo para jantar em sua casa. Quando os homens se aproximam, Branca os vê de relance e reconhece que d'Auvergne é, na verdade, seu antigo amante, Ernesto Lacroze. A duquesa desmaia e é acudida pela ama de Elisa. O ocorrido é tão grave que até mesmo os convivas têm que se retirar. Ao aproximar-se de sua esposa, o duque apenas escuta as palavras ‘perdão’ e ‘Lacroze’, o que faz com que ele se irrite muito:

Mandou retirar o médico, o capelão, e os criados da câmara. Ficou só com ela, escutando ansioso o balbuciar do delírio. Sempre as mesmas palavras. Às últimas levou as mãos à cabeça, como se as fontes, arquejantes de lume, se lhe partissem. Branca abriu os olhos espavoridos e estendeu-lhe a mão. O duque retirou a sua, cruzou os braços, e contemplou-a com o primeiro sorriso de demônio que rebentava naqueles lábios. (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1344).

Defendemos que é a honra ferida do duque, enquanto marido desrespeitado, que opera toda a mudança em seu comportamento. Pelo ciúme, passa a não mais amar a esposa e a se satisfazer com seu sofrimento.

Os comportamentos das personagens camilianas apaixonadas revelam uma profunda alienação da razão, levando a criatura ao ponto de adquirir características demoníacas, até ao nível de manifestações físicas. Estas modificações orgânicas manifestam-se tanto nos seres corrompidos como naqueles que, apesar de terem boa índole, se deixam dominar pelo desejo de vingança [...] (REIS, 1993, p.198).

O picardo interroga o visconde e consegue descobrir que Branca casara violentada pelo pai e que só se tornara novamente feliz quando soube que Lacroze estava vivo. Essas duas informações o tranquilizam. Ele, então, pede que o visconde entregue uma carta à duquesa, prometendo que ela teria um efeito tranquilizador para Branca. A moça abre a carta e lê o seguinte:

“Ninguém sabe, excepto vós, que sou Ernesto Lacroze. Não receeis a minha presença. Não venho pedir-vos conta de um juramento. Sou feliz; mais feliz que vós, duquesa. Sei a vossa história. Sou vosso amigo. Recebei-me com indiferença. Não reveleis o mais ligeiro indício de surpresa. Não vos comprometo. Creio que é inocente o prazer de ouvir-vos. O passado não tem nada conosco.  
*Lacroze.*” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1347).

O efeito esperado da carta é atingido, Branca se sente muito melhor. Ela queima a carta, coloca as cinzas dentro de um jarro d’água e posiciona o objeto debaixo de sua cama. Tal era o medo que tinha que o conteúdo da correspondência fosse descoberto. Seu marido, o visconde e o médico retornam ao quarto e conversam sobre D’Auvergne e seu curioso envelhecimento precoce. Podemos verificar a ironia nas palavras que o médico trava com o duque:

- Parece-me um perfeito cavalheiro! Deve-me uma simpatia dessas muito raras que me cativam. Acho-o apurado nesta finura de sentimentos que se depuram no infortúnio. Tem uma fisionomia de inteligência que te há-de maravilhar, Branca. O que não terá passado aquele homem! Aos trinta anos, cabelos e bigode, semeados de cãs, é coisa extraordinária! - Não é tanto assim - atalhou solenemente o doutor - ; esses casos são frequentes: pertencem à organização, e não têm nada com o espírito. São atributos hereditários que muita gente moça tira partido para se afectar mártir de paixões; mas a ciência ri-se desses actores de tragédia. [...] Fui rapaz, grande tributário da loucura; mas não posso dar-me como exemplo na especialidade dos cabelos brancos, porque sinto dizer-vos que aos dezoito anos era calvo. O que posso assegurar-vos, é que o meu chinó de tempos a tempos fazia-se de uma cor extravagante. Se isto era efeito de paixões, não sei; mas creio que não; salvo se os proprietários legítimos dos cabelos se apaixonaram, e reflectiam a sua dor no meu chinó. (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1350).

É possível que Camilo estivesse ironizando a obra de Garrett. A mesma peça será alvo de Camilo novamente, desta feita de uma maneira mais explícita. Em *Amor de Perdição*, o irmão de Simão, chamado Manuel, teve um relacionamento com uma açoriana que já era casada com um estudante de medicina. Quando o pai dos rapazes, Domingos Botelho, descobre, encontra a moça e oferece ajuda para que ela retorne à casa de sua mãe. O autor critica a morte por vergonha da personagem Maria de *Frei Luís de Sousa* e indica que o médico continua sua vida, mesmo com a fuga da esposa. O envolvimento amoroso de Manuel com a senhora açoriana pode ser visto como um momento mais realista da obra. O narrador indica que: “o estudante continuava nesse ano a frequentar a universidade; e como tinha já vasta instrução em patologia, poupou-se à morte da vergonha, que é uma morte inventada pelo visconde de A. Garrett no *Fr. Luiz de Sousa...*” (CASTELO BRANCO, 2020, p.153).

D’Auvergne é convidado mais uma vez para a casa do duque de Cliton e consegue ter acesso ao quarto do casal, onde Branca se recuperava. As falas do picardo têm um tom jocoso, mas também um certo ar de censura à moça. Ele se retira informando que terá de ir a Nantes. Logo depois de sua saída, Benoît lê uma notícia de um jornal de Nápoles de 28 de Agosto de 1807, com uma notícia de suicídio ou deserção de Ernesto Lacroze. Após a leitura, Benoît acredita que Lacroze estava morto. O duque não revela à esposa o que havia acabado de ler por medo de que ela voltasse a se sentir preocupada por ser responsável pelo suicídio de Lacroze. Contudo, o visconde de Armagnac consegue deduzir a verdadeira identidade de seu hóspede. Ao confrontá-lo, fica sabendo que o plano do antigo amante de Branca é de voltar a Cliton de tempos em tempos e encontrar sua felicidade sendo um amigo para a moça. Evidentemente, sem revelar sua verdadeira identidade a ninguém.

Lacroze encontra-se com Branca em Cliton. O duque, que estava na casa do visconde, fica surpreso de não ter sido chamado. O marechal deixa claro que não vinha exigir de Branca que ficassem juntos, mas que ela o aceitasse como um amigo: “Sei que fostes um anjo, e a Providência, que vos fez mártir, quer que eu seja o vosso juiz. Não vos encontro culpada. [...] O amante já não existe. O amor é impossível entre nós.” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1365 - 1366). Ela aceita sua proposta, embora tenha a preocupação de que Lacroze pudesse ser descoberto. Branca terá grandes dificuldades de conviver com seu antigo amante com tanta proximidade, oscilando entre momentos em que o vê como um irmão e outros em que reprime seu desejo romântico. A fala de Ernesto caracteriza Branca dentro do campo semântico católico, ao considerá-la um anjo e uma

mártir. Além disso, seu destino foi, de acordo com o marechal, desenhado pelos desígnios da Providência, o que corrobora com a visão de mundo em que o controle do que acontece na Terra pertence a Deus. A resposta de Branca dialoga com essa visão e exhibe, uma vez mais, a sua premonição: “Tenho mais ânimo do que é possível... A mão oculta de Deus... devo crer que me ampara nesta vida... não sei para que martírio... com que devo ganhar o céu...” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1366). O excerto evidencia o sofrimento como uma etapa que deve ser cumprida para o atingimento da meta final. É digno de nota que os penitentes não consigam ver uma possibilidade de felicidade em vida e pensem que Deus escolheu que sofressem para alcançarem a vida eterna no paraíso. Ao tratar de Branca (uma aristocrata que vive durante as transformações da sociedade francesa da época de Napoleão) como uma penitente submissa à vontade divina, o narrador pode estar apresentando uma das visões de Portugal sobre a transição do Antigo Regime à Idade Contemporânea. Tanto a nobre quanto seu antigo amante, em cuja alma há “a nobreza do filho do povo” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1363), se submetem ao sofrimento e aos desígnios do céu como guias de suas vidas. Isto é, mesmo com muitas mudanças, todas as classes continuavam sujeitas ao céu.

É uma mistura de sofrimento com felicidade o que caracteriza o tempo que Lacroze permanece no palácio de Cliton. O marechal conta seus infortúnios, ainda que não com detalhes, o que faz com que Benoît se sinta mais conectado a ele e o estime como amigo. O duque o chama para um passeio a cavalo, sendo uma ocasião agradável para todos os presentes. Logo depois, foram jantar, momento em que Benoît estende mais um convite ao seu convidado, que continuava a acreditar ser Luis d’Auvergne:

O duque instou com o hóspede para que pernoitasse ali, como prova duma eterna aliança de amizade. Esta prova, tão pequena, para tamanha aliança, pareceu misteriosa a Lacroze. Não sabemos o que ele profetizou deste facto realmente impossível, apesar dos desejos dele. Achou no convite uma ingenuidade patriarcal. Reparou na duquesa, que não pôde ocultar uma opressão aflitiva como um vaticínio de maior desgraça. [...] À meia-noite, Lacroze recolheu-se ao seu quarto. [...] Julgava-se feliz. (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1372 - 1373).

Durante a estadia de Lacroze, Benoît o procura para poder se abrir. O que o leva a tal situação é o fato de ver que, assim como ele, D’Auvergne também sofreu muito: “O verdadeiro amigo é o confidente que recebemos no coração. Estes são muito raros. [...] Um tal amigo, ao menos para mim, há-de ter sofrido muito, há-de ter perdoado todas as afrontas, há-de ter bebido um cálix de fel sem gemer uma queixa. Sois vós.” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1374).

Apesar da iniciativa do duque, o convidado diz não poder ser seu amigo por não possuir mais a energia e os sentimentos necessários. O abatimento moral e o infortúnio do antigo amante de Branca são indicados pelo narrador, e também pelo próprio personagem, como os causadores de sua debilidade física. Opondo-se ao cientificismo, que ganhava força no século XIX, a narrativa aponta os limites dos conhecimentos científicos ao tratar do estado do marechal:

Sr. Duque tenho horas de profundo sofrimento... são as minhas infernais intermitentes [...] Ernesto Lacroze não mentira. Atacava-o a vertigem de uma demência periódica. Os efeitos dela eram a imobilidade; mas o aspecto era terrível. [...] Se punha a mão no peito, é porque aí sentia uma pontada que o não deixava respirar. A fisiologia explicará o fenómeno? Não. Mas eu já vi, sobre um cadáver, as membranas dum coração laceradas. Imagino que se dava esse trabalho de morte no peito arquejante de Ernesto Lacroze. Poderia responsabilizar-me por esta ideia perante a ciência, porque a ciência é o método de não saber nada, fora do tacto, da conjectura, e do microscópio. (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1377-1378).

Defendemos que a coerência interna da obra se dá através de uma visão em que os sentimentos e a conduta moral dos personagens têm um peso preponderante, a ponto de levar a consequências fisiológicas. Dentro dessa perspectiva, o conhecimento científico é considerado limitado e inferior ao vaticínio e à intuição. Como já apontamos, é possível supor que uma parte considerável do público leitor de Camilo fosse composto de conservadores, que não viam com bons olhos as novidades tecnológicas trazidas com a Regeneração. O crítico José-Augusto França é ainda mais enfático quando se refere ao público do escritor: “É certo que Camilo se dirigia a um ‘público atrasado’ que era o público do romantismo nacional” (FRANÇA, 1993, p.300). Sendo assim, essa postura crítica à ciência talvez dialogasse com a mentalidade dos destinatários imaginados pelo escritor.

O duque se aproximava cada vez mais de D’Auvergne, que foi convidado para seu aniversário de 29 anos. O marechal suscitara a atenção das damas, dentre elas a viscondessa de Namur. Apesar de ser casada, ela o procura com um olhar lascivo. Os dois dançam juntos, mas a viscondessa percebe que ele não demonstra o menor interesse. Ela pergunta à duquesa se o marechal é apaixonado por ela. Branca reage com grande alvoroço, o que aumenta suas suspeitas. A viscondessa organiza um baile e convida D’Auvergne, que não comparece. No dia seguinte, ele envia uma carta à anfitriã para justificar sua ausência, a desculpa é de que não estivera no evento devido a uma febre. Sabendo que D’Auvergne mentira e que estava em Cliton, a viscondessa vai até a casa da duquesa para provocá-lo. Ela também envia uma carta ao marechal com duras críticas.

A resposta de D’Auvergne é muito humilhante: “Devolvo a vossa carta, Senhora viscondessa de Namur. Apresentai-vos com ela num bordel, e sereis admitida. As vossas companheiras hão-de ceder-vos a supremacia na imoralidade.” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1389). A correspondência aviltante faz com que ela passe a tramar uma vingança.

Notemos, mais uma vez, que, apesar de a Revolução Francesa já ter ocorrido, estamos diante de um mundo com futilidades e personagens pertencentes à aristocracia que se preocupam com intrigas de salão e desfeitas de convidados que não comparecem a bailes. Não vemos as vicissitudes a que as camadas mais necessitadas da população estavam expostas. Até mesmo do ponto de vista do espaço, as cenas se passam constantemente em palácios e os eventos costumam ser festas e passeios a cavalo. A temática da nobreza parecia ainda ocupar um lugar de importância na mentalidade portuguesa oitocentista.

Lacroze se apresentará em Cliton, mas não verá o duque, que saíra a passeio. Ele encontra Branca em um estado febril. Ao tratar dos infortúnios causados pela viscondessa de Namur, o marechal volta a elaborar um discurso místico sobre a situação em que se encontravam:

Branca!... a nossa felicidade santa, sem mancha, sem remorso... foi uma mentira... É inevitável o nosso destino... Eis-nos aqui mais desgraçados do que nunca... A nossa separação é uma força que nos vem dum braço infame... um débil braço de mulher, que vem entre nós cavar a sepultura! [...] É a **predestinação** minha irmã!... O que será sem ti, a minha vida... [...] medito noite e dia, a maneira de nos salvarmos duma imprevista fatalidade sem fugirmos pela porta da desonra! E, contudo, eu serei um infame quando o meu nome se descobrir! (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1391, grifo nosso).

Diante do impasse, Lacroze decide ir embora e não mais encontrar Branca. Contudo, o duque insiste para que permaneça. Benoît já estava ciente dos rumores a respeito de um caso de adultério entre ele e sua esposa. Em virtude de sua amizade, insiste para que o marechal não se vá, ele então pergunta qual seria o resultado caso se negasse a ficar. O duque oferece um argumento convincente: “Direi que d’Auvergne recebeu que o tempo revelasse as provas da sua infâmia.” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1394). O marechal pergunta ao duque quais seriam tais provas, ao que o duque responde que só as apresentaria caso elas aparecessem. Como uma maneira de desprezar a viscondessa por toda situação que ela começara, o duque marca um novo baile e chama todos os convidados anteriores, exceto o visconde de Namur.

A viscondessa considera um insulto o fato de não ter sido chamada para o evento. Por isso, inicia uma produção de cartas para serem enviadas ao duque. Ela convence um escudeiro de Benoît de que o adultério de fato acontecia e que se ele levasse informações a ela, seria bem pago. Através

desse artifício, a senhora passa a saber a rotina da casa de Branca, com riqueza de detalhes sobre os horários em que a duquesa estava sozinha com o marechal, as horas em que ele chegava e saía, etc. A opinião pública toma o partido da viscondessa e Benoît passa a ficar cada vez mais irritado com a situação, ao ponto de tratar sua esposa com frieza.

A antiga amizade do duque com d'Auvergne torna-se uma relação tempestuosa e de constante desconfiança. “Entre Lacroze e o duque estava a morte, sorrindo, em ar de festa, e afagando-os a ambos. Encaravam-se com aspectos sinistros, e trocavam-se raras palavras, em que não transpirava rancor, mas a ebulição do Etna, que vai exalar uma lava.” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1402). Apesar disso, eles mantinham uma máscara diante de Branca, para que ela não soubesse do desentendimento que havia entre eles.

A duquesa estava grávida pela segunda vez e vaticinava uma morte próxima. No dia do parto, d'Auvergne estava em sua casa. O duque recebe a visita de dois marechais que lutaram junto a ele no Egito. Ao saberem que a duquesa estava em trabalho de parto desejam partir, mas Benoît insiste para que fiquem e diz que chamará um amigo para lhes fazer companhia enquanto vai ver seu filho que acabara de nascer. Quando os marechais veem d'Auvergne, reconhecem-no imediatamente como sendo Lacroze. “O duque de Cliton, ao som destas palavras, que lhe desceu com a morte ao coração, murmurou o nome que ouvira. O gelo da demência atrofiou-lhe o cérebro. Os olhos, como de cristal, imóveis, fixos a face majestosa de Lacroze, ficaram nesse espasmo da agonia que nem a morte desfigura.” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1405). Diante da revelação, Lacroze se mantém sereno e diz ao duque que quando quisesse poderia encontrá-lo em sua casa.

Depois dessa revelação, o duque fica alucinado, chegando a ameaçar o médico responsável pelo parto de Branca. Benoît o expulsa de sua casa e ordena que todos os criados saiam também, sob o risco de morrerem caso permaneçam. O médico procura entender o que havia acontecido e pergunta ao escudeiro. Ele responde que Lacroze havia invadido o quarto de Branca, apesar da resistência das criadas. Essa informação faz com que o médico chegue à conclusão de que a traição era real: “A indignação contra mim como se explica!... Bem o suspeitava eu!... Falou a verdade pelos lábios de uma infame! A viscondessa de Namur não se enganou!” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1408). Nesse frenesi, o duque toma suas pistolas, títulos bancários e ácido sulfúrico. Pela rapidez e insensatez do lance, Benoît deixa cair o castiçal no chão, um prelúdio da destruição que viria a seguir. O escudeiro do duque, que havia levado as notícias da casa à viscondessa de Namur, chamado Lafèvre, é o responsável por avisar todos os criados da ordem de deixarem o

palácio imediatamente. O único que desobedece a ordem é o padre La Croix, que permanece ao lado de Branca rezando. Ele também será expulso pelo duque, mas permanecerá do lado de fora do quarto. Benoît o chamará de hipócrita por considerar que ele a ajudava a esconder o adultério, ao que o padre responde: “Hipócrita, não, senhor! Em nome de Deus vos juro que vossa esposa está inocente... e morta!” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1410). Depois de forçar o religioso a se retirar do recinto, Benoît leva o copo d’água que Branca havia pedido à sua criada. Ele “pousou o copo ao pé do crucifixo, que, entre dous castiçais, estava à cabeceira do leito. Tomou o pulso à duquesa. Reinava um profundo silêncio, cortado pelos guinchos das aves que respondiam das florestas remotas aos estrídulos gritos da floresta próxima.” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1410). Ao copo d’água, o duque adicionara o ácido sulfúrico para matar sua esposa. O narrador pontua que Benoît escolhera colocar a ferramenta do assassinato bem abaixo do crucifixo, é possível interpretar essa opção como uma afronta ao divino. Além disso, a menção à natureza para composição do espaço auxilia na construção de horror da cena.

Depois de tomar a água, a duquesa começa a se sentir mal e percebe que houvera sido envenenada pelo próprio marido. “O duque ergue-se, cruza os braços, e fixa, com impassível beatitude de espírito, a duquesa. Um vermelho-carmesim tinge a face dela. Os olhos cintilam, e a garganta cerra-se-lhe, como apertada por uma gonilha. [...] E o duque não se desviava uma linha da sua atitude contemplativa.” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1411). O narrador alonga a descrição do que se passava com Branca ao ter sido envenenada:

Principiava a desfiguração. O escarlate desaparecera. Seguiu-se um verniz cor de barro: os músculos bucinadores retraíram-se, deixando sobressair os ossos da face apenas cobertos duma sombra verde-negra à feição do disco duma úlcera. As asas do nariz afilaram-se, como se a cartilagem que as divide se despregasse. Os lábios fenderam-se em golpes cor de chumbo, e a língua, que os umedecia, parecia tocada por um ferro em brasa. [...] Em vinte minutos, o ácido sulfúrico fizera da formosa Branca uma horrível monstruosidade! (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1412).

A predileção pela longa e explícita descrição da transformação que se operava no corpo de Branca pode ter sido fruto do fato de Camilo ceder ao gosto do público de sua época. Como exemplo podemos citar sua primeira obra, o folheto *Maria! Não me mates, que sou tua mãe!* (1848), que trata de uma história real de uma moça que mata sua própria mãe porque ela não aprova seu namorado. O sucesso do folheto indica que o público português tinha “um gosto mórbido pelas histórias de faca e alguidar, que se esconde sob a falsa capa da moralidade, e que não podemos

atribuir apenas a uma clientela inculta e grosseira, mas que é alargado a um público mais vasto.” (SOBREIRA, 2001, p.4).

Voltando a Cliton, vemos que o duque se mantém impassível diante do sofrimento de sua esposa. Branca entrega uma carta a ele e pede para que ele leia depois. Ela também pede uma cruz. Benoît decide ir atrás de Lacroze e destruir o palácio:

Saiu do quarto precipitadamente, não ouvindo a súplica da cruz. Atravessou a casa despovoada, e não viu o sacerdote que entrou no quarto da duquesa, apenas ele saíra. Desceu ao pátio: esperavam-no os cavalos, com o escudeiro. O duque tirou da mão de Lafèvre um castiçal. Entrou num vasto armazém cheio de palha, que formava os baixos do antigo castelo de Cliton, separados por uma grossa parede do edifício fabricado cem anos antes. Chegou a luz à palha. Levantou-se uma lavareda. (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1413).

O religioso é o único que resiste às ordens do duque e se mantém firme cumprindo suas funções eclesiásticas. Por outro lado, o médico, ao ser ameaçado, deixa a casa. Além disso, o responsável pela parturiente acredita nos rumores sobre a traição, já o padre tenta defender a duquesa. O amparo de que Branca precisava veio do representante do catolicismo e não do que simbolizava a ciência. A coragem e altivez moral estão presentes em La Croix e não no médico. O que pode ser mais uma indicação de que a obra defende o lado espiritual como superior ao científico. Mesmo aceitando seu destino e sua morte, Branca não recebe sequer a cruz que pedira ao marido. Quando todos os criados obedeceram e permitiram que o duque assassinasse sua esposa, o único que permaneceu para oferecer alguma assistência foi o padre.

Comparemos o incêndio perpetrado por Benoît com o feito por D. Manuel de Sousa Coutinho, da já referida peça *Frei Luís de Sousa*. O ato de D. Manuel Coutinho é considerado algo de alto valor, pois lutaria contra a tirania dos espanhóis. Já abordamos que esse ocorrido representaria a saída de Portugal do mundo convencional, dando espaço a uma existência abstrata e espiritual. Ao interpretar a peça, Lourenço afirma que:

O drama de Garrett é fundamentalmente a teatralização de *Portugal como povo que só já tem ser imaginário* (ou mesmo fantasmático) - realidade indecisa, incerta do seu perfil e lugar na história, objecto de *saudades* impotentes ou *pressentimentos trágicos*. Quem responde pela boca de D. João (de Portugal...), definindo-se como *ninguém*, não é um mero marido ressuscitado fora da estação, é a própria pátria. O único gesto positivo, redentor, do seu *herói* (Manuel de Sousa Coutinho) é deitar fogo ao palácio e enterrar-se *fora* do mundo, da história. (LOURENÇO, 2009, p.86).

O incêndio do palácio na peça de Garrett relaciona-se a uma saída de Portugal do mundo e também a um projeto que o escritor tinha de tentar encontrar uma solução para o seu país. “É um Portugal preso entre um passado que tenta renegar e que o pode destruir e um presente que ainda não possui suas raízes, pátria, portanto, sem uma *existência real*, que esta peça retrata e com a qual quer interagir, sem, porém, chegar a apresentar nenhuma saída possível.” (OLIVEIRA, 2020, p.21). A destruição realizada pelo duque de Cliton, por sua vez, pode representar uma etapa da dissolução do poder aristocrático. Lembremos que o marquês de Luso, Susana de Montfort e muitos outros nobres são assassinados no início do romance. Branca é envenenada por Benoît, que morrerá para o mundo tornando-se padre Dinis. O palácio, assim como a nobreza, ‘sobreviverá’ ao incêndio, mas eles não serão mais os mesmos. Os filhos do casal não terão destinos muito favoráveis, como veremos mais à frente.

Ao chegar na casa do visconde de Armagnac, o duque lê a carta que Branca lhe dera, na qual a duquesa explica que d’Auvergne era Ernesto Lacroze, mas que era apenas um amigo que vinha tentar tranquilizá-la com relação à culpa que sentia por ter sido responsável por sua desgraça. Ao final da correspondência, Branca pede a Benoît que cuide de Elisa: “Se alguma imprevista eventualidade fizer desgraçada minha filha, não a deixes abismar-se. A infeliz é a vergôntea dum tronco corroído de vermes: serão amaldiçoados os seus frutos.” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1416). Há, portanto, uma defesa de que a desventura é hereditária e impossível de escapar. Ao perceber que havia sido injusto com a esposa, o duque pede que o visconde tente salvá-la. É digno de nota que, para o personagem, caso o adultério tivesse de fato acontecido, seria aceitável e correto o envenenamento de sua esposa.

O visconde corre ao palácio dos Montforts para tentar salvar Branca. Ao chegar, percebe que nem todo o edifício houvera sido atingido pelo fogo: “O incêndio não pudera estender-se à parte do palácio onde os senhores donatários residiam. A parede que dividia o antigo do moderno era cantaria duma grossura impenetrável, que, em tempos de feudalismo, formara a fachada do castelo.” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1417). O que corrobora nossa hipótese de análise: a parte antiga do castelo é destruída, a que fora construída nos tempos em que a aristocracia era dominante em um mundo com classes estratificadas. Os nobres puderam continuar a existir, mas apenas na parte nova, com outra roupagem, de um modo diferente. Ou seja, o incêndio do palácio dos Montforts indicaria um processo de ruptura do Antigo Regime em direção à Idade Contemporânea.

O visconde de Armagnac encontra Branca ainda viva e diz a ela que o duque se arrependera do que fizera, pois havia matado sua mulher inocente. Ao saber que ele mudara de ideia após ler a carta, a duquesa diz que morreria contente e expira nos braços do visconde. Logo depois, Lacroze entra no quarto e se despede de Branca. Ao saber que o duque havia partido para Angoulême, sai em direção ao mesmo local em busca de vingança. O marechal procura pistas e consegue seguir o caminho do duque até uma estalagem.

Benoît estava fugindo e troca de roupas com seu escudeiro, que pensa que o amo está louco. Após a troca, o duque o despede e solicita que ele não conte a ninguém seu paradeiro. Benoît parte para a Inglaterra. Tira um passaporte às pressas, que “era concedido a Sebastião de Melo, português, droguista, residente em Lisboa, que viajava para fins comerciais. (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1422). Lafèvre decide voltar à estalagem, sem saber que agora lá está Lacroze, e mente dizendo que nunca passara por ali. Lacroze fica sabendo, pelo dono da estalagem, que um homem de aproximadamente 30 anos se hospedara ali e estava vestido à maneira de Angoulême. Ele pede ao estalajadeiro para ver o cavalo e percebe que pertencia a Benoît. Lacroze oferece dinheiro ao senhor para que ele busque o boné de Benoît, no intuito de ter certeza de que era a pessoa correta. O estalajadeiro oferece uma resistência inicial, mas aceita a sugestão quando o marechal diz que era apenas uma peça que ele gostaria de pregar a um amigo. Ao verificar as peças de roupa, Lacroze reconhece todas como pertencentes a Benoît e Branca, julgando assim tê-lo encontrado. O marechal pede que o estalajadeiro envie uma carta ao visconde de Armagnac. Vejamos seu conteúdo: “Ide a minha casa; despedi os meus criados; tomai conta dalguns mil francos [...] Quando receberdes estas linhas, já não vivem o duque de Cliton, e *Ernesto Lacroze*.” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1425).

À meia-noite, Lacroze vai ao quarto onde supõe que Benoît esteja. A vela que levava consigo extingue sua luz e o marechal adentra o recinto. Ele assassina o escudeiro pensando estar se vingando do duque e depois se suicida. O rosto de Lafèvre fica irreconhecível e, devido à carta que o visconde de Armagnac recebera, as mortes de Lacroze e do duque de Cliton são confirmadas pelas autoridades.

Os filhos de Benoît e Branca (Elisa e Artur) são enviados a Paris. O palácio fica aos cuidados do padre La Croix, que assistira a duquesa em seus momentos finais, e que já lá morava há 30 anos:

O copo do veneno ficou à cabeceira do leito. Os lençóis que receberam o suor da agonia, nunca foram tocados. Um raio de sol nunca mais penetrou aquelas trevas, que pareciam

contar, com o seu silêncio fúnebre uma história horrível. E o povo, desde esse dia, conta visões pavorosas, e ao cair da noite, foge das redondezas daquela casa, cuja capela se alumia a horas mortas, para celebrar um festim de mortos, que muitos afiançam ter visto. (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1427).

Comparamos o romance *Livro Negro de Padre Dinis* de Camilo à peça *Frei Luís de Sousa* de Almeida Garrett algumas vezes. Faz-se necessário realizar um balanço. Defendemos que os temas, do retorno e do incêndio, surgem aqui com uma nova significação. Dom João de Portugal retorna de Alcácer-Quibir, mas, assim como o próprio Portugal, não tinha mais um lugar para si. Não havia ainda uma ideia do que poderia ser, ao deixar de ser a potência imperial e ultramarina de outrora. Por isso diz repetidas vezes ser ninguém. Ernesto Lacroze, por sua vez, um homem do povo, retorna e desestabiliza as vidas dos aristocratas. O envolvimento romântico de Lacroze e Branca indica que o casamento entre a nobreza e a plebe ainda não era possível. Lutar contra essa estrutura social resulta no sofrimento e na morte dos personagens, embora, leve ao início de uma nova dinâmica a que os aristocratas têm que começar a se adequar, tendo como alegoria o incêndio de que já tratamos.

#### **5.4 O surgimento de Padre Dinis**

Após o assassinato de Branca, “Sebastião de Melo vaga sozinho na face do mundo. A expiação principia.” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1428). Os capítulos 39 e 40 são compostos, parcialmente, por *páginas textuais* do *Livro Negro*. O narrador utiliza novamente essa técnica para conferir veracidade ao narrado. Sebastião encontra no navio um homem que está constantemente embriagado e que também vive em remorso por ter assassinado o próprio pai e não ter podido ficar com a mulher que amava. É nesse momento que Sebastião percebe qual seria sua função na Terra:

Este homem foi o instrumento providencial que me salvou. Como se a minha dor comportasse mais angústia, recebi as suas, e compenetrei-me duma compaixão que me roubava instantes à meditação da minha vida. [...] Quis convidá-lo a uma peregrinação de sacrifícios, a uma redenção de prolongados serviços à humanidade sofredora, e consegui apenas, fazê-lo chorar. (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1437).

Lembremos que o chamado de cuidar dos que sofrem é vaticinado quando Sebastião era ainda uma criança e vivia com Laura, como já indicamos nesta dissertação. Em 1813, Sebastião volta a Portugal e é levado a um interrogatório porque há suspeitas de que ele fosse um “negociador de Bonaparte com os jacobinos.” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1442). Através de suas respostas, chegam à conclusão de que as suspeitas eram falsas. No entanto, é nessa ocasião que Sebastião conhece o marquês de Torres Vedras, título concedido ao duque de Wellington por sua participação nas Guerras Peninsulares.

O inglês conta a Sebastião que o marquês de Luso era seu primo. É preciso que retomemos a infância de padre Dinis. Quando o pai do marquês de Luso fica doente, ele vai até Portugal para visitá-lo e, por ter sido pressionado por Laura, tenta encontrar outra pessoa que cuidasse de Sebastião. De acordo com o marquês de Torres Vedras passados dois anos, Sebastião teria sido entregue aos seus cuidados, o que acaba por não acontecer, devido ao assassinato dos aristocratas em 1793. Mais uma vez, o protagonista do *Livro Negro* está em meio a personagens históricos importantes. Desta feita, não apenas frequenta os mesmos espaços, como teria sido criado por um dos principais responsáveis pela vitória contra Napoleão nas Guerras Peninsulares. O marquês de Torres Vedras oferece a Sebastião o acesso ao círculo dos nobres, oferta que ele tenta rejeitar, mas acaba comparecendo a alguns eventos da aristocracia pela insistência do marquês. É nesse contexto que ele conhece Francisca Valadares e se apaixona por ela. O surgimento desse sentimento faz com que Sebastião fique confuso entre o remorso e o sofrimento deixados por Branca e o novo amor que começava a nascer. Contudo, o narrador apresenta a função a ser desempenhada por Francisca Valadares:

Quando recorrêssemos ao maravilhoso para admirar uma nova paixão no duque de Cliton, encontraríamos a Providência como ele a encontra para julgar-se sujeito à mulher que há de puni-lo: à mulher que deve acordar-lhe no coração martírios novos, à mulher que lhe há-de encavar bem dentro na fronte os espinhos que nasceram do túmulo de Branca, nutridos em veneno, e orvalhados dum sangue que clama justiça ao céu. [...] porque não irá ele a receber a morte como um sorriso de amor, a aniquilação como um leito de rosas, a derradeira tortura como o beneplácito do céu? (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1450).

A nova atração é narrada como um instrumento divino. Francisca Valadares seria, portanto, o instrumento divino por meio do qual Deus faria justiça. Em páginas textuais, extraídas, de acordo com o narrador, diretamente do *Livro Negro* original, Sebastião se mostra disposto ao sacrifício para limpar sua alma: “No momento em que uma afeição renasça do pó deste cadáver, [...], eu verei

na mulher que me ressuscitar a mulher que vem vingar-te, Branca! Se ela existe, eu recebo o cálix da sua mão, contanto que a minha alma se purifique para poder encontrar-te no seio de Deus.” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1449-1450). O que dialoga com outro excerto, também vindo, supostamente, de páginas textuais: “Eu sinto-me chamado a não sei que martírios, que me hão-de dar consolação na morte. A expiação talvez depure a alma do remorso, e a purifique como ela foi antes do crime.” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1436). Levantamos a hipótese de que os penitentes dessas duas obras de Camilo representam o Portugal oitocentista, sendo assim, é possível que houvesse, ainda que não de maneira totalmente consciente, uma preocupação, ao menos de uma parte da intelectualidade lusitana, em questionar e expurgar o passado imperial e violento perpetrado pela colonização lusitana ao redor do mundo. Assim como padre Dinis revela buscar perdão pelo que fez, o próprio reino de Portugal de então poderia estar em busca de uma depuração de seu passado (e talvez naquele momento histórico, ainda presente) brutal.

O período de publicação dos romances que aqui analisamos coincidem com o Romantismo, movimento estético que, dentre outras questões, trouxe a discussão sobre a nacionalidade à tona. Cada país, com sua própria particularidade, passou a questionar o que o constituía enquanto nação, seu passado, presente e futuro. Dentro desse contexto, Portugal se vê diante de uma crise (invasões napoleônicas, fuga da família real para o Brasil, perda de sua maior e mais importante colônia, guerra civil, etc.). Essa decadência nacional foi tema da fala do pensador Antero de Quental na segunda palestra das Conferências do Casino (1871). Intitulada *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos*, na qual levanta as três principais razões que levaram Portugal e Espanha ao declínio. Veremos que alguns dos argumentos apresentados pelo poeta encontrarão eco no que defendemos estar nos romances, ao passo que, alguns outros serão negados. Logo no início de seu discurso, o escritor traz a ideia de depuração a que nos referimos no parágrafo anterior:

A decadência dos povos da Península nos três últimos séculos é um dos factos mais incontestáveis, mais evidentes da nossa história [...] se não reconhecemos e confessarmos francamente os nossos erros passados, como poderemos aspirar a uma emenda sincera e definitiva? O pecador humilha-se diante do seu Deus, num sentido acto de contrição, e só assim é perdoado. Façamos nós também, diante do espírito de verdade, o acto de contrição pelos nossos **pecados históricos**, porque só assim nos poderemos emendar e regenerar. (QUENTAL, 2015, p.5, grifo nosso).

Nesta alegoria, Portugal é representado por um pecador e as falhas lusitanas (nos campos da administração, economia, política, etc.) são também apresentadas em um sentido religioso. Até

mesmo um discurso proferido anos depois da publicação das obras que analisamos mantém a argumentação em um campo semântico católico. Muito embora o escritor faça críticas à igreja mais à frente, o substrato para sua análise da conjuntura de seu tempo passa pela religião. O escritor se refere ao fato de os portugueses e espanhóis não mais estarem entre os principais intelectuais da Europa e não mais oferecerem ao mundo contribuições significativas em diversos campos (filosofia, artes, ciências, etc.). As três causas que explicam a decadência dos povos ibéricos apresentadas por Quental são: a transformação do catolicismo pelo Concílio de Trento, o absolutismo e as conquistas ultramarinas. Contudo, para o poeta, a religião é o fator mais preponderante entre eles; já que os países protestantes avançavam, ao passo que os que estavam vinculados a Roma sucumbiam. Eis a comparação que faz entre as nações desses dois diferentes blocos: “Subiam elas pelas virtudes modernas; nós descíamos pelos vícios antigos, concentrados, levados ao sumo grau de desenvolvimento e aplicação. Baixávamos pela indústria, pela política. **Baixávamos, sobretudo, pela religião.**” (QUENTAL, 2015, p.16, grifo nosso). Esses três aspectos contrastavam com seus opostos nas nações que avançaram. O escritor aponta o que levou países como Reino Unido, Estados Unidos, Países Baixos, dentre outros, ao progresso:

Ora, a *liberdade moral*, apelando para o exame e a consciência individual, é rigorosamente o oposto do Catolicismo do Concílio de Trento, para quem a razão humana e o pensamento livre são um crime contra Deus: a *classe média*, impondo aos reis os seus interesses, e muitas vezes o seu espírito, é o oposto do Absolutismo, esteado na aristocracia e só em proveito dela governando: a *indústria*, finalmente, é o oposto do Espírito de conquista, antipático ao trabalho e ao comércio. (QUENTAL, 2015, p.15-16).

Após a Reforma Protestante, buscava-se uma outra reforma dentro da igreja católica. Contudo, seria necessário estabelecer de que maneira ela seria feita. Quental apresenta a dualidade utilizando-se dos termos liberalismo e absolutismo:

A opinião dos bispos e, em geral, das populações católicas pronunciava-se no sentido duma reforma liberal, em harmonia com o espírito da época, chegando muitos até a desejar uma conciliação com os protestantes: era a opinião *episcopal*, representante das Igrejas nacionais. Em Roma, porém, a solução, que se dava ao problema, tinha um bem diferente carácter. O ódio e a cólera dominavam os corações dos sucessores dos apóstolos. Repelia-se com horror a ideia de conciliação, da mais pequena concessão. Pensava-se que era necessário fortificar a ortodoxia, concentrando todas as forças, disciplinando e centralizando; empedernir a Igreja, para a tornar inabalável. Era a opinião *absolutista*, representante do Papado. Esta opinião (para não dizer este partido) triunfou, e foi esse triunfo uma verdadeira calamidade para as nações católicas. (QUENTAL, 2015, p.1718).

Embora esteja se referindo a uma reforma que foi pensada e realizada no século XVI, o escritor se utiliza das mesmas palavras que foram usadas para denominação dos grupos que lutavam na Guerra Civil: liberais (chefiados por Dom Pedro) e absolutistas (liderados por Dom Miguel). A tentativa de modernizar a igreja no século XVI fracassa, já no século XIX, os liberais vencem. Essas ideias ‘absolutistas’ e mais radicais, que levaram Portugal e Espanha ao retrocesso foram derrotadas, mas permaneceram em uma parte da população. Embora nenhum dos dois romances camilianos que investigamos nesta dissertação se coloquem abertamente a favor de nenhum dos beligerantes, há uma defesa do conservadorismo e de uma ‘virtude’ católica. Vide as personagens que já apresentamos que passam pelo processo de pecado > arrependimento > penitência. Além da crítica à ciência, conforme já mostramos. Ou seja, embora Quental também perceba que Portugal teria ‘pecados’ para expurgar, os dois romances de que tratamos não veiculam um conteúdo ‘modernizante’ como o discurso de Quental no quesito religioso. Uma das modificações de grande peso feitas por Roma através do Concílio de Trento buscava controlar os fiéis:

Para sujeitar na terra o homem, era necessário fazê-lo condenar primeiro no céu: por isso o concílio começa por estabelecer dogmaticamente, na sessão 5.<sup>a</sup>, *o pecado original*, com todas as suas consequências, **a condenação hereditária da humanidade**, e a incapacidade de o homem se salvar por seus merecimentos, mas só por obra e graça de J. Cristo. Muitos teólogos e alguns poucos sínodos particulares se haviam já ocupado desta matéria: nenhum concílio ecumênico a definira ainda. Um concílio verdadeiramente liberal deixava essa questão na sombra, no indefinido, não prendia a liberdade e a dignidade humanas com essa algema: o Concílio de Trento fez dessa definição o prólogo dos seus trabalhos. Convinha-lhe, logo no começo, condenar sem apelação a Razão humana, e dar essa base ao seu edifício. Assim o fez. De então para cá, ficou dogmaticamente estabelecido no mundo católico que o homem deve ser um corpo sem alma, que **a vontade individual é uma sugestão diabólica**, e que para nos dirigir basta o Papa em Roma e o confessor à cabeceira. (QUENTAL, 2015, p.20, grifo nosso).

Os temas que grafamos em negrito já surgiram no *Livro Negro*. Branca diz a Benoît que Elisa estaria destinada ao infortúnio por ser filha de dois desgraçados. Além disso, os penitentes, se submetem à vontade divina, visto que, quando buscam tomar suas próprias decisões, os resultados são sempre funestos. O mesmo acontece com Benoît, que se torna padre Dinis. Também com seu pai, frei Baltasar da Encarnação. Veremos o mesmo com os personagens dos *Mistérios de Lisboa*. Por isso, essa construção dos personagens dialoga com a mudança trazida pelo Concílio de Trento, que buscava controlar os seguidores do catolicismo. Nesse sentido, as obras de que tratamos estariam mais vinculadas ao reacionarismo que Quental combateria mais à frente, no início dos anos 70 do mesmo século.

Outro ponto de divergência refere-se ao catolicismo como elemento formador de Portugal e do Brasil. O pensador defende que a igreja católica destruía os países, ideia oposta ao que encontramos nas obras literárias de que tratamos. Para provar o seu ponto, Quental lança mão de três exemplos. “Seja o primeiro a Guerra dos Trinta Anos, a mais cruel, mais friamente encarniçada, mais sistematicamente destruidora de quantas têm visto os tempos modernos, e que por pouco não aniquila a Alemanha.” (QUENTAL, 2015, p.22). Antero postula que as execuções eram sempre acompanhadas de um padre jesuíta e que o Papa aprovava a carnificina. O segundo exemplo se refere à unificação da Itália, o escritor defende que o líder da igreja trabalhava para que ela não acontecesse, por medo de perder seu poderio e influência. “É o Papado quem semeia a discórdia entre as cidades e os príncipes italianos, sempre que tentam ligar-se. É o Papado quem convida os estrangeiros a descerem os Alpes, na cruzada contra as forças nacionais, cada vez que parecem querer organizar-se.” (QUENTAL, 2015, p.22). Por fim, o escritor mostra que os diversos povos, com diferentes religiões, viviam em harmonia na Polónia. Contudo, a igreja católica obriga que todos se tornem católicos, o que leva a desavenças e conflitos. Alguns desses grupos, não tendo suas crenças respeitadas, acabam “dando-se à Rússia, em cujas mãos se tornaram uma arma terrível sempre apontada ao coração da Polónia.” (QUENTAL, 2015, p.23).

Mostramos também que havia nessa época em Portugal, um medo de que o reino pudesse deixar de existir. Buscava-se, então, uma outra maneira de viver, uma forma diferente de continuar sua existência. Tendo os penitentes como alegoria, fica claro o papel preponderante que o catolicismo teria nesse processo. Quental apresenta um posicionamento oposto ao que foi apresentado nos romances: “Assim pois, meus senhores, o catolicismo dos últimos 3 séculos, pelo seu princípio, pela sua disciplina, pela sua política, tem sido no mundo o maior inimigo das nações, e verdadeiramente o túmulo das nacionalidades.” (QUENTAL, 2015, p.23). Para Portugal e Espanha, especificamente, o autor pontua que a expulsão de judeus e mouros trouxe um impacto negativo no comércio e que a ação jesuítica na América “apavora as populações indígenas, e faz do nome de cristão um símbolo de morte” (QUENTAL, 2015, p.24).

De acordo com Antero de Quental, até mesmo o grande símbolo nacional português, que foi tão revisitado no século XIX, acaba por dar primazia ao catolicismo em detrimento dos interesses lusos: “D. Sebastião, o discípulo dos jesuítas, vai morrer nos areais de África *pela fé católica*, não pela nação portuguesa.” (QUENTAL, 2015, p.25). Seguindo esse raciocínio, é como se o reino estivesse submisso ao catolicismo, abrindo mão de suas pretensões, pelas da igreja. Articulando a lenda da aparição de Cristo a D. Afonso Henriques, o sebastianismo e o Quinto

Império defendido por Bandarra e pelo padre Antônio Vieira com a fala de Antero, é possível postular que o catolicismo esteve presente na formação do reino e seria também responsável por ditar seus caminhos futuros. Parece-nos que Quental lutava contra esse pensamento. Ao revisitar o passado, o pensador propõe que o fervor religioso exacerbado seja deixado para trás:

Há em todos nós, por mais modernos que queiramos ser, há lá oculto, dissimulado, mas não inteiramente morto, um beato, um fanático ou um jesuíta! Esse moribundo que se ergue dentro em nós é o inimigo, é o passado. É preciso enterrá-lo por uma vez, e com ele o espírito sinistro do catolicismo de Trento. (QUENTAL, 2015, p.25-26).

Apesar de ter sido lançado anos antes do discurso de Antero, o tema aparece no *Livro Negro de Padre Dinis*. Em um evento aristocrático, Francisca Valadares diz a Sebastião de Melo que lê livros que a fazem sentir mais otimista diante da vida. Ao que ele responde: “Deus queira que a experiência nunca lhe desmintas o que o seu coração aprendeu nos livros. [...] É bom que se fechem os ouvidos a Rousseau, e se abra o coração ao Evangelho.” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1460). A resposta oferecida por Sebastião é religiosa, se opondo ao conhecimento vindo dos livros. O oposto da tese que será defendida por Quental em 1871 (dado que o pensador não vê o catolicismo como um problema em si, mas sim o fanatismo que impede uma visão mais abrangente).

Nesses eventos, Sebastião de Melo conhece Azarias Pereira, um jovem judeu que gasta o dinheiro da família em jogos. Ele tinha um relacionamento com Cecília, amiga de Francisca Valadares. Azarias pede a mão da moça ao pai e, ao receber uma resposta negativa, decide por um plano: seduzir uma bacalhoeira de meia-idade, conseguir seu dinheiro e fugir com sua amada. Mesmo sem saber exatamente que era este o estratagema, Sebastião tem um pressentimento de que algo ruim iria acontecer. Quando o plano se concretiza, todos começam a falar sobre o assunto. Francisca pergunta a Sebastião o que ele pensa sobre o ocorrido:

- Que lhe parece o acontecimento de Cecília? - perguntou-lhe Francisca.
- Foi uma desgraça!
- E não é mais de crer que ela o repute uma ventura?
- Que importa o seu juízo? O abismo está coberto de flores... Lá no fundo é que se sente a dor da queda.
- Que vaticínio! Que prevê?
- **Alguma coisa terrível, sem significação na linguagem humana.** (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1467, grifo nosso).

A previsão de Sebastião não pode ser acessível a outros personagens, trata-se de algo interior. Na advertência, situada no início do romance, o narrador já apontava que os penitentes possuíam uma habilidade que não poderia ser acompanhada por pessoas comuns. Defendemos que este é o começo do processo da transformação de Sebastião em um penitente. Quando lhe falaram sobre a fuga de Azarias e Cecília, “a impressão gelou-o, e o vaticínio, que fizera seis meses antes, assombrou-o dum prestigioso medo aos seus juízos. ‘Serei eu a condenação das pessoas que se aproximam destes vermes contagiosos que me roem o coração?’ escrevia ele.” (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1467). A trajetória de padre Dinis será baseada nestes dois pilares: consolar os desgraçados e, ao mesmo tempo, julgar que são seus próprios pecados e erros que contaminam todos ao seu redor.

O pai de Francisca percebe seu envolvimento com Sebastião e exige que a filha escolha entre o convento ou os pretendentes que ele já havia selecionado. A moça envia um bilhete a Sebastião e pensa em fugir e casar-se com ele, mesmo contra a vontade da família. A resposta que recebe é a de que Sebastião sairia de Portugal para evitar que ela tivesse ainda mais problemas. A moça entra no convento e fica doente. Os dois se comunicam por correspondências, mas Francisca morre antes que Sebastião possa se despedir dela. Este ocorrido é o marco que transforma Sebastião em padre Dinis.

Para quase todos que o conheceram, Sebastião de Melo tinha morrido. Naquele semblante, nem um contorno do antigo homem! D. Pedro da Silva, a condessa de Santa Bárbara, Anacleta dos Remédios são as consolações que Deus lhe manda. A sua expiação será um longo prazo. Morrerá vinte e dous anos depois. O mundo verá um santo. A expiação dar-lhe-á um altar, a lei ter-lhe-ia dado um cadafalso. (CASTELO BRANCO, 1982, LN, p.1476).

A justiça divina é apresentada como superior ao sistema judiciário humano. A depuração a que Sebastião está submetido pode ser uma representação da expiação que Portugal também teria que passar. Os personagens mencionados são os que receberão a ajuda de padre Dinis. Começaremos por Anacleta, a peixeira enganada por Azarias Pereira.

## 6. Anacleta

<sup>4</sup>A cidade de Lisboa no ano de 1804 é o pano de fundo para o começo da narrativa de Anacleta dos Remédios, personagem do romance *Mistérios de Lisboa*. Ela possuía uma peixaria e era companheira de um monsenhor da patriarcal, D. Teotónio de Mascarenhas. O religioso era um nobre de uma das mais tradicionais famílias portuguesas. Muito embora fosse um membro do corpo eclesiástico, ele não mostrava nenhuma preocupação em viver com Anacleta e nem por ter duas filhas com ela: Emília e Antónia. A terceira filha de Anacleta, Maria Amália, era muito diferente fisicamente de D. Teotónio e isso fez com que ele investigasse até descobrir que houvera sido traído. O estopim que originou brigas constantes foi o de D. Teotónio decidir não perfilhar Maria Amália. Fato agravado quando Anacleta descobre, ao ler o testamento do padre, que sua filha mais nova sequer era citada. Isso faz com que a mãe passe a tratar Maria Amália de uma maneira diferente diante de suas irmãs e a conjecturar um plano maléfico:

Maria, a mais nova, ia abraçar-se em suas irmãs, quando a mãe lhe disse colericamente:

- Venha para ali... não vá onde não é chamada...

- Deixai-a vir, minha mãe! [...]

A consciência estava atormentando Anacleta. Aquela alma de tigre, na sua forçada atribulação, principiava a arrepender-se de ter chamado suas filhas, na véspera de um atentado horroroso. (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.537-538).

O ‘atentado horroroso’ envolvia Joaquim, um de seus funcionários, com quem Anacleta namorava às escondidas. Ela poderia terminar seu relacionamento com o religioso e unir-se a Joaquim, mas teria que abrir mão do dinheiro do monsenhor. A situação ideal para ela seria se livrar do pai de suas duas primeiras filhas, tomar seu dinheiro e ficar com seu amante. Para isso, prepara um plano: envenenar D. Teotónio e depois lançar seu cadáver ao Tejo. A crítica Patrícia da Silva Cardoso analisa a trajetória de Anacleta sob uma perspectiva focada no papel das mulheres no século XIX português e, principalmente, como Camilo retrata suas personagens femininas. De acordo com a professora, Anacleta tem um caráter obstinado e costuma assumir o lado dominante da relação, papel comumente relegado ao homem. Em seu convívio com o monsenhor da Patriarcal, ela defende que:

---

<sup>4</sup> Uma outra versão deste texto foi publicada com o título ‘O abrigo místico dos mistérios camilianos’. Revista Olho d’água, v.14, p. 124-142, 2022.

Esta determinação de Anacleta fica ainda mais evidente quando comparada com a personalidade do Monsenhor Teotónio, cauteloso e complacente, que aponta para a inversão estabelecida por Camilo na narrativa: a mulher será a figura dominante nesta relação. (CARDOSO, 2019, p.131).<sup>5</sup>

Um outro elemento que corrobora com a hipótese levantada pela professora é a ameaça que Anacleta faz a Joaquim quando lhe apresenta o plano de assassinato:

Olha... que ele há-de morrer... isso há-de. Se me não auxiliares, não importa... eu sou capaz de o esganar a ele com um braço e a ti com outro... Se disseres uma palavra a tal respeito, nem no inferno escaparás. Com cento e oito mil cruzados sou capaz de comprar a tua última gota de sangue... entendes-me, Joaquim? (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.548).

Ao analisar este excerto, Cardoso pontua que Anacleta, além de ter uma ‘alma de tigre’, é também movida pelo demônio:

Mais uma vez o narrador sugere que é o demônio que inspira a personagem, mas quando Anacleta diz ser capaz de usar o dinheiro de Teotónio para ir ao inferno comprar a última gota de sangue de Joaquim, este vulto é a imagem de um concorrente do demônio, e não de qualquer subordinado ao seu conselho ou suas ordens. [...] Observamos também que a força de Anacleta não se restringe aos cenários mencionados, ela assume proporções físicas, pois ameaça estrangular os dois homens de uma vez. (CARDOSO, 2019, p.132-133).<sup>6</sup>

A estratégia se concretiza, Anacleta envenena D. Teotónio e Joaquim leva seu corpo dentro de um barril com peixes podres até o rio. Contudo, o barco se quebra ao meio e o encarregado de se livrar do corpo acaba por se afogar. O assassinato de D. Teotónio, seguido do furto de seu dinheiro, traz muita riqueza a Anacleta.

A primeira morte a ser descoberta é a de Joaquim. As vizinhas de Anacleta conversam sobre o assunto:

---

<sup>5</sup> Tradução livre do original: “Cette détermination d’Anacleta est d’autant plus évidente lorsqu’elle est comparée à la personnalité de Mgr Teotónio, prudent et complaisant, ce qui relève l’inversion établie par Camilo dans le récit: la femme sera la figure dominante de cette relation.”

<sup>6</sup> Tradução livre. No original: “Une fois de plus, le narrateur suggère que c’est le démon qui inspire le personnage, mais quand Anacleta dit qu’elle est capable d’utiliser l’argent de Teotónio pour aller aux enfers acheter la dernière goutte de sang de Joaquim, ce qui se profile c’est l’image d’une concurrente du démon, et non d’une quelconque subordonnée à ses conseils ou à ses ordres. [...] On remarque aussi que la force d’Anacleta ne se restreint pas aux scénarii évoqués, elle prend des proportions physiques, puisqu’elle menace d’étrangler les deux hommes d’un seul coup. (CARDOSO, 2019, p.132-133).”

- Sempre foi peixeira...

Dizia outra:

- Olha que mulher, que amizade tinha ao caixeiro, que nem manda procurar-lhe o corpo, para lhe fazer sufrágios pela sua alminha, que Deus tenha na sua divina presença. *Padre Nosso, que estais nos céus...*

E outra:

- *Requiescat in pace, amen...* Que berzebum de feitiço terá aquele mostrengo pra trazer em pecado aquele sr. Fidalgo da Patriarcal, que traz mesmo cara de condenado por ela?...

Eu te arrenego!... [...]

- [...]É verdade, ó Sr.<sup>a</sup> Rosinha, e que me diz aos jacobinos?

- Eu os arrenego em nome da Santíssima Trindade, e de Santo Agostinho, advogado contra os hereges...

- Dizem que estão por esses mundos de Cristo esses desalmados, que comem gatos e cães...

- E meninos, não sabia esta

- Credo, credo, Santo Nome de Jesus, minha Mãe Maria Santíssima, e todos os santos e santas da corte celestial, que me diz, Sr.<sup>a</sup> Teresa?

- É como eu lhe digo... Ouvi-o dizer com estes ouvidos, que a terra há-de comer, ao meu confessor, que é aquele santo franciscano, que faz profecias e milagres, e vê tudo quanto se passa nas Europas. (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.556-557).

Estas senhoras recebem as notícias de todo o continente através de um confessor. É possível supor, a partir deste excerto, que a opinião pública e a moralidade eram controladas pela igreja. Até mesmo a figura dos jacobinos se constitui em uma ameaça religiosa. Um fenômeno político é cooptado e reinterpretado pela ótica católica, assim como Dom Miguel e Carlota Joaquina se utilizaram do culto a Nossa Senhora da Rocha, conforme já apresentamos nesta dissertação. Passado um certo tempo, começam também a dar pela falta de D. Teotónio, logo iniciam-se as buscas. Anacleta diz nada saber. O comércio da bacalhoeira era abundante, por isso, todos pensam que o dinheiro é oriundo dele e não a incriminam pelo assassinato, a justiça humana falha. A riqueza roubada de Mascarenhas eleva Anacleta ao círculo da alta sociedade lisbonense. Suas filhas mais velhas continuam a estudar em um colégio de elite e Maria Amália toma lições de piano, além de ter uma ama, que era uma nobre decadente.

A esse respeito, podemos brevemente pontuar que os movimentos de ascensão, tendo como exemplo Anacleta (mulher pobre e de baixo nascimento) e de queda, explicitando a aia de Maria Amália (nobre), representam acontecimentos que se tornaram mais comuns naquele período. Ainda assim, percebemos que a bacalhoeira só consegue se enriquecer com o capital de um crime. A mobilidade social, que passa a existir como real possibilidade no século XIX, não é tal como fora prometida pela burguesia, isto é, nem todos conseguem alcançá-la. Apesar de passar a haver

muito mais altos e baixos permeando as classes sociais, o lugar ao sol almejado por muitos continuava a ser apenas de um grupo seletivo.

O período de riqueza da peixeira às custas de D. Teotónio acontece entre 1805 e 1810. Em 1807, os exércitos franco-espanhóis invadem Portugal e a corte desloca-se para o Brasil:

Em Lisboa, a família real, o governo, e centenas de pessoas carregadas de alcaças preciosas, livros e arquivos, embarcaram para o Brasil em fins de Novembro - quando já Junot estava a entrar na cidade -, chegando à América do Sul nos começos de 1808. A nova capital do reino foi estabelecida no Rio de Janeiro e, durante catorze anos, a metrópole não passou de uma colónia do Brasil. (MARQUES, 1977a, p.577).

Enquanto o país era invadido e as principais lideranças políticas fugiam, os ricos frequentavam o salão de Anacleto. Apesar de Dom João VI ter deixado um grupo de conselheiros responsáveis em Lisboa, é inegável que o reino ficava abandonado por toda a corte. Os ingleses ocuparão os espaços de poder por muitos anos, até a volta do monarca em 1821.

Mantendo-se alheios aos conflitos mencionados, os ilustrados convidados de Anacleto aproveitavam seus festins, dentre eles encontramos Sebastião de Melo, o antigo duque de Cliton. Vemos também a família de um amigo de Sebastião: Azarias Pereira, judeu, jovem, dissipador das rendas de seu pai e endividado pelo jogo. Azarias recebe a notícia de que a família toda se mudaria para Amsterdã devido ao trabalho do pai. O rapaz, contudo, deseja continuar em Lisboa porque quer ficar próximo de sua amada, cuja mão fora rejeitada. A família muda-se e Azarias fica, mesmo que sujeito à penalidade de não mais receber a mesada de seu pai. A solução encontrada pelo jovem para pagar suas dívidas e se sustentar é a de se fingir apaixonado por Anacleto, usar o seu dinheiro e por fim roubá-la e fugir com sua escolhida.

Depois da sedução, a peixeira é efetivamente furtada e move uma ação contra Azarias. Com o seu nome de volta aos olhos da opinião pública, surgem acusações contra Anacleto com relação à morte de D. Teotónio. O marquês do Vale, irmão do religioso, pede para ver o cofre onde Anacleto guardava seu dinheiro. Percebendo que era o mesmo de seu irmão, aumentam as suspeitas de que ela o havia roubado. Apesar das conjecturas, não se encontram testemunhas e a peixeira escapa mais uma vez. A justiça humana não cumpre seu papel novamente.

Com o desmantelamento de seu negócio, a antiga peixeira faz o balanço de suas contas, responsabilizando que outorgara ao seu guarda-livros. Para sua desagradável surpresa, descobre que ele fugira para o Brasil dois meses antes com boa parte dos lucros de seu estabelecimento. Embora não tivesse condições de manter Emília e Antónia no colégio, as meninas, ao terminarem seus

estudos, continuam por lá. Elas eram queridas por todos e ensinavam o que haviam aprendido durante sua estada como alunas. Ficam juntas apenas Anacleta, Maria Amália e uma velha criada que já não tinha para onde ir. Após ser roubada, Anacleta não encontra outra fonte de renda. Depois de um tempo passa a se prostituir. Um dos seus principais clientes é um duque. Além da mãe, o aristocrata quer também a filha. A bacalhoeira passa então a tentar convencer Maria Amália de que aceitar o duque seria uma solução para a situação em que se encontravam. O narrador apresenta a moça como virtuosa e, por isso, ela não aceita o que sua mãe propõe: “Que grandiosa luta a do anjo com o demônio! Como seria expressivo da vontade de Deus o raio que naquele instante descesse do céu a fulminar a serpente que se enroscava na pomba!” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.577). O excerto coloca a religiosidade em evidência. A mãe é representada pelas alegorias “demônio” e “serpente”; ao passo que a filha por “anjo” e “pomba”. Além disso, o narrador se coloca como sabedor da vontade de Deus, já que anuncia que a expressão dela seria um raio caindo do céu. O narrador poderia ter utilizado alegorias diferentes que não aludissem a um sentido religioso. Além disso, os comportamentos considerados errados parecem ser tidos como tal por estarem contra preceitos divinos, ou seja, quem distingue o certo do errado no romance é Deus e o narrador se mostra conhecedor destes valores.

Anacleta não consegue convencer a filha, porém, faz um acordo com o duque, dando autorização para que ele tome a moça à força. Quando o duque tenta algum avanço, Maria Amália corre e se atira pela janela. O suicídio de Maria Amália leva Anacleta a fugir, momento em que se inicia a sua penitência. Acontecimento comparável ao assassinato de Branca perpetrado por Benoît, que também levou à sua expiação.

Sete anos depois, saberemos o paradeiro de Anacleta com a ajuda de um dos convivas de seus antigos bailes: Sebastião de Melo. Ele sente medo ao adentrar Portugal em fins de 1817: “Por esse tempo, um estranho, na província de Trás-os-Montes, corria perigo de ser arcabuzado, apenas a voz ‘jacobino’ fosse proferida, e um dedo apontasse a vítima.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.582). Sebastião de Melo volta para Portugal em um momento delicado, de rebeliões de liberais contra os ingleses. O narrador pontua que Melo procura um local para descansar nos finais de 1817, ou seja, já o inverno despontava. O vilarejo onde encontra repouso se chama Viduedo e é descrito assim:

Perdido por serras agras e intransitáveis, anoiteceu-lhe no descampado de um vasto ermo, e fragas negras, de tojos e sargaços, entre os quais se levantava uma pinha de cabanas, colmadas, quase imperceptíveis, se as colunas de fumo, açoítadas pelo vento da noite, não

denunciassem que debaixo daquele céu era possível a existência. (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.582).

Percebemos pelo excerto que há muitas metáforas para descrever o local. O modo de viver das grandes cidades não chegara ali ainda. Os conflitos que mencionamos não aparecem no vilarejo. A descrição apresentada neste trecho traz mesmo a ideia de que a existência daquelas pessoas é quase que sobrenatural, assim como o vilarejo em si.

Melo procura abrigo e será enviado para a casa de um cavaleiro que mora na região. Quem lhe mostra o caminho é uma mulher mal vestida e mal alimentada. Ao entrar na casa do cavaleiro, ele é recebido com uma salva de estouros de castanhas. Este costume é antigo, mesmo para padrões oitocentistas, e circunscrito a regiões rurais. Nesta parte há menções a muitos outros costumes locais, como o constatar das horas do dia utilizando-se dos astros no céu e um linguajar característico. Acompanhemos o diálogo à mesa:

O hóspede sentou-se no melhor lugar, que era ao pé do avô paterno do sr. capitão. Este velho, realmente, tinha no rosto sulcado o que naquelas terras se chama musgo.

- Que anos tem este seu avô? – perguntou Sebastião de Melo.
- Noventa e dois, feitos pelas bessadas, para o servir.
- Como aqui são longas as vidas! – disse o passageiro, fixando atentamente as cãs venerandas daquele século.
- Pois aí onde o vê – disse o capitão -, é rijo como as armas... Ele que lhe conte a vossemecê...
- A vossemecê?! – atalhou o velho. – Dobra a língua... tu não sabes com quem falas... Se fosses à capital do reino como eu, terias aprendido a ser cortês...
- Sr. capitão, trate-me como amigo, e deixe falar seu avô... Então já foi a Lisboa?
- Já, sim senhor... Há setenta e oito anos, feitos pelo S. Miguel.
- Conte lá essa história cá ao senhor que há-de gostar.
- Pois lá vai... O fidalgo não viu aí na porta do carro uma pedra de armas, com quatro cabras por escudo, e um tambor por timbre?
- Como entrei de noite...
- Pois eu lhe conto... Tinha eu treze anos... era assim um cachopo como aquele meu bisneto que ali está a assar as castanhas. Andavam as guerras do sr. rei D. Pedro II com o rei de Espanha... (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.584).

A partir da história narrada pelo longevo homem nos deparamos com uma inconsistência em relação às datas. Como já mencionamos, Melo chegara em Viduedo em finais de 1817 e o capitão diz que seu avô tem 92 anos; logo, teria nascido por volta de 1725. O ancião principia o seu relato de como recebera seu escudo e seu brasão. A história remonta ao tempo em que ele tinha 13 anos, por conseguinte, provavelmente 1738. O relato é de que houve um ataque durante o reinado de D. Pedro II, enquanto este lutava contra o rei da Espanha. O acontecimento histórico

que mais se encaixa é o da Guerra de Sucessão Espanhola, conflito ocorrido entre 1701 e 1714. As invasões da Espanha em território português iniciam-se em 1704 e o rei de Portugal daquele momento, D. Pedro II de Portugal, morre em 1706. Como o senhor poderia ter participado do conflito se nascera apenas em 1725? Diante destas inconsistências poderíamos supor que o velho tivesse confundido as datas; o que é pouco provável, visto que a idade do velho é colocada de maneira exata e não como ‘casa dos 90’, ‘por volta de/ aproximadamente 100’, etc. Além disso, o conflito é mencionado com altivez e especificidade. Outra opção plausível é que o autor tenha se confundido com as datas. Todavia, oferecemos uma outra opção de leitura: o artifício de atribuir a este local uma passagem do tempo diferente dos lugares com maior densidade populacional, faz com que Viduedo apresente um estado de preservação do passado com as suas raízes. O vilarejo fica então parado no tempo, suspenso diante do ‘progresso’. Tem-se a ideia de que há um desenvolvimento secular, do Portugal real e o Portugal místico que mantém suas tradições antigas, longe do agito político e das ideias que vinham de outros países da Europa.

Além dos conflitos que aconteceram durante a narrativa de Anacleto, salientamos que o período do enunciado do romance é mais extenso e apresenta tempos muito conturbados. Apenas retomando o que pontuamos em seção anterior, além das invasões francesas (1807 – 1810), houve ainda a Revolução Liberal do Porto (1820), Vilafrancada (1823), Abrilada (1824) e também uma guerra civil (1832 – 1834). Com a chegada dos liberais no poder houve também grandes mudanças que, levadas às áreas rurais, geraram conflitos:

A muitas comunidades, dispersas por vales e serranias, o novo regime chegou como uma intromissão violenta. Agentes do governo mudaram costumes, impuseram juízes formados em Direito às antigas justiças das vilas e aldeias, ou apropriaram-se de patrimónios locais. Só em 1843, o Governo apossou-se de 64 Misericórdias e 3165 irmandades e confrarias nos distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Leiria e Lisboa, que dispunham de 430 contos de receitas e activo de dívidas de 3500 contos. A resistência popular foi grande. [...] A obrigação de sepultar os mortos em cemitérios públicos, fora das povoações, e não nos adros das igrejas, motivou revoltas e foi desrespeitada em grande escala no Norte do país até à década de 1860. (RAMOS, 2009, p.495).

O governo liberal tomou propriedades da Igreja Católica e também fechou conventos por considerarem-nos anacrônicos. As mudanças trazidas pelos liberais tais como a separação entre o Estado e a Igreja, além da secularização das instituições trouxe muitos conflitos. É possível que o apelo da literatura religiosa, com a qual os livros que analisamos dialoga, seja um reflexo deste sentimento do povo que se via tomado de suas tradições.

A misteriosa mulher que havia indicado a Melo o caminho até a casa do capitão é considerada uma santa pela população local e vários milagres lhe são atribuídos, fato que deixa Melo ainda mais intrigado. O capitão fica responsável por realizar o caminho contrário; isto é, conduzir Sebastião até a santa:

Saíram. Eram profundas as trevas. O vento, arrastando-se sobre a vegetação daquele ingrato solo, soava um rugido abafado. Os morros de fragas, negreando na escuridade, pareciam as entranhas da terra, que rebentavam num eterno caos. A sineta da capela, sacudida por furacões, vibrava uns sons amortecidos, como as últimas badaladas de um dobre a finados. (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.588).

A descrição do espaço possui uma aura sobrenatural, o que orna com o vilarejo em si e corrobora com a nossa ideia de que esta região é, de alguma forma, mística. Melo escuta a penitente falar sozinha em um alpendre da igreja. A partir de suas confissões a Deus, Melo depreende que aquela mulher é Anacleta. A figura da bacalhoeira foi analisada também por Teixeira de Pascoaes. Ele faz uma aproximação entre a personagem e o autor, postura de que discordamos:

Nas veias de Camilo, corre sangue dos mártires, desses que morreram, na arena, como num palco ou em benefício de Cristo. É um Penitente, um pouco exibicionista, porque é artista, e domina o panorama de sua obra, - um penhasco serrano, uma capelinha nas últimas fragas, e, sob o alpendre aberto dos lados ao zimbros e à nortada, a orar e a roer uma côdea, a dormir embrulhada num farrapo, a Anacleta dos Remédios, prostituta e infanticida, que já é santa, algumas léguas em redor. Eis a personagem cristã camiliana, o desespero a alar-se em esperança, a ígnea cratera a desabrochar em lago azul, onde se reflectem asas, nuvens, e abelhas de oiro destilam fios de luz durante a noite. (PASCOAES, 2002, p.173).

Conforme apresentamos anteriormente, Camilo sabia dos gostos de seu público leitor, essa informação foi um dos fatores que podem tê-lo levado a trazer os penitentes a um lugar de destaque nas obras que aqui analisamos. Na seção introdutória desta dissertação, mostramos como uma parte da crítica especializada acreditou no personagem que Camilo criou de si em suas obras. Consideramos esta postura indevida, uma vez que o retrato camiliano em suas obras é também um retrato ficcional e não biográfico como postula Teixeira de Pascoaes.

Voltando à análise que estamos propondo, vemos que padre Dinis, ciente dos infortúnios de Anacleta, lhe oferece um quarto em um convento. Ainda que a possibilidade a contemplasse, ela acredita que deve cumprir sua penitência em Viduedo e pede que a mesma oferta seja dada às suas filhas. A antiga peixeira quer saber quais foram os destinos delas, e ele se compromete a descobrir seus paradeiros e retornar a Viduedo para lhe informar. Ainda nesta ocasião, Anacleta

passa a saber também o destino de Azarias. Como já vimos, ele foge com sua namorada: “Içaram-se as velas, o vento era de servir, e o iate, ao dar a meia-noite no convento dos Jerónimos, avistava, lá em baixo, o farol na torre de S. Julião. Segue o teu roteiro, instrumento de Deus!” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.568). A embarcação não resistirá a uma tempestade e, embora o judeu sobreviva, sua amada morrerá. Ao identificar o iate como veículo da vontade divina, o narrador se coloca, novamente, na posição de sabedor dos desígnios do céu, como já apontamos. Percebemos, portanto, mais uma vez, que a religiosidade ocupa um lugar de destaque no romance.

Neste momento, apontaremos uma divergência que temos com o raciocínio apresentado pela professora Patrícia da Silva Cardoso. Defendemos que Anacleta, assim como os outros penitentes desta narrativa, se submetem à vontade divina. Cardoso defende que Anacleta decide por sua penitência como uma meta pessoal, mantendo sempre sua ‘alma de tigre’:

Anacleta vive várias experiências, pobre conquista riquezas para depois voltar à pobreza; ela é capaz de realizar atos que facilmente podem ser vistos como a expressão de um egoísmo sem precedentes e, quando se sente culpada, toma uma decisão cuja radicalidade não está em conformidade com a submissão exigida pelas convenções em um pecador arrependido. Sua raiva, ela a mantém intacta. Pecadora ou penitente, sua alma continua sendo a alma de um tigre. (CARDOSO, 2019, p.136).<sup>7</sup>

Podemos argumentar nossa discordância analisando as preces que Anacleta faz sem saber que estava sendo observada por Sebastião. Momento em que pede a ele para que descubra o que aconteceu às suas filhas: “Se eu fiz vítimas, Senhor... se não pesam sobre a minha alma três cadáveres somente... se as minhas duas filhas, que deixei no mundo, ganham o pão com a desonra, fazei que eu reconheça o seu infortúnio, porque é preciso que sobre a minha cabeça caia mais sangue!” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.590). Ao assumir a culpa do que fez, Anacleta não parece manter sua alma de tigre. Até mesmo a maneira que a antiga bacalhoeira vê a si mesma, expressa por ela a Sebastião, mostra um caráter de real arrependimento e aceitação de que é a vontade divina que rege sua vida:

A minha vida!... Pode ela contar-se?... Não, ninguém me ouviria, sem sacudir os vestidos manchados do sangue que escorre gota a gota dos meus... Oh! Senhor!... vá... vá... fuja desta mulher... Se alguém me ouvir... se essa gente, que me dá um bocadinho de pão, soubesse quem eu sou... apedrejava-me... Contar a minha vida!... Para quê?... A Deus,

---

<sup>7</sup> Tradução livre do original: “Anacleta vit plusieurs expériences, pauvre elle conquiert la richesse pour retomber dans la pauvreté; elle est capable d'accomplir des actes qui peuvent aisément être vus comme l'expression d'un égoïsme sans précédent et, quand elle se sent coupable, elle prend une décision dont la radicalité n'est pas conforme à la soumission qu'exigent les conventions chez une pécheresse repentie. Sa rage, elle la conserve intacte. Pécheresse ou pénitente, son âme continue à être une âme de tigre.”

sim... Só a Ele... E conto-lha todos os dias, porque é preciso que eu me vá despedaçando com as recordações sempre vivas dos meus crimes. (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.591).

Anacleta se vê inferior aos habitantes do vilarejo por ter plena consciência de seus crimes. Ela sequer se acha digna de adentrar a igreja: “...eu, que não me atrevo a passar deste degrau com medo de atrair o raio da vingança sobre os inocentes que me chamam santa!” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.591). Além da apreensão de prejudicar mais pessoas que não têm culpa pelos seus pecados, Anacleta mostra-se disposta a perdoar Azarias. Ao saber, por Sebastião de Melo, que a namorada do judeu morrera na praia e que ele quase se matou, pedindo a punição divina, a penitente diz que o desculparia. Acompanhemos Melo apresentando o destino de seu antigo amigo:

- Levante-se, Anacleta... Quer seguir os passos que, neste mundo, caminha **o anjo invisível da punição**? Duas meninas pobres, a mãe prostituída aos que passavam, uma virgem com a face partida em uma pedra... tudo isto feito por um homem que roubava a uma amante o dinheiro que ela roubara ao pai de suas filhas, matando-o. Mas Deus serviuse do instrumento, e quebrou-o depois. Azarias saíra de Lisboa, com o ouro da fraca mulher, que devia ser punida. [...] Azarias encontraram-no nas praias de Tânger, cavando com as unhas um fosso para sepultar uma menina que roubara de casa de seu pai, que morreu dois meses depois.
- Oh! Justiça de Deus!... E ele?
- Não sei!... [...] Se o visse, Anacleta, perdoava-lhe?
- Oh! Sim, sim, perdoava!...
- Essa resposta exprime o estado da sua alma! [...]
- Agora... deixe-me... preciso chorar... Vá... diga a todo o mundo que peça a Deus pela maior das pecadoras. (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.594-595, grifo nosso).

O agente do castigo divino indica mais uma vez o caráter católico que define o narrador. Defendemos que, ao se considerar ‘a maior das pecadoras’, Anacleta estava honestamente arrependida. O processo de ser julgada por Deus é ainda mais explícito pela maneira como o narrador inicia um dos capítulos: “Sigamos, embora com repugnância, os vestígios da desgraçada, que se arrasta sobre os espinhos da expiação a que a Providência da eterna Justiça a condenou.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.574). Chamam a atenção duas palavras com suas iniciais em maiúsculo: Providência e Justiça. A justiça divina e a providência são inexoráveis, ao passo que os sistemas judiciais terrenos são imperfeitos e escapáveis. O narrador indica que a solução vem do céu e que os mecanismos terrenos são falhos. “Aqueles que, como [...] Anacleta (*Mistérios de Lisboa*) [...] se redimem pelo sofrimento, atingem quase o estatuto de santos pela abnegação da

vida e aceitação da morte. A justiça divina manifesta-se, então, no perdão ou no castigo e parece, nalguns universos diegéticos, inabalável.” (REIS; PIRES, 1993, p.197).

Depois da conversa com a penitente, Melo volta à casa do capitão. Descansa até o dia seguinte e parte para Lisboa. Notemos, novamente, a caracterização tenebrosa do lugar:

Devia ter nascido o sol, quando o hóspede se despediu do fidalgo de Viduedo, que tão solícito agasalho lhe dera; mas o céu estava negro, as fragas coroavam-se de castelos de nuvens, que pareciam, impelidas pelo vento, rodarem na esplanada, e despenharem-se nos abismos. [...] Sebastião de Melo, com os olhos cheios de lágrimas, parado num angustioso êxtase, dizia-lhe adeus com a mão. Os cabelos da infeliz voavam, sacudidos pelo vento. (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.596 - 597).

Ao analisar esta descrição do espaço, Coelho defende que “é o ar livre português [...] uma concepção cristã da vida, uma emoção mística perante a grandeza da montanha austera.” (COELHO, 2001, p.184). Em que pese a preocupação em abordar a paisagem portuguesa, pensamos ser necessário pontuar a diferença entre o vilarejo em que Anacleto se refugia e os grandes centros urbanos. Seria difícil imaginarmos Anacleto indigente e acenando em cima de uma rocha a Sebastião de Melo em cidades grandes como Lisboa e Porto. Também não conseguiríamos conceber, por exemplo, que o dia fosse escuro e que o vento fizesse grandes fragas caírem rolando por entre abismos. Esta outra descrição dos limites de Viduedo e a despedida de Anacleto revelam, outra vez mais, que aqueles domínios possuem uma aura mística.

Passemos ao cumprimento da promessa de Sebastião de Melo. Em Lisboa, ele conversa com Emília. A filha de Anacleto se casara com o seu mestre de música do colégio. Contudo, o paradeiro de Antónia, a outra filha de Anacleto, é mais difícil de descobrir. Uma das pistas leva Melo a conversar com o intendente-geral da polícia. Ele se mostra displicente com relação às perguntas feitas. Só passa a responder com mais energia e atenção quando fica sabendo que a pessoa que se quer achar é uma fidalga. O desinteresse do policial em cumprir sua função, quando ainda não sabia que se tratava de uma nobre, contrasta fortemente com o que o deixava atarefado:

[...] estou aqui ocupadíssimo com estas denúncias a respeito de um tal Roberto Fajardo, Malas-Artes por alcunha, que dizem ter escrito uma sátira em verso contra a viscondessa de Jerumina, personagem muito querida de Sua Excelência o general Beresford. (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.603).

O poder público tem que procurar, com prioridade, quem escreveu uma sátira de alguém próximo ao general Beresford. Como já abordamos, os ingleses passam a ter tratamentos especiais

depois de terem auxiliado Portugal nas Guerras Peninsulares. Este tipo de tratamento diferenciado dado às pessoas que tinham relação com o inglês, juntamente ao fato de que a corte já estava no Brasil há 10 anos, levaram a diversos levantes, bem como às suas repressões. Estes acontecimentos preocuparam Melo quando da sua volta a Portugal e chegada a Viduedo.

A despeito do inicial descaso do policial, o fato de Antónia ser nobre, possibilitou que Melo obtivesse um indício para seguir em frente com sua investigação. Ele descobre que a filha da antiga bacalhoeira tinha sido seduzida por Gervásio Faria, um militar português, chamado de jacobino pelo intendente-geral, e que acabara por ser arcabuzado pelos ingleses. Estas informações foram primeiramente dadas por Rosa de Jesus, criada de Antónia, quando fora à delegacia informar ao policial que uma menina, filha do casal para quem trabalhava, fora raptada. Sebastião vai em busca de Rosa para que possa descobrir o paradeiro de Antónia. A reação imediata de Antónia é de uma impressionante recusa em vê-lo. Após mostrar que já frequentara o salão de sua mãe anos atrás, Melo consegue, finalmente, estabelecer algum contato direto. Decaída da sua riqueza, ela vivia de sua costura. Ver Antónia, traz fortes emoções a Melo: “Naquela casa estava a filha da penitente, cheia de poesia fúnebre, poesia que sua irmã não tinha, porque vivia uma vida trivial, um misto de misérias e gozos, como o resto do género humano.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.606). Ao comparar Antónia e Emília, o narrador explicita a diferença entre um penitente e uma pessoa comum. O penar é o que eleva Antónia em comparação a sua irmã. Melo irá oferecer a Antónia o mesmo que oferecera a Anacleta, a vida no convento. Oferta que será aceita.

Tendo descoberto as informações pedidas por Anacleta, Melo retorna a Viduedo. Ele já havia se transformado em padre Dinis, devido à sua própria penitência. Seu guia conta que uma nobre fora até o vilarejo se consultar com a santa e conseguiu o resultado que esperava: casar-se com um fidalgo. A dita santa dizia que era a maior das pecadoras e apenas rezou junto à fidalga. Mesmo assim, o resultado positivo foi atribuído à sua intervenção. O guia conta que sua esposa estava endemoninhada e que a fidalga recomendara que ela fosse também se consultar com a santa. Após a conversa, Anacleta responde que a mulher deveria consultar um cirurgião, responsável pelo corpo físico; e um padre, que cuida da alma. A cômputo do guia não encontra ajuda em nenhum dos dois lugares. Surge uma dúvida se a mendiga é de fato uma santa, uma bruxa ou uma mulher comum. Este questionamento também é levantado pelo capitão da aldeia. A penitente passa a ser quase uma espécie de lenda. Viduedo, daí em diante, recebe diversos visitantes que procuram a santa. É necessário que ressaltemos que a fidalga que procurou Anacleta, ao não encontrar respostas para suas dificuldades no plano real, acaba por se entregar ao misticismo. O guia e sua

esposa, pessoas pobres, também vão fazer sua consulta. O povo, ao saber que um padre chegara, pergunta se ele ali estava para celebrar missas da Semana Santa. Ao falarem sobre a santa, um deles diz: “É o nosso anjo custódio... Desde que ela veio, até parece que as novidades suprem mais na tulha. Tem aqui vindo muita gente de longe.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.627). O vilarejo místico e a penitente passam a ser um abrigo e um alento para pessoas, de diferentes classes sociais, que não conseguiam solucionar seus problemas na esfera convencional.

Melo retorna, já transformado em padre Dinis, em março de 1819. Ao chegar à casa do capitão, descobre que o ancião havia morrido. Finda a ceia, Padre Dinis vai em direção à capela onde conversara com Anacleta.

Ao receber as novas de suas filhas, a penitência de Anacleta terminará. Enquanto padre Dinis reza a missa, Anacleta tem um frenesi, uma espécie de êxtase religioso. Sua temperatura aumenta e ela morre:

- Senhor! Levai a desgraçada, se lhe perdoastes! [...]

Consumado o sacrifício, tomou o cadáver nos braços, e colocou-o sobre a cómoda dos paramentos. Chamou o capitão, e pediu-lhe que o ajudasse a cavar uma sepultura no alpendre da capela. Todos quiseram tirar terra da sepultura da santa. Duas horas depois algumas mulheres oravam em redor da pedra que a cobrira, e pediam ao espírito bemaventurado da predestinada que não as desamparasse.

Padre Dinis transpunha daí a pouco o outeiro, donde dissera, um ano antes, o adeus à penitente, que lhe acenava da agulha dos rochedos. Olhou para lá... - Era ali!... - disse ele, e chorou. (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.632).

A devoção à penitente e o pedido de que ela continuasse a lhes servir de amparo é um indicativo de que a tradição continuava mesmo depois da morte de Anacleta. Seu falecimento, enquanto uma penitente de uma obra literária do século XIX, carrega os valores socioculturais do Portugal oitocentista. O adeus a Anacleta foi analisado por António Diogo do Prado Coelho:

Parece que o próprio artista se suspende perante os seus motivos estéticos, perante os quadros que o estimulavam a criar, tão esplêndidos eles se lhe apresentam aos olhos d'alma. [...] Lá no topo das serranias, a entestarem com o firmamento, o aparato da poesia fúnebre dir-se-ia adquirir uma gravidade e uma elevação incomparáveis, e é então positivamente que Camilo mais se nos afigura a querer medir-se com a altura quase inacessível da inspiração. É aqui, sem dúvida, neste clima de altitude estética, verdadeiramente criadora, que o humano característico da 2ª fase da evolução do escritor, por sua natureza e seu grau de espiritualidade, sobe mais alto, até realizar, em arte, as maiores conquistas. (COELHO, 1950, p.161).

Verificamos, a partir do excerto, que Coelho postula que o escritor tinha uma desenvoltura espiritual que o possibilitaria escrever uma cena tal como a morte de Anacleto. Ao tratar desta etapa da carreira de Camilo, Coelho pontua: “O 2º período ou fase de evolução do génio de Camilo é aquele em que o artista faz a afirmação de Deus e de si mesmo.” (COELHO, 1950, p.14). Realizando um afastamento dessa perspectiva que busca atrelar o autor à sua obra e aos seus personagens, oferecemos outra chave de leitura. A reação contra as mudanças trazidas pelo liberalismo, em especial no que diz respeito à religião, parece-nos ter aparecido no romance com Viduedo e seus personagens tais como o ancião e Anacleto, que são procurados quando os portugueses não mais encontram refúgio na realidade. O misticismo oferece, portanto, uma fuga em direção ao passado mítico, e esta é a razão pela qual o vilarejo é apresentado como um abrigo metafísico que representa o que já é conhecido, guardião das tradições nacionais; em face à inesperada e receosa modernização vinda de ideais estrangeiros. Uma vez que, como já apontamos, muitos anos depois, o contraste entre o Portugal secular e moderno das grandes cidades em contraposição ao Portugal místico e supersticioso das regiões rurais, continuou a ser uma realidade.

## 7. Pedro da Silva

Conforme apontamos, a narrativa de Anacleto está inserida no romance *Mistérios de Lisboa*. Para apresentarmos o protagonista deste romance, faz-se necessário primeiro abordarmos como o narrador, desde o princípio, confere veracidade à sua obra. Logo na primeira página, o texto defende que os romances são compostos de mentiras, mas o que o leitor tem em mãos é diferente: “[...] diz o circunspecto leitor, vou-me preparando para andar à roda em um sarilho de mentiras. Não, senhor. Este romance não é um romance: é um diário de sofrimentos, verídico, autêntico e justificado. Peço-lhe que leia a seguinte carta, que recebi em 24 de Agosto de 1852” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.298). A própria obra nega a si mesma no que tange a sua forma.

Já vimos que o mesmo artifício será usado no *Livro Negro*. A carta recebida pelo narrador foi enviada por Pedro da Silva. Apenas ele e Sebastião de Melo têm a possibilidade de enviar suas cartas e contar suas vidas. Se acreditássemos no engodo que o narrador prepara para nos fazer acreditar na autenticidade do romance, seria através do ponto de vista destes dois protagonistas narradores que teríamos acesso a todos os outros personagens. Isto é, o foco de ambos os romances se dá sobre os penitentes, contudo, como dentre os penitentes apenas Pedro e padre Dinis têm a possibilidade de expor os acontecimentos, serão eles os personagens considerados cruciais, sem os quais a composição dos romances seria impossível. Já conhecemos a história de padre Dinis, um nobre decadente que comete um crime e busca sua redenção cumprindo a vontade de Deus na Terra. Pedro também é um nobre decadente, não chegará a cometer atrocidades como Sebastião, mas também irá penar com os desígnios vindos do céu. Embora destituída de sua antiga glória, a voz que pode se expressar é ainda da aristocracia, que parece não encontrar mais seu lugar no mundo.

A carta a que fizemos referência é enviada em junho do mesmo ano por um amigo do narrador que é caixeiro na cidade do Rio de Janeiro. Junto com ela vem um grande volume de páginas escritas. Para explicar a origem delas, o caixeiro conta que encontrou um homem que chamou muito a sua atenção e por quem ele sentiu uma atração irresistível. Isso não se explica pelos atributos físicos desse homem, já que ele não é muito bonito, além de ser muito magro. O que chama a atenção do guarda-livros é que o homem olha para o horizonte como se não visse o que acontecia ao seu redor: “Ao vê-lo assim absorto naquela meditação profunda, julguei que podia avizinhar-me dele e contemplá-lo de perto. [...] Fiquei entendendo que as visões daquele homem

estavam dentro na alma, e os olhos da face, naquele momento, viam tanto como os meus.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.299). Como o rapaz procurava uma hospedaria, o caixeiro indicou sua casa como opção. Sem saber que era a casa do caixeiro, o homem entra na hospedaria e exige um quarto, também chama o caixeiro para que possa descansar:

Subimos; e não foi sem me sorrir que o vi a ele bater em uma das portas, com todo o desembaraço. O meu criado parecia esperar as minhas ordens; mas o meu hóspede adiantou-se a pedir um quarto, depressa. Entrámos em uma sala, e aceitei uma cadeira que o meu hóspede me oferecia: apontei-lhe o sofá, para que ele se sentasse. Primeiro sentou-se; pouco depois, reclinou-se, e por fim deitou-se com toda a galhardia de um oriental. (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.300).

O rapaz trata o caixeiro, que acabou de conhecer, com muito respeito e consideração. Contudo, não tem a mesma atitude com o criado. A maneira como se deita também indica que possuía gostos requintados. Uma figura que não impressiona pelas roupas ou pela fisionomia, mas sim pela sua atitude contemplativa que o diferencia dos demais. Pelo que apresentamos até agora, percebe-se que o rapaz tem muito claro em sua mente a classe social a que faz parte e as classes sociais dos outros, o que direciona sua amabilidade ou aspereza. O rapaz então compara o hotel brasileiro aos lusos: “As hospedarias aqui - disse ele - respiram uma elegância que não se parece nada com a farrapagem dos hotéis portugueses. Eis aqui uma sala que parece o *boudoir* de uma viscondessa burguesa.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.300). Um português encontra mais glamour na antiga colônia do que em seu próprio país, a antiga metrópole. Uma fala curiosa, visto que outros personagens de obras escritas dali a alguns anos irão indicar o Brasil como um lugar ainda mais atrasado que Portugal. Apenas a título de ilustração, evocamos a figura do protagonista do romance *O Primo Basílio*, que faz sua fortuna no Brasil, mas considera o país um local detestável. Um dos indícios que comprovam esta hipótese é a maneira como responde Luísa ao ser indagado sobre sua estada em terras brasileiras: “Um horror! Até fizera corte a uma mulata.” (QUEIROZ, 1878, p.80). Ao conversar com um amigo, vemos como tanto Basílio quanto seu camarada Reinaldo colocam sua pátria em uma posição inferior a outras nações europeias. Repare-se que o amigo de Basílio parece ter uma postura corporal parecida a do protagonista dos *Mistérios*:

Na sala de leitura, o seu amigo o Visconde Reinaldo, que havia anos vivia em Londres, e muito em Paris também, **lia o Times languidamente, enterrado numa poltrona**. Tinham vindo ambos de Paris, com a promessa de voltarem juntos por Madrid. Mas o calor desolava Reinaldo; achava a temperatura de Lisboa reles; trazia lunetas defumadas; e andava saturado de perfumes, por causa "do cheiro ignóbil de Portugal". [...] Apanhou moribundamente o Times, bocejou, pediu soda — soda inglesa! Não havia, veio dizer o

criado. Reinaldo fitou Basílio com espanto, com terror, e murmurou soturnamente: — Que abjeção de país! (QUEIROZ, 1878, ML, p. 195, grifo nosso).

Embora Portugal ficasse em uma posição mais elevada que a do Brasil, não estava na mesma posição da Inglaterra ou da França. A postura apresentada em *O Primo Basílio*, lançado anos depois, contrasta com a do protagonista dos *Mistérios*, ao menos no que tange Brasil e Portugal. O desprezo que Pedro da Silva nutre pelo seu próprio país será explicado no romance camiliano, mas já temos pistas no início. O rapaz pede para ir para Botafogo, mais afastado do centro da cidade, e conta ao caixeiro que se sentia doente: “Disse-me que sofria muito do peito. Aconselhei-lhe que se retirasse para Portugal. Sorriu-se, e apontou-me para as cruzes do cemitério, que alvejavam através de um arvoredos.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.302). O rapaz indica que deixava seu país por ele estar relacionado à morte. Seu estado de saúde vai piorando e ele oferece seu caderno ao caixeiro, para que saiba sua história, depois que ele já estiver morto:

A febre-amarela parece querer juntar-se à minha febre negra. Se desta colisão resultar em breve a minha morte, venha V. S. ao meu quarto, dê-se ao trabalho de ler, em horas de ócio, esses cadernos de papel que por lá estão, e poderá então dizer que o seu hóspede, silencioso em vida, conversou muito consigo do túmulo. (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.302).

## 7.1 Pedro e o mistério de sua filiação

Depois que o rapaz falece, o caixeiro lê seus cadernos e os envia para o narrador. Tanto o guarda-livros quanto o narrador indicam que a suposta biografia tem uma razão para ser escrita e que só será apresentada ao final da publicação, o que pode ter sido um estratagema utilizado por Camilo para manter a atenção do público até o fim da narrativa. Como já se pode imaginar, o homem que deixa seus escritos é Pedro da Silva. Neles encontraremos seu relato, que começa na sua adolescência. Assim como padre Dinis, ele também buscava pela sua identidade: “Eu era um rapaz de catorze anos, e não sabia quem era. Vivía na companhia de um padre, e de uma senhora, que diziam ser irmã do padre, e de vinte rapazes, que eram meus discípulos.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.305). Neste tempo (1832), o nome que lhe era atribuído era João, sem nenhum sobrenome. A senhora a que o rapaz se referiu é D. Antónia, filha de Anacleto. Algumas de suas amigas vêm visitá-la e uma delas repara no corpo do menino. O diálogo entre elas parece dar uma pista a respeito do seu nascimento:

- Não vê aquele pé e aquela mão! Os filhos da gentalha não vêm assim ao mundo. - Hás-de sempre falar contra a gentalha, Isabelinha! - redarguiu a mãe ou tia. - Todos são filhos de Deus; todos têm pés e mãos.
- Eu não nego isso - tornou a gentil aristocrata com menos azedume -, mas o que eu sei é que conheço uma pessoa de bem pelos pés, e vou jurar se quem vai dentro de uma carruagem puxada a quatro é filho de um alfaiate, contanto que leve a mão à vista na portinhola.
- Isso parece-me demais! - retarquiu a tia com melhor boa-fé. (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.309).

Conforme já expusemos, a crença de que os aristocratas já nascem superiores era parte do ideal do Antigo Regime. Essa superioridade poderia, até mesmo, ser percebida por características físicas. Pelo excerto, constatamos que uma das aristocratas pensa assim, mas a nobre mais velha discorda. O próprio narrador se posiciona com maior benevolência em relação à senhora mais velha, o que indica que ele não compartilha do pensamento da mais nova. Esse diálogo ocorre por volta de 1832, ano de início da Guerra Civil. Logo, o *status quo* de primazia da nobreza estava em risco.

Tendo seu ego inflado pela possibilidade de ser um aristocrata, João não aceita mais as provocações feitas por seus colegas. Ao ser ridicularizado pelo maior e mais velho da turma, o ataca com um cacto. Enquanto espera no seu quarto a admoestação do padre, teme pelo castigo de tal maneira que fica de cama, com febre e confusão mental. É nessa ocasião que recebe a visita de uma mulher, que o acaricia com um sentimento maternal. Depois de um breve espaço de tempo, a senhora precisa ir embora, deixando impresso na mente do menino o mistério de sua identidade. Após três meses, quando o rapaz se restabelece, a mulher volta a visitá-lo e revela ser sua mãe. Ela não pode ficar muito tempo e marca um outro encontro, desta vez em sua casa. Padre Dinis acompanha o menino até a morada de sua mãe: “um palacete sombrio, triste, e quase escondido entre as copas das faias, dos chorões e dos ciprestes.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.323). A casa de Ângela, mãe de João, é parecida com a de padre Dinis quando ainda era duque de Cliton e casado com Branca de Montfort. Apesar de terem organizado o encontro, ele não pode acontecer. O marido de Ângela aparece e expulsa os convidados, além de despedir Bernardo (um criado que era aliado da condessa). Ela envia uma carta ao padre revelando um pouco dos seus infortúnios que o conde, seu marido, passou a lhe impor a partir do momento que soube da existência de seu filho:

O conde suspeitou. Falou-me da perturbação em que V. ficara quando o vira. Quis arrancar-me o segredo dessas duas pessoas. Fez-me algumas perguntas com o punhal sobre o coração. Vi-lhe os olhos injectados de sangue, e cuidei que me matava. Ofereci-

me, como sempre, ao sacrifício, pedindo-lhe de joelhos a morte. Cuspiu-me no rosto quando eu estava nesta humilde postura. [...] Não torne a sair com o pequeno. Foi uma imprudência minha. Parece-me que serei privada da luz outros oito anos! Deus me tire deste mundo por piedade! (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.325).

Quando se casaram, o conde não sabia que Ângela tinha um filho. Embora ela nunca o tenha traído, apenas a existência de um filho já faz com que ele a despreze e tenha, inclusive, um relacionamento extraconjugal com uma criada.

Em agosto de 1832, mês do aniversário de 15 anos do rapaz, é Bernardo que lhe dá uma boa notícia. Sua mãe queria vê-lo. O que só se torna possível porque a condessa havia o chamado para ser escudeiro novamente e porque “o Sr. D. Miguel foi para o Minho, e quis que o conde o acompanhasse.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.332). O conde de Santa Bárbara é aliado de D. Miguel, que já expusemos ser o representante da monarquia absolutista e de ideais retrógrados, como a predileção dos nobres em detrimento das classes sociais menos favorecidas. Apresentar um personagem mau e cruel como apoiador do absolutismo poderia ser uma maneira de criticar este espectro político; contudo, não pensamos ser este o caso. Basta lembrarmos que houve outros personagens que cometeram atrocidades sem ter nenhuma relação com D. Miguel, como exemplos, citamos que Padre Dinis foi o assassino de sua esposa e Anacleta envenena seu companheiro. Contudo, ao tratar de um personagem miguelista, o romance mostra que não ignora o período histórico narrado. Além disso, em breve apresentaremos o fatídico destino do conde de Santa Bárbara, o que pode ser uma indicação de que o Antigo Regime estava ruindo em Portugal. Por isso, a figura do conde de Santa Bárbara nos parece ser uma alegoria da decadência deste modelo, que teria seu fim com a referida guerra. Há pouco, evidenciamos como Viduedo representaria um refúgio para as tradições portuguesas. Porém, parece-nos que a defesa do conservadorismo e da religião presente nos romances não significa uma defesa do absolutismo. Retomaremos essas ideias mais à frente, porém, podemos já ressaltar que os penitentes são os personagens principais e vêm de classes sociais distintas, tanto nobres (Sebastião) como plebeus (Anacleta).

Um outro indicativo do declínio do Antigo Regime encontra-se na descrição do palácio do conde. Na mesma noite do dia em que recebera a visita de Bernardo, o rapaz descobre que poderá visitar sua mãe. Ele descreve a casa do conde:

[...] vi seges dismanteladas, arreios, e um não sei quê de ruínas, que falavam de uma passada grandeza. [...] Neste vasto recinto havia um lampião, que derramava pelas paredes pardacentas sombras fantásticas, à maneira de vultos encapotados, que davam ao lugar uma solenidade misteriosa. (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.334).

Como já indicamos, o ambiente é parecido com o solar dos duques de Cliton. Defendemos que o estado deteriorado da residência do conde de Santa Bárbara cumpre a mesma função alegórica: a de representar a derrocada da nobreza.

Diante do estado de vulnerabilidade e sofrimento de Ângela, padre Dinis propõe que ela more junto ao seu filho. Bernardo se dispõe a ir para o palácio e mantê-la informada do que acontece por lá. Uma das notícias é a de que o conde voltara para ver sua criada. Ele fingira estar doente para obter de D. Miguel a permissão de se restabelecer em casa. Quando Ângela fica sabendo da situação, se mostra ferida em seu orgulho, mas reage com altivez, sem se exaltar. Neste momento das memórias de Pedro (ainda chamado de João), vemos mais uma crítica ao ideal de nobreza:

Tive muitas vezes, no trabalhoso curso da minha vida ocasião de comparar minha mãe. Cheguei a ser “povo”, acreditando na superstição do sangue nobre; mas quem depois me desiludia este prestígio eram as mulheres fidalgas, que desciam às iras sórdidas e plebeias, se o ciúme lhes azedava o sangue... azul. O que, em verdade, concluí de todas estas variantes, foi que este planeta, organizado por Deus, e entregue à administração dos homens, não podia cair em piores mãos. (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.358).

Embora as obras elevem a casta de penitentes acima das classes sociais terrenas e o próprio narrador neste excerto critique a aristocracia, veremos, em algumas ocasiões, que Pedro não se dissocia completamente de seu estrato social. Uma delas se dá quando Bernardo conta que o conde mandara que ele descobrisse onde estava a condessa. Quando ele diz não saber, o conde o expulsa de casa e se lembra que o havia despedido. Desejoso de saber o paradeiro de sua esposa, o conde tem um acesso de ira e diz ao criado: “Vou-te mandar amarrar, brejeiro, e vergalhar como a um preto, até dizeres onde ela está [...]” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.359). Esse tipo de castigo físico fora proibido pela constituição de 1822 até mesmo para as polícias em contato com um criminoso, conforme vemos no 12º parágrafo da primeira seção citado por Oliveira Marques: “...os açoites, o baraço e pregão, a marca de ferro quente, a tortura e todas as mais penas cruéis ficam em consequência abolidas.” (Apud, 2002, p.237). No período em questão, meados de 1832, a carta magna liberal havia sido revogada e as leis do Antigo Regime voltado à sua validade, o que possibilitaria ao conde executar tal ação dentro da lei.

Ao tratar do poder do chefe da família com relação aos outros membros da casa, a pesquisadora Ana Sofia Vieira Ribeiro apresenta um panorama do núcleo familiar da cidade do

Porto na segunda metade do século XVIII. O que pode ter se mantido até o período que é narrado no romance *Mistérios de Lisboa*:

Imiscuindo-se na interacção familiar, o Estado português, pela legislação quase inalterada desde a época filipina, continua a permitir que o pai de família inflija um correctivo moderado na esposa sempre que considere pertinente. [...] Tem o direito de castigar os filhos sempre que lhe desobedeçam, assim como tem o mestre sobre o aprendiz ou o amo sobre o criado. (RIBEIRO, 2011, p.458-459).

Bernardo responde à ameaça feita pelo conde: “Eu sempre fui homem prudente e temente a Deus; mas, quando me querem chegar ao forro da camisa, não conheço ninguém. [...] favas contadas, ele a dar-me com a cadeira na cabeça, e eu a procurar-lhe a barriga com uma navalha, Deus me perdoe!” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.359). No início deste capítulo, o narrador informa que, ao terem ataques de ciúmes, mesmo as mulheres que eram aristocratas agiam de uma maneira exagerada, um comportamento esperado de plebeus. Por isso, Pedro parece não acreditar nas diferenças entre as classes sociais que viriam do berço e que eram tão preconizadas no Antigo Regime. Contudo, ao comentar o relato do criado, percebemos o uso do estrato social para justificar o seu proceder: “Eu e o padre algumas vezes sorrimos às fraquezas de Bernardo, que não poderiam, sem a **gíria plebeia**, causar vontade de rir.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.359, grifo nosso). Sendo assim, estamos diante de uma ambiguidade, visto que, no mesmo capítulo, Pedro critica as crenças do Antigo Regime, mas também marca sua posição de nobre em relação ao criado.

Bernardo não poderá mais trazer notícias do palácio do conde de Santa Bárbara, mas padre Dinis encontrará outros meios de descobrir o que se passa por lá. Outro dia, padre Dinis, Ângela e Pedro estavam juntos vendo a paisagem à tarde:

Ora, o padre Dinis era um homem de suprema inteligência, porque recebera do céu a imaginação criadora. Uma vez, sentados, à tarde, sob as sombras das faias do quintal, eu e ele e minha mãe tínhamos caído em um silêncio profundo. Padre Dinis estivera longo tempo embebecido nas belezas do horizonte, onde o Sol, como a lava de um vulcão, parecia espirrar línguas de fogo à superfície das águas. Eu, atraído pela meditação extática do padre, procurava compreender os mistérios que seriam vistos por ele na majestade do Sol, atufando-se nas ondas. Minha mãe não olhava para o céu, nem para a terra: as suas visões eram lá no interior do seu espírito, onde os nossos olhos não podem penetrar. Com as mãos entrelaçadas, e a cabeça pendida sobre elas, minha mãe podia chorar em segredo, se uma lágrima, escorregando-lhe até os lábios, não viesse dizer-nos que **um grande peso de infortúnio não deixa levantar os olhos para admirar os augustos quadros da criação**. E é assim; porque a desgraça é-me sempre mais intolerável, quando vejo, fora de mim, uma bela natureza, serena como a paz, risonha como a alegria, embalsamada como um jardim cultivado por anjos, e sinto, no meu mundo íntimo, e vejo, no meu

panorama de agonia, a desconsolação do passado, as trevas do presente, e o terror do futuro. (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.362-363, grifo nosso).

O que torna padre Dinis especial é a sabedoria que lhe vem de Deus. O campo semântico das obras é católico, apenas neste excerto temos as palavras *céu, espírito, criação e anjos*. Em outras partes dos romances encontraremos muitas outras repetidas vezes: *santa, providência, demônio, profeta*, etc. Além disso, chamamos atenção para a metáfora do sol, que é belo, mas violento ao mesmo tempo, já que cria o poder destruidor das lavas. Padre Dinis e Ângela, que já eram penitentes, não conseguem contemplar a beleza da natureza. Em sua condição de criança, o Pedro do enunciado ainda é capaz de apreciar o sol. Vemos que o Pedro da enunciação sofre do mesmo mal que sua mãe e seu mentor, uma vez que já adulto, iniciara sua penitência.

A tragédia que leva padre Dinis e Ângela a esse abatimento será revelada ao menino. O sacerdote começa a contar ao rapaz a história de seu pai (que tinha o mesmo nome do filho: Pedro da Silva). Em 1817, ele procurara padre Dinis e iniciou seu relato com a sua condição social: “Sou um filho segundo, e portanto, sou um homem pobre.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.366). Devido à instituição do morgadio, as posses das famílias pertenciam ao primeiro filho, também chamado morgado. Por essa razão, os filhos segundos dispunham de menos escolhas para o seu futuro. Ângela também era filha segunda, o que impossibilitou sua união com Pedro, já que nenhum dos dois levaria consigo as riquezas de suas famílias. Situação que gera um paradoxo para o rapaz: “A mulher que eu amava era filha do marquês de Montezelos, e eu era filho do conde de Alvações. E, contudo, quer V. S.<sup>a</sup> certificar-se da indigência destes dois filhos de duas primeiras famílias de Portugal?” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.367). Este mundo aristocrático que impunha regras fixas e tradicionais estava começando a ruir. Sabemos que o relato de Pedro se refere a meados de 1817. Algum tempo depois, a instituição do morgadio, que lhe foi tão penosa, deixaria de existir: “A fidalguia seria ainda atingida pela limitação (1832) e depois extinção (1863) do ‘morgadio’, instituição que lhe preservara o património através das gerações (em 1863, ainda havia 625 morgadios).” (RAMOS, 2009, p.482).

Pedro pede a Ângela que se case com ele, ao que a moça prontamente atende. Contudo, seu pai a nega. Uma das soluções pensadas pelo rapaz levanta uma hipótese sórdida: “Lembrava-me a América, onde há muito ouro, onde se conquistam grandes posições na Europa, onde se trafica com o género humano, e donde se parte depois a tirar um diploma de homem honesto em Portugal.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.369). O Brasil surge como uma solução para problemas que Portugal impõe ao rapaz. Embora o plano fosse utilizar a então colônia como um local de rápido

enriquecimento através de atividades imorais, o mesmo indivíduo não cometeria em Portugal as ações que fizesse no Brasil. É possível pensar que essa gama de personagens que busca o Brasil com este fim, como o icônico Basílio de Eça de Queiroz, represente ao menos uma parte significativa da população portuguesa do período que via o Brasil como um local que oferecia ganhos financeiros mais velozes que Portugal. A moralidade, a decência e os planos mais sérios estariam na Europa. O Brasil parece ter sido visto como um refúgio ou um local de exploração (como nos *Mistérios* através de Pedro, que cogitou o plano, e Alberto, outro personagem que apresentaremos mais à frente, que efetivamente realizou). No caso de Pedro, o seu lado escravista e pérfido seria aflorado no Brasil. Em Portugal, voltaria a ser o nobre de bom caráter. Em suma, para o Brasil o crime e o aproveitamento abusivo; para Portugal, as boas maneiras e a satisfação de desfrutar do dinheiro obtido. Porém, o que impedirá Pedro de realizar seu plano não será sua consciência, mas sim um ultimato de Ângela. Conforme já notado por mim, em artigo já publicado: “Pedro, que é um dos heróis da narrativa, não se preocupa em traficar outros seres humanos e vê-los como mercadoria. A desistência de seu plano vem com a ameaça de Ângela: a de se matar caso ele prossiga com seu intento.” (FREITAS, 2020, p.204). O rapaz descobre que sua amada não lhe enviara mais nenhuma mensagem por três meses porque seu pai a impedira de fazê-lo. Ele, então, percebe que sua ideia havia sido egoísta, ele estaria fugindo de seu padecimento, enquanto ela ficaria sofrendo nas mãos do pai. Ele se pergunta se ela o compreenderia:

E entenderia ela as minhas razões, se eu lhas desse? Não lhe seria uma linguagem nova a do homem que vai esterilizar o coração no amor do dinheiro, para depois lho oferecer, combalido pela úlcera das mercancias ambiciosas? E, se ela chegasse a compreender-me, **não lhe seria aviltante esse ouro que eu ia granjear, para depois poder arrematá-la em leilão vergonhoso?** (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.371, grifo nosso).

Estamos diante de uma moral dupla, que não nos parece ter sido bem explorada no romance. Quais eram os sonhos e planos dos africanos levados forçadamente ao Brasil? Quantos deles foram separados de suas famílias e dos que amavam? Pedro aceitaria tirar a liberdade de diversas pessoas em troca da sua. O rapaz vê a si e a sua amada como superiores às pessoas escravizadas das colônias portuguesas. “Ângela não pode ser uma mercadoria, seria infame obtê-la como um produto em um leilão. No entanto, levar cativos de um continente ao outro e vende-los não o preocupa e essa problemática pode passar despercebida em uma leitura descuidada.” (FREITAS, 2020, p.204).

Apesar da proibição imposta pelo marquês de Montezelos, Pedro visita Ângela às escondidas. Ângela fica grávida e propõe planos inocentes de fuga, sem levar em consideração os

meios financeiros de assegurar sua subsistência e o sucesso de sua empreitada. O rapaz, mais sensível à realidade, percebia que nada do que ela sugeria seria possível sem o auxílio do vil metal. Pedro sabe que estava preso em um sistema que não o possibilitaria ser senhor de seu destino. De uma maneira muito mais acurada, o rapaz procura traçar seu caminho calcado na realidade. As mudanças sociais, econômicas e políticas que se impunham não lhe foram alheias:

O que me fazia dobradamente feliz junto dela era a esperança de alcançar um dia em Portugal uma posição que me desse em nobreza *real* o que me sobrava em nobreza *imaginária*. O filho segundo do conde de Alvações valia menos que o filho do merceiro, que entra em casa do fidalgo, dota-lhe uma filha para que lhe dê a outra, e edifica um palácio, onde amanhã mandará insculpir um brasão de armas, se essa loucura lhe apetercer. (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.373-374).

Em uma das visitas que faz à Ângela, Pedro é baleado pelo irmão da moça e por funcionários da família. O marquês de Montezelos envia sua filha a um convento. Ainda convalescente, o rapaz procura padre Dinis porque sabe que uma amiga do religioso estava no mesmo mosteiro e ajudava Ângela. Ele pede que sua gravidez seja escondida para que não haja um escândalo no convento.

O relato sobre a história do menino é interrompido. Padre Dinis revela a Ângela que havia procurado seu irmão, agora senhor da casa, já que o pai morrera. A condessa não entende a razão que motivara padre Dinis. Ela explica que apesar de a terem vendido por 40 contos, forçando-a ao casamento com o conde de Santa Bárbara, ela nunca havia se vendido. O padre, então, explica que a sua preocupação era com o futuro de Pedro: “Sr.<sup>a</sup> Condessa; este mundo está organizado tristemente, mas quem não quiser amoldar-se nas formas em que a sociedade lho apresenta, luta sem forças contra um destino invencível.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.385-386). É possível interpretarmos que o religioso tivesse apreensões pragmáticas e pensava que Pedro poderia estar em breve sem condições financeiras de se manter. Além disso, o padre não vê possibilidades de mudanças positivas na sociedade em que vive, embora vivesse tempos de transformação social, econômica e política. Essa aceitação passiva da realidade é um tópico recorrente nos romances de que tratamos, voltaremos a esse aspecto mais à frente.

O sacerdote pede que o irmão de Ângela faça uma visita ao conde de Santa Bárbara para perguntar sobre o paradeiro de sua irmã. O conde diz que a condessa sempre viveu livremente e que saíra de casa com seu amante. A prova era uma carta enviada por Pedro da Silva (pai) pedindo proteção ao seu filho que ficava órfão. Diante da correspondência, o marquês de Montezelos acredita em seu cunhado. O padre pede que o marquês visite sua irmã. Ângela se opõe fortemente

à visita, porém, padre Dinis impõe a situação. Seu intuito é o de punir o conde de Santa Bárbara e também reaver o dote de Ângela para que seu filho não passe por necessidades. O encontro dos irmãos começa no capítulo 13 da primeira parte do livro. O narrador (Pedro da Silva) informa o leitor que não participara da reunião e que se fizera valer dos escritos de seu mentor: “Algumas páginas que vão ler-se não me pertencem: copiei-as do *Livro Negro* de padre Dinis, como ele o intitulava. Não fui testemunha das cenas aqui descritas. [...] O encontro do marquês de Montezelos com minha mãe não consentia a minha presença...” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.390). Já informamos que o *Livro Negro* (1855), embora trate de assuntos anteriores aos *Mistérios de Lisboa* (1854), é na realidade sua continuação. Novamente, o artifício da cópia dos livros originais coopera para o engodo de que a obra é baseada em fatos reais, além de facilitar a venda do *Livro Negro*.

Padre Dinis conta ao irmão de Ângela que tentou dissuadir o pai para que a filha pudesse se casar com Pedro, explicando que ela estava grávida. O marquês respondeu secamente, informando que tomaria as medidas necessárias para que Ângela não fosse desonrada publicamente. Ele a enviou para uma quinta distante de Lisboa. Padre Dinis, disfarçado como um cigano chamado Sabino Cabra, se instala próximo à quinta, embora não se aproxime a ponto de chamar atenção. Um dia, ele chama os funcionários do marquês para tomarem vinho. Depois de muitas rodadas, um deles, que tinha por alcunha Come-Facas, revela que sua função era assassinar o filho de Ângela assim que ele nascesse. O cigano oferece muito dinheiro ao criado do marquês para que ele o entregue o bebê vivo. Além disso, ameaça levar o caso à justiça se ele se recusar a entregar a criança.

Pouco tempo depois, momentos antes de falecer, Pedro da Silva tem a oportunidade de conhecer o seu filho. Quanto a Ângela, o pai a obriga a participar de eventos da alta sociedade com o fim de lhe impor um casamento. O conde de Santa Bárbara era um rapaz ingênuo e foi o escolhido pelo marquês para casar sua filha. A moça não corresponde aos sentimentos do conde e lhe explica que não poderia amá-lo. O marquês agride fisicamente a própria filha até que ela pense que morreria, momento em que pede um confessor. O marquês escolhe um religioso que moldasse a mente de Ângela para obedecer ao pai: “O padre, comicamente horrorizado, pintou-lhe uma legião de demónios de vários feitios, que vinham buscá-la em corpo e alma para as abrasadas entranhas do inferno. A infeliz chorou, gritou, desmaiou e pediu o perdão de seu pai, se ainda era tempo de suster a vingança de Deus.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.403). Apresentar um padre realizando uma má ação é mais um exemplo de que os romances de Camilo que estamos analisando não fazem uma defesa intransigente da igreja católica.

Após ser violentada física e psicologicamente, Ângela recebe o conde de Santa Bárbara com muito mais afabilidade. O casamento ocorre às pressas. Padre Dinis deixa a carta que Pedro escrevera quando estava em seu leito de morte e a entrega na igreja. Pouco tempo depois, o conde encontra a correspondência, que continha a informação de que Ângela tinha um filho, o que faz com que ele sujeite sua esposa a maus tratos.

O encontro dos irmãos é uma péssima situação. A senhora o recebe com desdém. Ela quisera se recusar a ser vendida para dar benefícios financeiros ao pai e ao irmão, mas casou-se forçada. Além disso, o marquês informa que a família não soube administrar bem o dinheiro: o pai morrera devendo 80 contos e ele devia 120. Ângela, com muita altivez, inverte as posições e passa à postura de exigir uma restituição do irmão:

Poucos dias antes da minha fuga de casa do conde de Santa Bárbara, disse-me este homem que fosse a casa de meu irmão receber quarenta contos de réis que lhe emprestara há quinze anos, e que vivesse deles longe de sua vista; e dizendo-me isto, atirou-me com um título de dívida... Ei-lo aqui... preciso ser embolsada... A mulher vendida reclama o preço de seu corpo. [...] Suspenderei aqui a cópia do *Livro Negro* de padre Dinis. (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.409-410).

Diante do documento e da firme resposta de sua irmã, o marquês se retira irritado da casa de padre Dinis. O capítulo seguinte volta a ser baseado nos escritos de Pedro. Nele voltamos a acompanhar o conde de Santa Bárbara, que retornara ao seu palácio para encontrar sua criada; contudo, teve que inventar o pretexto de uma doença para poder fazê-lo. A importância do conde é revelada de maneira mais clara:

Antes de partir, o conde recebera a visita das primeiras pessoas de Lisboa, que por cerimónia se interessavam na sua saúde. Para este culto respeitoso muito concorria a valiosa importância que o conde tinha ao pé de D. Miguel. As ilações que um político poderia tirar desta simpatia, não importam nada ao romancista que escreve uma história contemporânea; mas tantas são elas, e de tanto alcance **na perda inexplicável das instituições políticas em vigor até 1833**, que muito valia a pena dissecá-las, sem receio de resvalar com o escalpelo pela face de alguns que ainda vivem. (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.412, grifo nosso).

Conforme já apontamos, as mudanças ocorridas com o resultado da Guerra Civil não aconteceram de modo incompreensível ou inesperado. As ideias oriundas da Revolução Francesa, a vinda da corte para o Brasil, as regalias destinadas aos ingleses, a Revolução Liberal do Porto, dentre outras questões possibilitaram a transformação da sociedade portuguesa. Contudo, Portugal ficava atrasado em comparação a outros países da Europa. Os novos tempos exigiam uma

mentalidade voltada ao comércio e não mais à tradição e ao sangue ancestral. Os indivíduos mais importantes da capital do reino visitam o conde por interesse e ouvem dele que sua esposa havia fugido com um amante. Logo a história se espalha. Padre Dinis oculta esta acusação da condessa e apenas pede para que ela assine um papel em branco. Com o documento em mãos, o sacerdote entra na justiça solicitando que o conde repita em público, e diante das mesmas pessoas, as acusações que fizera à condessa. É em Santarém que ele receberá a petição. O engodo que o conde utilizara para encontrar Eugénia, sua criada, passa a ser realidade: ele efetivamente fica doente. Os aristocratas da região também vão prestar seu apoio ao conde, pela mesma razão dos nobres de Lisboa. Padre Dinis entrega a intimação acompanhado de um escrivão e de um meirinho. Ela exigia que o conde provasse suas acusações ou se desmentisse. Como de costume, ele tem uma reação explosiva e ameaça agredir o escrivão, que, amparado pela lei, se mantém firme e diz que só não o autuaria devido ao seu frágil estado de saúde. Após uma síncope, o conde pede para ficar a sós com padre Dinis antes de assinar o documento.

O marido de Ângela conta que fora enganado pelo marquês de Montezelos. Por ser ainda muito jovem, seu futuro sogro soube direcionar as situações para que o casamento ocorresse. Em alguns momentos de seu relato, o conde sorria. Ele pede desculpas a padre Dinis e explica que sempre sorriu em momentos que se sentia desgraçado. O leitor poderia se perguntar como Pedro poderia contar um diálogo em que não esteve presente e que padre Dinis não lhe revelaria por ser ainda tão jovem. A preocupação em dar um ar de verdade à obra é recorrente e é novamente resolvido com a utilização do relato narrado: “O padre admirava aquela incoerência, mas explicava-a melhor que eu posso explicá-la. Dizia ele no seu *Livro Negro*, que o rir do conde de Santa Bárbara era um acto tão natural e espontâneo na sua organização, como as lágrimas em outras organizações.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.423). O pai de Ângela diz ao conde que ele poderia se casar com sua filha, mas ainda assim ter relacionamentos extraconjugais quando quisesse. Para convencê-lo ao matrimônio, o marquês conta sobre seu tempo de mocidade e suas relações com outras mulheres quando era já casado. Nesse momento, o narrador apresenta mais uma vez sua descrença a respeito do sangue aristocrático: “[...] o padre tão enjoado da história que ouvira, como compadecido da baixeza a que pode vir um homem dos que a sociedade considera mais altos na nobreza do sangue!... Oh! Se a nobreza de sangue importasse a ideia de nobreza de espírito!” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.425).

Padre Dinis revela ao conde que fora Sebastião de Melo no passado, o homem que lhe deu conselhos no baile em que viu Ângela e também no dia de seu casamento. Após o diálogo, o conde

passa por uma transformação e se arrepende de ter torturado a condessa por tantos anos. Na presença da fidalguia de Santarém, ele diz que havia mentido sobre sua esposa ter saído de casa para se unir a outro homem e admite que a impôs um tratamento vilipendioso injustamente. O conde solicita que padre Dinis conduza Ângela até Santarém para que possa lhe pedir perdão. Ele sente que está muito doente e, por isso, insiste para que sua esposa venha logo. Padre Dinis informa que virá com a condessa em dois dias e sugere que Ângela entre em um convento. Convencido de que a condessa jamais o amará, o conde concorda com a sugestão do padre.

A situação da condessa de Santa Bárbara se torna o assunto principal em bailes aristocráticos, especialmente no de sua prima, a marquesa de Alfarela. Ocasão em que o narrador mais uma vez desdenha da nobreza: “As ilustres primas de minha mãe lastimavam-se por tamanha nódoa no brocado dos seus brasões. Nunca se vira semelhante procedimento na aristocracia!... O sangue azul regorgitava indignado nas artérias heráldicas da raça pura.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.442). Apesar de criticar Ângela sem sequer conhecer sua versão dos fatos, a marquesa é hipócrita, pois tem um relacionamento extraconjugal com D. Martinho de Almeida. O marquês de Alfarela também tem uma amante. Logo, os nobres são apresentados como fúteis e falsos. Dentre eles haverá um homem diferente, cuja origem é um mistério:

Este homem há poucos meses aparecera em Lisboa, ostentando maravilhas de uma riqueza fabulosa. Os seus trens deprimiam o orgulho dos palacianos. O seu palacete, edificado com presteza mágica, e arreado das mais soberbas invenções do ouro, irritara a dureza insolente dos senhores donatários. Alberto de Magalhães viera do Brasil. [...] Fizera-se interessante na corte, porque viera do Rio de Janeiro recomendado por uma notabilidade, que vigiava de perto as intenções de D. Pedro a respeito de Portugal. (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.443).

Se compararmos o palacete de Alberto com o do conde de Santa Bárbara ou o dos duques de Cliton, verificaremos que eram muito diferentes. As residências aristocráticas estavam decaindo embora tivessem sua tradição secular. O edifício que surge com glamour e novidade é o do burguês, cuja proveniência é obscura. Alberto só é aceito no círculo aristocrático por ter ajudado financeiramente quando o governo lhe pediu recursos para a guerra que se avizinhava. Nossa leitura é a de que Alberto não tem pretensões políticas, apenas age de acordo com aquilo que parece ser mais proveitoso. Alguns cogitavam que ele tivesse enriquecido com a escravidão, outros com a pirataria, outros ainda acreditavam que ele fosse um filho bastardo de D. João VI:

Fizera-se interessante na corte, porque viera do Rio de Janeiro recomendado por uma notabilidade, que vigiava de perto as intenções de D. Pedro a respeito de Portugal. O

governo, preocupado com a certeza de uma guerra demorada, abraçava todos os recursos para alimentar a coragem do exército. Alberto de Magalhães deu, à primeira instância que lhe fizeram, uma avultada quantia. Proclamaram-no benemérito, e abriram-se-lhe os salões da aristocracia, sem lhe perguntarem quem era e donde vinha. Não tinha alguém que lhe chamasse irmão ou parente. Era só. A curiosidade ralava-se com este segredo. Era necessário dar pasto às conjecturas. Uns queriam que fosse um espião de D. Pedro, dispondo de uma fortuna que devia ser empregada em arruinar o trono e o altar. Outros tinham-o em conta de um aventureiro, que enriqueceu na mercancia ignóbil da escravatura. Este afiançava que ouvira dizer a pessoa fidedigna que esse homem fora pirata nas costas brasileiras. Aquele, com ares misteriosos, dizia que Alberto de Magalhães era filho bastardo de D. João VI e de uma açafata de D. Maria I. (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.443-444).

É curioso que um indivíduo sem qualquer recomendação ou comprovada linhagem aristocrática fosse aceito nos círculos da nobreza. Isso evidencia a contradição de que até mesmo para lutar contra os liberais e para manter seus privilégios, os aristocratas miguelistas, ao menos na narrativa de Camilo em questão, tenham precisado da ajuda de um burguês de nascimento obscuro. Ou seja, para combaterem uma ordem de mundo que prioriza o dinheiro em detrimento do nascimento, tiveram que se aliar a alguém que representa justamente o que combatem.

Durante o evento, uma outra prima de Ângela, a condessa de Penacova, é provocada por Alberto por ter participado dos insultos à condessa de Santa Bárbara. Enquanto travam um diálogo agressivo, D. Martinho de Almeida tenta defender a condessa de Penacova. Ao fim, Alberto mostra que ela, uma senhora casada, tinha um bilhete aos seus pés, oferecido por outro homem, o que indicava sua dissimulação em criticar Ângela. Nenhum dos outros convivas vê o bilhete, contudo, o fato de Alberto tê-lo visto é o suficiente para deixá-la sem reação.

Dias depois do baile, Alberto recebe os representantes de D. Martinho de Almeida, que o convocam para um duelo. O burguês não segue as regras estabelecidas do duelo. Ele teria que escolher dois homens de sua confiança para que participassem da luta. Alberto diz que ele mesmo faria as negociações e que não aceitaria fazê-lo de outra maneira. Verificamos que Alberto se impõe às tradições do mundo aristocrático e não sofre nenhuma sanção severa por isso. Na realidade, ele sequer se preocupa com a ameaça de que pudesse ser assassinado a mando de D. Martinho por recusar o duelo. Alberto já havia esquecido o assunto quando recebeu a visita de José de Campos Salema, o maior capitalista de Lisboa. Ele conta que a marquesa de Alfarela estava pobre e que gastara muito do seu dinheiro com D. Martinho de Almeida, um filho segundo. Já a condessa de Penacova tinha um caso com um criado, que lhe roubou dois contos de réis, o suficiente para que pudesse montar uma hospedaria. Por esses dois exemplos, vemos que o dinheiro e o comércio

estavam passando a ter mais preponderância que o sangue ancestral. Salema também ajudava a monarquia financeiramente. Vejamos como o narrador o caracteriza:

O Sr. José de Campos Salema é um rico negociante, proprietário de nove navios, que permutam um opulento comércio entre Portugal e o Oriente, entre Inglaterra e o Brasil, entre a Turquia e a França. É o que se diz em Lisboa, a seu respeito. A sua fortuna orçamna em quinze milhões sólidos, afora um crédito de mil e duzentos contos sobre o Estado, dívida contraída por D. João VI, de quem era compadre, na sua retirada para o Brasil. (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.448).

O excerto indica que a dependência da corte em relação aos capitalistas vinha, ao menos, desde a época das invasões francesas. Salema também traz informações sobre assaltos a navios e os resultados financeiros dos ocorridos em alto mar. As preocupações relacionadas à honra e à heráldica são deixadas de lado para o que realmente importa, as finanças. Acompanhemos a descrição dos trabalhos dos navios que o capitalista traz ao seu amigo Alberto: “O Lima andou optimamente... fez-se ao mar; içou bandeira portuguesa, pregou as baterias, e aportou a sete milhas de Cádiz. Deve aí chegar na próxima semana. **Calculo a presa em cento e vinte contos.**” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.449, grifo nosso). A parte grifada sugere a ligação de ambos os capitalistas com a pirataria.

Depois da conversa com Salema, Alberto visita um cigano e o pergunta se conseguiu informações de um outro cigano chamado Sabino Cabra, que, 15 anos antes andava pelas propriedades do marquês de Montezelos. Infelizmente, não há muitas novas. Depois de comer um prato simples no local, Alberto deixa uma grande quantia em dinheiro como um pagamento adiantado por outras refeições. Esse ato demonstra um lado generoso de Alberto. Ao sair dali o burguês é perseguido por D. Martinho de Almeida e dois companheiros. O fidalgo acusa Alberto de ser covarde por não ter aceitado o duelo. Diante da provocação, ele fere a face de D. Martinho com um chicote. O fidalgo atira no braço esquerdo de Alberto. Por fim, o capitalista arremessa o nobre de uma ribanceira. O fidalgo sobrevive e vai ser tratado em uma hospedaria. No mesmo capítulo somos apresentados a um lado bondoso e a um lado agressivo de Alberto.

Padre Dinis e o escrivão, voltando do encontro com o conde de Santa Bárbara, passaram pela mesma região em que D. Martinho fora atirado ao rio. O representante da justiça trata de descobrir o que acontecera no intuito de se certificar que o devido trâmite legal seria realizado. O médico que atendia D. Martinho diz que se tratava de um desentendimento relacionado à condessa de Santa Bárbara. Padre Dinis passa a ficar interessado no assunto a partir desse momento. Quando

chega em casa, padre Dinis conta a Ângela as boas novas: seu marido se arrependera e ela poderia entrar em um convento, destino que ela almejava. Padre Dinis pergunta se ela conhece Alberto de Magalhães. A condessa responde que recebera um bilhete com esse nome, mas que julgara ser uma provocação de seu marido. O conteúdo da correspondência se referia a Pedro: “Há quinze anos que o marquês de Montezelos mandou matar um filho de sua filha, D. Ângela de Lima. O infanticida encarregado dessa comissão não matou a criança, vendeu-a. A actual condessa de Santa Bárbara tem conhecimento deste facto?” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.457). O padre pede que Ângela responda ao bilhete e o leva até a casa de Alberto. Padre Dinis vê dois vultos entrarem na casa e sente um objeto tocando seu pé, ao tomar o objeto em mãos percebe que é uma pulseira que continha uma legenda no interior. Ele então nos situa no tempo novamente ao escrever no *Livro Negro* a data, 30 de agosto de 1832. O escrito de padre Dinis vai ao encontro do tom moralizante que esperaríamos da obra: “*E as filhas das grandes, pela calada da noite, patinhavam no tremedal das torpezas, e deixavam após si o seu nome escrito em lâminas de ouro, cravejadas de brilhantes, para que as somenos em jerarquia se animasse a trilhar a senda da corrupção opulenta....*” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.459, itálico do autor). Embora não aborde o tema de maneira clara, a sugestão é a de que, ao menos um dos vultos, fosse uma mulher que se dirigia para a casa de Alberto para relações sexuais, talvez em troca de dinheiro.

Na manhã seguinte, padre Dinis parte com Ângela para encontrar o conde. Apesar de estar doente, ela não desiste da viagem. A mãe de Pedro já expelia sangue ao tossir há anos e estava decidida a enfrentar o percurso para oferecer seu perdão ao conde. No meio do caminho, ela passa mal e faz uma pausa na mesma hospedaria em que D. Martinho se recuperava. Lá ela encontra sua prima, a marquesa de Alfarela, que ali estava para cuidar de seu amante. Diante da prima, a marquesa muda seu comportamento e diz que as primas estavam todas indignadas com alguns boatos que circulavam a respeito de Ângela ser adúltera. Ela também reclama de pessoas que frequentam os salões para depois difamar os anfitriões. Ao que Ângela responde: “Eu não me queixo, prima, nem da sociedade, nem da Providência, nem de mim. Sou desgraçada porque devo sê-lo. **Deus quer que eu sofra...e então? O verme há de revoltar-se?**” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.462, grifo nosso). Defendemos que a aceitação e subserviência de Ângela diante do que lhe acontece diminui sua ação no mundo. Ao acreditar que a vontade de Deus é que dita seu sofrimento, Ângela aceita a situação em que está. Postura que dialoga com uma das críticas feitas por Antero de Quental às resoluções do Concílio de Trento, no já referido discurso das Conferências do Casino: “De então para cá, ficou dogmaticamente estabelecido no mundo católico

que o homem deve ser um corpo sem alma, que a vontade individual é uma sugestão diabólica, e que para nos dirigir basta o Papa em Roma e o confessor à cabeceira.” (QUENTAL, 2015, p.20). Atitude que, de acordo com o autor da palestra, limitava o pensamento crítico dos povos ibéricos. De acordo com Reis e Pires, este não agir no mundo surge também na já mencionada obra *Amor de Perdição*, defendemos que este pensamento vale também para os dois romances de Camilo que aqui analisamos: “Por vezes, o livre arbítrio não se apresenta sequer como hipótese às personagens, de tal forma elas são dominadas por uma fatalidade ou por um destino que não conseguem alterar, ainda que escolham os caminhos mais sinuosos para lhe fugirem.” (REIS; PIRES, 1993, p.198-199).

Quando o padre conta a Ângela que sua prima estava fazendo coro junto às suas outras primas a acusá-la de adúltera, sendo ela própria a amante de D. Martinho, Ângela se entristece e vê o mundo como um lugar corrupto demais para uma vida virtuosa: “Quando o padre lhe perguntou o que achava aqui de bom para a virtude, que se debate em um contínuo paroxismo sobre a cama de flores e espinhos que a infâmia lhe faz, D. Ângela de Lima apontou para o céu, e iluminou-se de uma alegria sobrenatural.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.464). A perversão da sociedade é tão intensa, que os penitentes buscam o céu e não enfrentam os assuntos terrenos com toda a energia que poderiam. Embora padre Dinis convença Ângela a sair de sua casa, a defenda nos tribunais e facilite sua entrada em um convento, suas ações, assim como as dos outros penitentes, dão primazia a um papel religioso e espiritual, deixando em segundo plano as questões seculares. Como a nossa proposta é a de que os penitentes são uma alegoria de Portugal, o próprio país também se sujeitaria à vontade divina, dando mais valor ao plano espiritual que ao mundano, o que dialoga com o Quinto Império de Bandarra e Vieira e também com o poema de Camilo Pessanha, já mencionados nesta dissertação.

O penar como uma meta a ser alcançada também parece ser uma obediência aos preceitos divinos e podemos ver mais um exemplo disso nos sentimentos que padre Dinis tem ao chegar em Santarém: “Aquela formosa natureza, que, em redor o chamava à paz, era-lhe um incentivo da mais funda dor. [...] A absorção daquela **dor invejável** continuava em um diálogo entre Deus e o homem [...]” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.464-465, grifo nosso). Assim como na tarde em que começou a contar a Pedro suas origens, padre Dinis não consegue desfrutar da paz e calma de Santarém. Ao se aproximarem da hospedaria, ouvem os sinos que acusam a morte de alguém que ali estava. O conde morrera vinte minutos antes da chegada de Ângela.

A condessa é levada à casa de uma das senhoras que fora velar o conde. Lá, ela recebe a visita de um juiz, que lhe entrega o testamento de seu marido. Junto ao juiz, vai um frade, que acompanhou os momentos finais do conde. O religioso recebera um abraço do convalescente destinado a padre Dinis. Quando o frade abraça o padre há um instante de fervor religioso:

Os dois homens veneráveis, abraçados, confundindo as lágrimas, era um lance dos que vibram no sangue o gelo e o fogo do entusiasmo. D. Ângela, com as mãos erguidas, contemplava o quadro, e sentia-se cair insensivelmente sobre os joelhos. [...] Era grandioso o toque visível do fervor religioso em todas aquelas fisionomias! Estas glórias, estes conflitos sublimes são um exclusivo da religião. Ali há divindade, há flama do céu, há a elevação que não é daqui! (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.470-471).

A cena impressionante eleva os personagens a um contato espiritual, superior às questões terrenas; um elemento que os leitores poderiam estar ávidos por encontrar. O frade entrega uma carta à condessa. Nela, o conde pede perdão por tudo que lhe fez. O frade que ouvira a confissão do conde era Baltasar da Encarnação. Ele pede que padre Dinis o visite. Já mencionamos que eles são pai e filho. A morte do conde de Santa Bárbara é o que possibilita seu encontro.

Ângela é feita herdeira universal por seu marido. Ele também deixa uma boa quantia mensal para Eugénia, desde que ela se recolha como criada em um convento. Outro alto montante é destinado a Bernardo, que o utiliza para pedir missas ao antigo amo. Ângela não aceita o dinheiro e se recolhe a um convento. Alberto de Magalhães lhe procura e pede o endereço de padre Dinis. Ela lhe passa a morada e tenta se lembrar de onde conhecia o capitalista.

Ao visitar padre Dinis, Alberto revela que no passado se chamava Come-Facas. Ele explica como saltou de simples mercenário a um grande capitalista, além de agradecer-lo por ter possibilitado toda essa mudança:

A indigência converteu-me a grandeza em coragem para o crime... As propensões nobres morrem entaladas na gonilha do infortúnio [...] O ouro aproximou-me das fontes da ciência [...] Sem o cigano, que comprou por quarenta peças uma criança a um assassino, Come-Facas seria hoje um perverso saturado no sangue, ou um nome que recordaria uma grande atrocidade e um cadafalso [...] Com o seu dinheiro saí de Portugal. Sem esse dinheiro eu não seria o rival dos mais opulentos de Lisboa. Toda a minha fortuna nasceu dessa mercancia que fizemos... (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.488-489)

Já pontuamos que Alberto é um burguês que teve uma grandiosa ascensão social. O oposto dos muitos nobres que estavam perdendo seu poderio econômico e sua influência política. Contudo, assim como Anacleto, o que possibilita o enriquecimento desse personagem é o capital

de um crime. É com ele que Alberto consegue cometer ainda mais crimes para realizar sua ascensão. Se compararmos o amante de Ângela com Alberto, verificaremos que Pedro percebeu que a sociedade estava mudando e que ele não poderia se prender ao seu título nobiliárquico de filho segundo; porém, o mundo aristocrático e a honra não permitiram que ele tomasse decisões mais pragmáticas, como as que Alberto tomou. Ao saber que o menino cuja vida vendera era pobre, o burguês decide ajudá-lo financeiramente. Ele dá ao padre 40 contos de réis e pede que ele entregue essa quantia a Pedro apenas quando ele fizer 25 anos. Além disso, Alberto exige que padre Dinis mantenha tudo em segredo.

Com o dinheiro, padre Dinis manda Pedro para um colégio em Paris. Quando o sacerdote explica suas razões ao rapaz, menciona a guerra civil. O excerto apresenta como a obra trata do conflito:

Tudo vai levar um tombo em Portugal. Vem perto o dia em que a vida aqui será aborrecida e enojada. Os princípios desorganizam-se, a guerra civil não se acomoda com um pequeno tributo de sangue, não há vencidos nem vencedores; a anarquia, depois da guerra, entrará no governo, qualquer que ele seja, e os alicerces do novo edifício serão cadáveres, e as ruínas de muitas fortunas. Felizes os que podem ver de longe a pátria nas garras do abutre. O padre parecia dizer-se a si próprio esta melancólica profecia. (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.490).

Pedro concorda com o padre e vê a guerra como algo negativo e que só traz mais destruição e morte. Ou seja, embora encontremos críticas aos novos costumes, os narradores não se posicionam a favor de Dom Pedro ou de Dom Miguel. O rapaz envia uma carta a sua mãe, comunicando-lhe sua ida para a França. Sua resposta é curta e gostaríamos de ressaltar dela um conceito de hereditariedade presente nas obras: “Vai, meu filho. [...] Não digo que consultes o meu espírito nas tuas empresas juvenis... Sou mulher... e caída da primitiva grandeza, expiando o lapso da primeira mulher [...]” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.491). Assim como a desgraça de Pedro e Ângela são transferidas como uma herança para seu filho, o gênero de Ângela a faz ter que expiar uma culpa vinda de Eva. Isto é, tentar fugir de um destino que já é traçado antes mesmo de seu nascimento e que está intrinsecamente ligado à sua essência seria uma luta sem sentido. Partindo desse pressuposto, Pedro estaria fadado à desgraça por descender de desafortunados pais; Ângela, por sua vez, teria como justificativa de ao menos parte de sua desventura por ser mulher, um constituinte de seu ser contra o qual ela não pode lutar. Nessas duas obras “não se perde a noção da culpabilidade congênita, nem de uma queda primeira, atenuando a responsabilidade individual.” (REIS; PIRES, 1993, p.197).

## 7.2 Pedro e a perda da inocência

Padre Dinis prepara-se para levar Pedro à sua embarcação, momento em que admoesta seu pupilo em relação aos perigos da vida adulta. O sacerdote entende que os tempos estão mudando e profetiza um cenário obscuro e triste para o porvir. Ele também revela ao rapaz que ele possui 40 contos de réis, apesar de o dinheiro não ser uma grande fortuna, os juros oriundos dele lhe possibilitarão uma vida confortável. Na conversa ocorrida em 1832, padre Dinis, além de profetizar o fim da aristocracia tal como ainda era, trata de tempos pregressos e apresenta uma visão crítica da colonização portuguesa:

Vem aí um tempo em que a vaidade de jerarquia será uma irrisão. Os louros, preciosos aos netos dos conquistadores, tocaram o seu outono, ao cabo de séculos. As flores murchas, como o último braço da árvore secular, que veio a terra, irão, pisadas por todos, sumir-se no abismo da história, e lá mesmo cobertas de lama de impropério. Virão filósofos que zombem de seus avós, D. Pedro da Silva, porque seus avós eram sanguinários, talavam a ferro e sangue o ninho de povos inofensivos, e vinham depois acolher-se aos seus paços feudais, comendo e desperdiçando o espólio dos índios. (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.492).

Os antepassados de Pedro foram os que colonizaram, dentre outras regiões, o Brasil. O próprio processo de colonização e a visão de Portugal como um Império pluricontinental são criticados. As metáforas para o processo de conquista são o ‘outono’ e as ‘flores murchas’. Não apenas ele estava chegando ao fim, como também não havia sido produtivo, já que as colônias eram lugares para que os portugueses enriquecessem e depois voltassem à metrópole para usarem despreziosamente o que haviam tirado dos indígenas.

Ele explica ao rapaz que seu status de aristocrata será em breve irrelevante e que a única coisa que não lhe perdoariam é se ele se tornasse pobre. Talvez, o século XIX tenha sido o primeiro momento em que a intelectualidade portuguesa começou a tecer uma reflexão crítica a respeito da expansão ultramarina, não vendo apenas o lado que os engrandecia. Ao examinar o Romantismo, Eduardo Lourenço pontua que:

Pela primeira vez, em séculos de unanimismo religioso, cultural, político, ético, desde as invasões napoleônicas até ao definitivo estabelecimento da Monarquia Constitucional (1834), Portugal discute-se. [...] Desde então, de uma certa maneira, Portugal e a sua cultura nunca mais deixaram de se discutir. (LOURENÇO, 1999, p.103-104).

No início desta dissertação, apontamos como o historiador Rui Ramos apresenta um ponto de ruptura após centúrias de uma certa uniformidade. Segundo ele, no século XIX, o reino português estava deixando de ser um Estado ligado ao catolicismo para ser um Estado conectado ao comércio. A fala de padre Dinis parece ser a do povo português que ainda via seu país como um espaço de religião. Essas transformações começaram a ocorrer quando Dom João VI ainda estava no Brasil.

Padre Dinis também alerta Pedro de que ele será corrompido pelo mundo, independentemente de onde decida morar. O único lugar que poderia se ver mais distante dos vícios terrenos seria o convento, mas até mesmo a vida religiosa estaria ameaçada. Além disso, faz também uma crítica ao racionalismo e ao apreço à ciência tão característicos do século XIX: “O mosteiro podia dar ao coração do homem um pouco de ar sem veneno; mas a corrupção entrou no claustro, e o mosteiro cairá. A época que vem é outra. Principia a virtude da cabeça: a do espírito passou, porque o homem será definido ‘matéria que pensa’.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.493). Já explicitamos que os mosteiros são fechados pelos liberais quando da sua efetiva vitória. As religiosas dos conventos são poupadas, mas apenas até que a última delas faleça, tendo a restrição de não mais aceitar nenhuma noviça, como sabemos através dos estudos do historiador Rui Ramos: “Os conventos femininos, conservados até à morte ou retirada da última monja, sobreviveram com dificuldades, particularmente os que dependiam do recebimento dos dízimos.” (RAMOS, 2009, p.177). Fato que foi profetizado por padre Dinis: “O mosteiro é uma excrescência dos séculos, que são hoje chamados à presença da civilização para se verem condenar como réus de barbarismo. O mosteiro vai entrar na partilha dos apóstolos da lei nova...” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.636). O refúgio de Ângela estaria em breve comprometido.

Ao contrário da mãe de Pedro, Eugénia não desejava entrar em um convento. Ela também não aceita a herança que lhe foi deixada. Depois de um tempo, ela acaba por se tornar namorada de Alberto de Magalhães. Somos apresentados ao seu lado da história. A moça diz que nunca amou o conde e que foi para o palácio com a função de criada quando ainda tinha 10 anos. Quando atinge a puberdade, Eugénia percebe que o comportamento do conde passa a ser mais carinhoso: “Lá me admirou tanta meiguice; mas só no momento de ser violentada, sem eu saber que género de violência se me fazia, é que eu conheci que era uma criança de treze anos, obrigada a ceder às paixões, sem alma, do dono da casa.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.613). Ela não é bem recebida quando tenta explicar a situação à condessa, o que fez com que Ângela passasse a tratá-la com azedume. De acordo com Eugénia, essa situação não passou de um mal-entendido. Em uma

conversa com Alberto, a moça diz que convidou padre Dinis para sua casa. O capitalista se opõe fortemente por saber que o religioso era uma pessoa diferente. Acompanhemos uma parte do diálogo entre Alberto e Eugénia:

- Aquele homem não é um homem como eu e como os outros.
- Isso é que eu não sabia!... Então que tem de mais ou de menos?
- Tem de menos as fraquezas dos outros homens, e tem de mais o poder de subjugar debaixo de um pé as suas paixões e as alheias. Sonda o insondável, derruba o que é inabalável, e não sabe o que são impossíveis. [...] - Mas ele sabe que eu sou tua?
- Deve saber, porque ele sabe tudo.
- Tudo?
- Creio que tudo.
- Hei de fazer-lhe uma pergunta, que te vai deixar mentiroso, meu Albertinho.
- O quê?
- Hei-de perguntar-lhe de quem sou filha.
- Pois tu não sabes?
- Eu não. Disse-me o conde que eu era enjeitada... (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.615).

Mais à frente descobriremos que padre Dinis será capaz de solucionar o mistério do nascimento de Eugénia. Apesar de não saber sua própria história de vida, a moça procura o conhecimento de outras áreas. Ela recebe de Alberto um tratamento diferenciado para os padrões da época: “Quero-te instruída, ilustrada, enriquecida de tudo que pode saber-se, e compreender-se [...]” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.618). Ao analisar o acesso feminino à educação na primeira metade do século XIX, Pedro Teixeira Mesquita pontua que:

[...]de alcance restrito no curto prazo, foi a provisão, em 1815, das primeiras mestras primárias públicas para o ensino de meninas, em Lisboa, num total de 18 lugares que haviam sido criados, sem concretização, em 1790 - sem grande incremento nos anos subsequentes, o ensino primário público feminino limitava-se, em 1825, a 28 aulas (21 das quais em Lisboa) [...] (MESQUITA In: MARQUES, 2002, p.359).

Tendo sido levada ao palácio do conde de Santa Bárbara aos 10 anos de idade, podemos verificar que Eugénia, de fato, não teve acesso a uma escolarização muito ampla. Apesar de ser esta a realidade para a maioria das meninas portuguesas do período a que nos referimos, mesmo nos romances que analisamos encontramos algumas exceções. Recordamos que o dinheiro de Teotónio garantiu que as filhas de Anacleto estudassem em um bom colégio. Veremos em breve que essas personagens femininas possuem uma forte ligação.

Alberto de Magalhães será um facilitador de uma operação financeira envolvendo as filhas de Anacleto, que receberão uma quantia considerável vinda de Azarias. O antigo amante de

Anacleto não estava totalmente arrependido, mas decide devolver o que roubara. É através de Alberto que Azarias consegue encontrar padre Dinis para realizar a restituição. Ao saber da morte da peixeira, pede ao religioso que o montante seja passado às suas filhas. Como Salema, o capitalista amigo de Alberto, é o oficial responsável por entregar o dinheiro às duas irmãs, padre Dinis é quem lhe fornece os endereços para que ele possa realizar a operação financeira. As duas terão posturas diferentes em relação aos haveres que eram restituídos.

O marido de Emília fica em júbilo ao saber que enriquecera. A senhora, menos extasiada que o companheiro, mas ainda assim agradecida “entrou no seu quarto, e acendeu a lâmpada a **Nossa Senhora da Rocha**, diante da qual rezou quantas devoções sabia.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.651, grifo nosso). Emília tem devoção à mesma santa que Dom Miguel instrumentalizava para seu projeto de poder. Este é um indicativo de que o apoio de uma entidade divina seria relevante naquele momento. Embora não saibamos a postura de Emília com relação à Guerra Civil, é provável que a instrumentalização da devoção à santa tenha sido relevante para os miguelistas. Depois de deixar a quantia com uma das irmãs, Salema procura a outra. Antónia recusa o dinheiro por acreditar que ele não lhe pertence. Ela, então, pede que o capitalista procure padre Dinis, que se encarregará dos procedimentos para que o montante seja entregue ao marquês do Vale, seu tio pelo lado paterno.

Depois de resolver as questões financeiras ordenadas por Azarias, Salema volta a se encontrar com Alberto. Se o leitor ainda pudesse ter alguma dúvida em relação ao que sustentava a opulência do companheiro de Eugénia, não seria mais possível tê-la depois do diálogo entre os dois sócios. Anteriormente, Salema dissera que Lima havia agido bem; porém, nesta outra conversa, o capitalista pede para que ele sofra uma punição:

Salema exigia que Alberto de Magalhães, a título de uma viagem a Constantinopla, saísse de Lisboa, para reconciliar com a sua presença desinteligências perigosas de alguns comandantes de navios, por causa de uma presa que um tal Lima fizera nas costas da China, a qual, e contra os compromissos sagrados da seita, sonegara no inventário. Salema sabia que o tal Lima se refugiara em Gibraltar, e procurara desquitar-se das obrigações de **pirata subalterno**, entrando em Portugal como um honesto brasileiro que se retira do comércio, e vem saudar na pátria o formoso clima da sua infância. (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.653, grifo nosso).

Vemos em Lima mais um exemplo de aventureiros portugueses que, assim como Alberto fizera e Pedro da Silva cogitou fazer, realizavam atividades imorais e/ou ilegais fora da Europa e depois retornavam com muito dinheiro e compravam sua posição de respeito no velho continente.

O excerto indica com clareza que os dois associados lideravam um grupo considerável de piratas. A resposta de Alberto surpreende Salema. Ele defende Lima e julga que, apesar de ter ido contra as regras, merece aproveitar aquilo que conquistou no mar. O capitalista atribui a mudança de postura de seu amigo à paixão que ele passou a nutrir pela antiga forçada amante do conde de Santa Bárbara. O mesmo capítulo apresenta o casamento de Alberto e Eugénia. Apesar de estarem felizes, ambos começam a pressentir uma desgraça. No dia da formalização da união o antigo *Come-facas* diz a sua consorte: “Sou feliz... devo-te tudo, Eugénia. Hoje é que eu principio a recear alguma grande tempestade nesta minha vida, que tanto amo, que tão outra do que foi me amanheceu há poucos dias...” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.655).

A moça agradece ao seu marido por ter possibilitado que ela se educasse. Ela se compara a um ramo de flores silvestres que tinham apenas sua beleza natural, mas que ficam ainda mais chamativos quando recolhidos e ajeitados por um jardineiro. Nesse momento Eugénia tem um mau agouro, que se intensificará no decorrer da narrativa: “Pois eu estou sendo para ti o que são essas flores... Elas e eu devemos-te uma estimação que ninguém nos daria... O pior é murcharem as flores... e eu não queria a sorte delas... Que triste desenlace teve a minha comparação!” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.656). Mais uma vez o vaticínio ocupa uma posição importante no romance.

Padre Dinis faz uma visita ao casal e Eugénia pergunta a ele quem eram seus pais. Em resposta, o padre os convida para jantarem em sua casa no dia seguinte. É preciso fazer uma explicação dessa estranha resposta. Recentemente, padre Dinis havia sido chamado para ser o confessor de um homem que estava à beira da morte. Seu nome era Álvaro Faria, irmão de Gervásio Faria, militar e antigo amante de Antónia. Quando percebeu que não viveria muito mais tempo, Gervásio registrou a filha que teve com Antónia. Álvaro Faria, invejoso da fortuna que ficava para sua sobrinha, raptou-a e a mandou para uma quinta. Essa menina era Eugénia. Aos 10 anos, ela é enviada para a casa do conde de Santa Bárbara. É assim que padre Dinis consegue resolver, ao mesmo tempo, o paradeiro da filha de Antónia e o mistério da filiação de Eugénia. Essa é a razão pela qual ele estende o convite do jantar a Antónia e Ângela. Ao se verem todos juntos na casa do padre, há um estranhamento, dada a situação que a condessa vivera com Eugénia. A cena em que o padre conta a história apresenta mais uma vez o aspecto elevado do sacerdote e a predileção do contexto católico para a gênese do romance: “Padre Dinis, inferior a Deus, e superior a todos os homens, olha aquele grupo com um santo sorriso, como o dos mártires glorificando a Deus.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.671). Depois dessa revelação, Antónia decide deixar o

convento e vai morar com sua filha e seu genro. Ângela também sai do mosteiro e passa a ser vizinha de Antónia. Padre Dinis decide se mudar para uma quinta na mesma região. Eugénia decide ceder sua herança ao tio, que temia que seus filhos tivessem que mendigar depois de sua morte. Ao tratar do falecimento de Álvaro Faria, o narrador nos situa também com relação ao andamento da Guerra Civil Portuguesa. “Álvaro Faria [...] Ainda viveu alguns meses. Foi necessário dizerem-lhe que o conde de Vila Flor estava defronte de Lisboa, para morrer de espasmo... que de remorso... era impossível.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.672).

Alberto não tem uma convicção política certa, mostramos como ele havia ajudado financeiramente a causa miguelista. Porém, com o sucesso dos liberais, veremos que ele muda de lado. É possível que ele conseguisse ler a conjuntura e percebesse que a derrota de D. Miguel se aproximava e que, por isso, convinha se aliar à causa liberal. De acordo com o historiador Oliveira Marques:

Uma expedição marítima composta por cerca de 2500 homens sob o comando de Vila Flor (já então distinguido com o título de duque da Terceira) largou do Porto e, numa operação de surpresa, desembarcou no Sul, no Algarve. Dias depois, a esquadra liberal, comandada pelo mercenário inglês Napier, destruiu por completo a frota absolutista. Este sucesso deu novo alento ao duque da Terceira e aos seus homens, servindo para propagandear a causa liberal em todo o País. Os Absolutistas estavam agora desmoralizados e as deserções das suas fileiras começavam a verificar-se em largo número. Levantamentos e guerrilhas liberais eclodiam aqui e além, sobretudo no Sul. Terceira pôs-se em marcha, atingindo o Tejo em menos de um mês. Frente a Lisboa o exército miguelista sofreu pesada derrota, decidindo o governo evacuar a capital. No dia seguinte (24 de Julho de 1833), Lisboa era ocupada quase sem luta. A Inglaterra e a França apressaram-se a reconhecer o regime liberal. (MARQUES, 1977b, p.94).

O narrador apresenta a chegada dos liberais em Lisboa, citando a data com exatidão. Vemos que Alberto salva padre Dinis de ser violentado pelos vencedores:

Na quinta fronteira, em uma pobre casa de lavoura, vive padre Dinis, que, no dia 24 de Julho, incapaz de sentir o entusiasmo dos liberais na Praça do Rossio, foi interrogado sobre *quem vivia*. O sacerdote, sem empalidecer, perguntou a Deus e à sua consciência que peso teria a sua vida na balança dos partidos. O seu silêncio ia ser punido, quando um homem de entre as multidões, armadas de lanças e chuços e espadas, o tomou pelo braço e o afastou do **holocausto**. Era Alberto, cujo laço azul e branco impunha respeito, e mais ainda o seu nome impresso no catálogo dos beneméritos credores da causa da liberdade, para a qual o suspeito espião de D. Pedro contribuía com muitos contos de réis. (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.673, grifo nosso).

Padre Dinis também não tem uma posição exata sobre qual lado da guerra mereceria seu apoio. Contudo, não nos parece que os romances consigam apresentar uma neutralidade diante de acontecimentos políticos relevantes. Assim como o narrador do *Livro Negro* se coloca abertamente

contrário à Revolução Francesa, ao considerar o rei Luís XVI um cordeiro sendo sacrificado como uma hecatombe, o narrador do livro *Mistérios de Lisboa* considera a agressividade dos liberais como ‘holocausto’. Neste mesmo capítulo, veremos que o narrador ilustra o terror que os adeptos da causa de D. Pedro traziam à capital. Alberto e padre Dinis conversam com Lima, o pirata salvo pelo burguês. Acompanhemos o diálogo:

- Viva a liberdade!
- Somos todos iguais!
- Justamente, todos iguais!
- Viva o povo, povo de valentes, e de heróis!... Abaixo o despotismo!
- Abaixo o despotismo... – repetia sempre Alberto com um sorriso de escárnio.
- Uma nova época vai ser inaugurada! – continuava o orador.
- Diga-me... que fogueira é aquela? – perguntou friamente Alberto.
- São os móveis do Miguel Alcaide, que foi enviado ao diabo esta manhã! O povo faz justiça por suas mãos! O povo é rei!
- Viva, portanto, o povo!
- E morram os frades!
- Eles morrerão...
- E também os padres! Os infames! Os hipócritas! Os jesuítas! Os inquisidores!... morram os padres!
- Sois muito cruel, Sr. Lima! – atalhou mansamente padre Dinis. (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.674).

Ao escolher mostrar claramente a violência dos liberais e omitir a dos miguelistas, nos parece que o narrador suaviza o terror do lado absolutista e o esconde do leitor. Ou seja, mesmo sem defender a causa absolutista abertamente, há, no mínimo, uma postura de fechar os olhos diante de seus excessos. De acordo com Oliveira Marques, o domínio miguelista também se impôs com violência: “Nos espaços que senhoreou, jamais estive isento de resistências, conspirações e revoltas declaradas ano após ano. Foi obrigado a manter-se pela força e pela repressão constantes, multiplicando as prisões, os maus-tratos, as mortes e as execuções.” (MARQUES, 2002, p.577). Além disso, o tema central do excerto é o de como os representantes da igreja católica eram odiados, chegando a serem ameaçados por Lima. Já abordamos que, de fato, os liberais fecharam muitos estabelecimentos religiosos e também retiraram das mãos da igreja muito do poder que possuíam. Porém, nem mesmo na época da Revolução Liberal do Porto (1820) houve uma cisão total: “O Vintismo nunca atacou a Igreja nem o catolicismo, antes pelo contrário, declarou sempre a sua fidelidade aos princípios básicos da religião católica romana, que foi proclamada religião oficial do Estado [...]” (BRAGA In: MARQUES, 2002, p.308). Contudo, mantiveram a ideia do padre-cidadão e não propunham o assassinato dos eclesiásticos como o raivoso pirata, subordinado de Alberto. “Assim sendo, o “padre cidadão” idealizado e criado pelo Liberalismo pós-1834, era

uma espécie de funcionário do executivo, que o sustentava com cômputos, cabendo-lhe, entre outras tarefas, os serviços religiosos, o recrutamento militar e o registo paroquial” (BRAGA In: MARQUES, 2002, p.323). Outro ponto relevante é o de que a escolha por um pirata, que não segue sequer as regras e leis de seu próprio grupo, como o personagem que representa a chegada vitoriosa dos liberais em Lisboa também pode ser entendido como uma maneira de depreciar os partidários de Dom Pedro.

Em mais uma demonstração do tom religioso que agradaria o público católico português do século XIX, vemos que os instantes de felicidade de Antónia junto à sua filha e ao seu genro serão curtos. Muito embora, padre Dinis faça uma prece pedindo que morra antes de Antónia e Ângela, o narrador pontua que “Deus tinha disposto.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.675). Depois de 15 dias de cama, Antónia morre e Ângela tem o pressentimento de que sua morte também estava próxima. O narrador interpreta sua despedida da amiga: “Aquele ‘até logo!’ não seria inspirado por uma voz sobrenatural, que disse a Ângela: ‘Vem, oh mártir!’” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.676).

Padre Dinis envia uma carta a Ângela tratando da morte de sua amiga e dizendo que, apesar de sofrer, aceita a vontade de Deus. Já levantamos a hipótese de que os penitentes das obras camilianas em tela podem representar Portugal. Partindo desse pressuposto, analisemos a seguinte parte da carta do sacerdote:

Quando vos deixei, pobres senhoras, recebendo o último suspiro de Antónia, que devia ser vosso, ajoelhei, com os olhos no céu, e pedi ao Senhor que abrisse diante da minha velhice um largo horizonte, uma vasta peregrinação sobre espinhos, um grande anfiteatro, em que as carnes me fossem retalhadas, em que o martírio saldasse as minhas contas com o supremo juiz. (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.677).

Como já vimos no *Livro Negro*, padre Dinis assassina sua própria esposa. A partir daí, sua vida será uma penitência para expurgar esse pecado. Se pensarmos os penitentes, tendo no sacerdote seu exemplo mais prototípico, como uma alegoria de Portugal, o país estaria remindo seus pecados e a obediência à vontade divina seria a única saída. Há um outro dado importante na mesma correspondência. O religioso diz que deixará uma herança a Pedro: “Um dia receberá o meu legado, que não é ouro com que se comprem baratas as virtudes, e se nutrem facilmente as paixões famintas... Será um *livro*.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.678). Os leitores do romance *Mistérios de Lisboa* não sabiam qual era o grande pecado cometido por padre Dinis. Ao levantar o suspense em torno desse tema e indicar que deixará um livro para Pedro, o leitor poderia

se sentir instigado para ler a continuação do romance. Depois de receber a carta, Ângela utiliza uma carruagem para encontrar padre Dinis. Apesar de ser advertida por Alberto de que não conseguiria encontrá-lo, Ângela diz que iria assim mesmo devido ao seu pressentimento:

“Diz-me o coração que o verei...” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.679). No caminho passa muito mal, a ponto de já ter suas mãos azuis por falta de oxigenação. Um cirurgião que tenta lhe ajudar diz a um vizinho: “Está morta dentro de uma hora... já tem a *cianose*. Ora a *cianose*, na cólera de 1833, era o sintoma infalível de uma próxima asfixia.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.679). Quando a condessa chega à casa de padre Dinis consegue vê-lo, como já havia pressentido e então morre.

Alberto e Eugénia decidem se mudar para Lisboa depois dos acontecimentos funestos. De acordo com o narrador, a esta altura, era comum encontrar nos jornais portugueses homenagens aos falecidos. Ao tratar do tema, ele ironiza as criações literárias portuguesas, sugerindo que não possuem originalidade em comparação com o que há de mais elevado de outras partes do mundo: “[...] o necrológio, em Portugal, vai individualizando a nossa índole literária, como a parábola no Oriente, e a metafísica na Alemanha.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.691).

Ao chegar na capital, “Alberto de Magalhães hospedava em sua casa a nata da gente nova, a alta sociedade que deslocara da sua penha de sete séculos o ídolo supersticioso da velha raça.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.691-692). O narrador ridiculariza os novos nobres “que vinham do estrangeiro enfiados em arrebiques da nova civilização, e caracterizados à feição de certos homens que viram em Paris, denominados ‘leões’.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.692). O fenômeno se explica pela necessidade do governo recém instituído de aumentar sua influência e agradecer aos que o apoiaram. Política que voltou a ocorrer, já que durante todo o segundo reinado de D. Maria II “predominaram as concessões de títulos dos escalões mais baixos. Com o intuito de honrar os que se haviam distinguido na defesa da recém implantada situação sociopolítica e de redourar a instituição monárquica, cresceu exponencialmente o número de titulares [...]” (VIEIRA In: MARQUES, 2002, p.183). Um dos agraciados por esse tipo de política é o barão de Sá. Ele frequentemente insere palavras francesas, apenas para dar um ar de superioridade ao seu discurso. Contudo, segundo o narrador, ele “falava pessimamente o português e o francês” (CASTELO BRANCO, 1982, p.692). E, por não ter todas as qualidades que tentava ostentar, era visto como caricato. Outro convidado é um magistrado chamado Sr. Xavier, que pede a atenção para contar a história de Leopoldo Saavedra. O magistrado diz que ouvira a sua história quando estivera em Paris e que o cavalheiro tinha uma origem obscura, mas que se supunha ser

um ‘brasileiro’ (àquela altura dava-se esta alcunha a aventureiros que enriqueciam no Brasil e depois retornavam à Europa). Em 1829, Saavedra, devido ao seu dinheiro, frequenta os salões parisienses e encontra a duquesa de Cliton. Acompanhemos as descrições de ambos os personagens:

Além de rico e gentil, era eloquente, falava umas poucas de línguas, e conversava com os gregos na pura língua de Homero. A melhor mulher de Paris, a flor dos salões de Carlos X, era a duquesa de Cliton, viúva com vinte e tantos anos de idade, e trinta mil libras de renda. Imagine, Sr.<sup>a</sup> D. Eugénia, uma dama três polegadas mais altas que V. Ex.<sup>a</sup>, rosto comprido e magro, tez pálida, olhos grandes e negros [...] apurando-se na linha recta em que uma rainha daria as suas ordens, olhando com inteligente soberania para a pequenez das cousas que a rodeavam, falando com orgulho, saudando com soberba, deprimindo as invejosas, matando com ironias as paixões fáceis dos leões parisienses... tal era a amante de Leopoldo Saavedra, nosso patricio... (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.694).

Por termos tratado do enredo do *Livro Negro de Padre Dinis*, sabemos que a duquesa é filha de Branca e Benoît. Contudo, chamamos a atenção para o fato de que o leitor da obra *Mistérios de Lisboa* não saberia disso ainda. Assim como a mãe, a filha também possui atributos que a diferenciam das outras pessoas. O magistrado continua a história, dizendo que a duquesa foi aconselhada a esperar informações sobre Leopoldo antes que se envolvesse com ele, não lhe oferecendo sua estima antes de saber quem ele realmente era. O caso parecia ser o de uma pessoa que apenas fora aceito na alta sociedade por ter dinheiro. Ela não dá atenção à advertência e se relaciona com ele. Estando apaixonada, a duquesa oferece se casar com Leopoldo, que recusa. De acordo com o magistrado, Saavedra também humilha sua amante, inclusive afixando pasquins aviltantes na porta de seu camarote. O irmão da duquesa, indignado com a afronta, procura Leopoldo para terem um duelo, o ‘brasileiro’ recusa. Depois o corpo do francês é encontrado junto a uma pistola. Leopoldo desaparece e nem mesmo a polícia consegue encontrá-lo. Mais à frente, o narrador revelará que Leopoldo Saavedra é na verdade o nome que Alberto de Magalhães utilizava no passado. Teremos acesso também a outra versão dos acontecimentos.

O narrador volta a apresentar a desconfiança que havia em torno dos meios pelos quais Alberto conseguira tanto dinheiro. Além das suspeitas que já mencionamos, como a pirataria e a escravidão, especulava-se também sobre a produção de moedas falsas. Apesar das incertezas, os convivas do burguês continuavam a frequentar seu salão apenas por interesse:

Infalíveis à mesa, também o eram no camarote, nos coxins da carruagem, no passeio a cavalo, em tudo finalmente em que o estômago ou o espírito pudesse funcionar de modo que o ouro pródigo de Alberto lhes garantisse a irresponsabilidade das suas algibeiras, que

princiavam a organizar-se em 1834 com os desperdícios dos sibaritas que estiveram sentados oito séculos em volta da primeira toalha, e principiaram, em 1833, uma penosa indigestão das **iguarias temperadas com sangue...** da qual indigestão alguns arrotos, hoje, são incomportáveis pela náusea... (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.701, grifo nosso).

Percebemos que há uma crítica à nobreza antiga, que obtivera sua riqueza através da violência. Assim como padre Dinis dissera a Pedro. A futilidade da antiga aristocracia é substituída pela dos novos nobres. Vemos que as mudanças da sociedade liberal, como a criação da nova aristocracia, são depreciadas no romance. Um outro trecho diminui as ações dos liberais. O narrador apresenta a conversa de dois cavalheiros no Teatro São Carlos. Um deles pergunta ao outro o que pensa de Lisboa:

Civilizada. Vejo aqui mulheres que me parecem as mulheres de Paris. [...] Em 1828 as mães destas criaturas angélicas, se vinham a S. Carlos, punham o leque diante dos olhos, quando as dançarinas exibiam a perna escandalosa. Graças à reforma, seis anos de civilização fizeram que a perna fosse instalada no catálogo dos espectáculos honestos. (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.702).

As reformas trazidas pelo governo liberal são diminuídas e colocadas ao lado de um espetáculo imoral. A sociedade estava em transformação como um todo, por isso do ponto de vista cultural, o povo que preconizava o catolicismo e as missas foi se afastando desse panorama e se aproximando de representações seculares: “Reflexo da burguesia em ascensão e da mentalidade laica que se ia impondo, o teatro, muitas vezes instalado em edifícios próprios, de boa arquitectura e decoração, correspondia bem à igreja dos séculos passados como ponto de congregação e de distração das gentes.” (MARQUES, 2002, p.445). Já apontamos que é possível que as duas obras principais de nosso estudo dialogavam com um público conservador e que não aceitava bem as modificações vindas com o fim do Antigo Regime. O narrador se coloca contra a transição que ia se operando no país, também do ponto de vista artístico. A literatura religiosa ainda ocupava um papel de destaque, mas que ia, aos poucos, perdendo seu espaço. Comparemos a diferença de sucesso das publicações no estudo de A. H de Oliveira Marques, que cita Inocêncio Francisco da Silva: “Tiragens entre 500 e 1000 exemplares constituíam talvez a maioria em qualquer género considerado. No campo da Literatura, a 4ª edição do *Catão* de Garrett, de 1845, não excedeu as 1000 cópias, mau-grado o prestígio do autor e a fama da obra.” (MARQUES, 2002, p.415). Isto é, mesmo se tratando de autores importantes e conhecidos, ainda assim havia uma dificuldade em conseguir expandir seu público leitor. O mesmo não acontecia com a literatura religiosa: “Os temas

religiosos mantinham um público seguro, que permitia tiragens muito superiores, indo até além dos 3000 exemplares, embora os sermões e orações evangélicas já não fossem estimadas como antes.” (MARQUES, 2002, p.416). No entanto, essa realidade começava a se alterar paulatinamente: “Os temas religiosos, que se situavam num dos lugares cimeiros nos últimos anos do Antigo Regime e durante o período final do Absolutismo, foram, no entanto, baixando gradualmente a sua posição.” (MARQUES, 2002, p.437). O frequentador do teatro, que o narrador traz ao romance, seria um dos que via com maus olhos essas alterações. Como, muito possivelmente, os leitores do livro *Mistérios de Lisboa* teriam uma postura ideológica semelhante, esse é o discurso escolhido para compor a obra.

É no teatro que a duquesa de Cliton olha abertamente para Alberto, a ponto de Eugénia se sentir incomodada. O casal vai embora para casa às pressas e ao chegarem, o capitalista conta para sua esposa que ele se chamara Leopoldo Saavedra, mas que houvera sido caluniado pelo magistrado que haviam recebido como convidado. Depois, passa a contar sua versão dos fatos. Alberto diz que a duquesa se vendera a ele por 80 mil francos e que depois tentou devolver o dinheiro. Sabendo que ela talvez precisasse da quantia, se recusou a aceitá-lo. Assim como também declinou sua proposta de casamento. Após a negativa de Alberto, o irmão da duquesa lhe propõe um duelo, que é rejeitado. Diante disso, o irmão da duquesa lhe dá um tiro que o machuca gravemente. Vendo-se entre a vida e a morte, Alberto reage e estrangula seu oponente. Daí, parte para Luxemburgo, onde gasta 8 meses se recuperando. Depois que o burguês conta sua versão para a esposa, ela pede que eles partam de Portugal. Ele concorda e começam os preparativos.

A duquesa de Cliton, por sua vez, chama o barão de Sá para encontrá-la no hotel em que está hospedada. Ao chegar lá, procura pela rainha de Sabá, que viajava disfarçada de condessa de Minturnes. O funcionário que o atende diz não conhecer ninguém por esse nome, mas que a duquesa treinava tiros todas as manhãs. Essa informação será relevante mais à frente. Ao chamar o barão para o seu quarto, a duquesa logo o repreende: “Crede que estais enganado, cavalheiro. Os títulos que deram são uma caricatura. Sabá não tem rainha; e Minturnes é uma lagoa...” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.713). Para decepção do barão, o convite da duquesa não era para um encontro amoroso e sim para lhe solicitar um favor. Ela pede que o barão convide Alberto para visitá-la. O barão aceita fazê-lo, mas fica enciumado e, ao enviar a carta para o capitalista, convida-o para sua casa e sequer menciona a duquesa. Ao receber a correspondência, Alberto entende que se trata da duquesa e decide ir vê-la antes de falar com o barão. Contudo, passa primeiro na casa de Lima, o pirata que defendera e que era agora milionário. Ele lhe “contava o preço por que

acabava de comprar o melhor edifício monástico de Lisboa [...]” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.719). O que constitui mais um exemplo da venda dos imóveis, que pertenciam à igreja, realizada pelo governo liberal. Ao chegar no hotel, o marido de Eugénia procura pela rainha de Sabá ou condessa de Minturnes e recebe a resposta de que não havia ninguém hospedado ali com aqueles nomes. Ao ouvir a conversa, a criada da duquesa chama Alberto para que vá ao quarto. Ao tratar da confusão dos nomes, Elisa a pequena Portugal e o próprio burguês:

O epigrama é de mau gosto... Não tenho culpa em que os vossos amigos sejam tolos. Eu, quando me disfarço, desço da minha condição, não me levanto, porque não preciso. Nasci com um nome grande, e não preciso do ouro astucioso, ou de um título cómico para avultar aos olhos de Portugal. Creio que nesta terra o maior sois vós; e eu preciso descer para nivelar-me convosco e com os vossos patrícios. Neste hotel sou conhecida como a viúva de um capitão que morreu nas trincheiras... (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.720).

A duquesa diz que só conseguira encontrar Alberto graças à ajuda de um missionário português que encontrou em Lassa, ele lhe disse que havia em Portugal um homem que tinha traços de Leopoldo Saavedra. Como já podemos imaginar, o narrador indicará depois que o religioso que estava no lugar certo e na hora certa com a informação de que a duquesa necessitava era padre Dinis. Elisa começa a contar sua versão dos fatos. Ela diz que Leopoldo Saavedra era desejado por muitas mulheres dos salões; contudo, ela foi a escolhida por ele. Depois de perder trinta mil no jogo, ela recebeu uma carta dele lhe oferecendo oitenta mil francos. Ela aceita e diz a ele que depois que seu marido morrera, nunca havia estado com outro homem. No dia seguinte, Elisa pede um adiantamento de seus rendimentos e devolve a quantia a Leopoldo. Ela o pede em casamento porque se apaixonara por ele. Por tê-la ‘comprado’, o capitalista não a julga adequada para o casamento. Chama atenção que o burguês não se via como imoral ao realizar a transação, mas a duquesa sim. Uma moral para o homem e outra para a mulher. Elisa continua seu relato dizendo que ele mandara entregar cento e oitenta mil libras e que ela tentou, desde aquele instante, lhe devolver o dinheiro. Ao ter sido rejeitada e aviltada por ele, a duquesa fica emocionalmente fragilizada. Em um de seus sonhos perturbados, seu irmão escuta o nome de Leopoldo Saavedra e o procura. Já sabemos que o português recusa o duelo, é ferido mortalmente, mas consegue revidar e estrangula o duque até a morte. A francesa acusa o português de alcançar seus objetivos imperiosamente: “A força era o seu domínio. Com a força bruta do dinheiro desonráveis uma mulher; com a força muscular do braço esganáveis o irmão dessa mulher... Força moral, vigor de coração, não devíeis ter nenhum, cavalheiro...” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.722 – 723).

Apesar do desespero em que Elisa conta a história, Alberto apenas ri. Sua postura só se modifica quando ela diz que ele havia sido um pirata chamado Barba-Roixa. Ao saber que Elisa conseguira descobrir seu passado criminoso, Alberto empalidece. O antigo corsário teme que a duquesa exponha seu passado diante de sua esposa e da sociedade. Os bancos, caso soubessem dessa informação, lhe tomariam suas posses. O que explica a reação de Alberto. Depois de desabafar, Elisa o expulsa de seu quarto: “O Leopoldo Saavedra de Paris, o Tobias Navarro da Bélgica, o *Barba-Roixa* do Mediterrâneo, era o Alberto de Magalhães de Portugal... Tenho abusado da vossa paciência, senhor! Levantai-vos e saí desta casa!” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.723).

Algum tempo depois, o barão de Sá visita a duquesa e a pergunta se ela viera ao seu país com algum propósito. Mais uma vez, Elisa desdenha a terra lusitana: “Portugal não é terra que se visite, por simples prazer, sem um fim.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.725). Ela também brinca com seus sentimentos e finge estar interessada por ele. Ela cita diversos clássicos da literatura e o deixa confuso. Ele diz que não estava entendendo muito bem por que ela falava em francês. A duquesa, então, continua seu discurso em português. Contudo, mesmo assim o barão não a compreende por lhe faltar uma formação intelectual sólida. O português acredita nos galanteios da duquesa e se coloca de joelhos para beijar sua mão. É nesse momento que entra o cônsul francês no quarto. A duquesa ri e pede para que o cônsul retire o barão de seu quarto, porque ele era louco. Diante da humilhação, o barão se retira vituperando a francesa. O cônsul ameaça dar pontapés para que ele vá embora. O português responde à provocação e lhe dá um soco. “Fiquem sabendo que o tolo, na opinião pública, sabia dar, a propósito, murros sublimes, verdadeiramente portugueses. Honra lhe seja feita!” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.732). Vemos que Portugal é relacionado à força bruta e não à delicadeza e à intelectualidade. Alberto, apesar de ter se educado, continuava agindo de maneira rude e criminoso para alcançar seus objetivos. O barão de Sá, por sua vez, sequer era capaz de seguir o raciocínio da duquesa e tem como única qualidade seu trato rudimentar.

Depois de sua conversa com Elisa, Alberto volta para casa fora de si. Eugénia o recebe com o carinho de sempre. Embora ele não diga nada, ela percebe que seu estado tinha relação com a duquesa. Por entender que se tratava de uma situação ameaçadora, Eugénia diz a Alberto que se a matassem, ele ficaria sem uma boa amiga. A reação dele à suposição de sua esposa revela uma faceta de seu caráter que ela ainda não conhecia:

- Matarem-te, Eugénia!... Quem?!... Que Deus ou que demónio pode tanto! Onde está o poder do ouro e do punhal, que consinta inimigos em redor de ti!... Emprazo a Providência covarde, e todas as legiões de demónios! [...]

A alucinação fizera-o levar a mão ao lado esquerdo, e comprimir o punho de um ferro, no momento em que pronunciou a palavra *punhal*. Eugénia vira-o sempre alegre ou melancólico, mas em ambas as paixões dominava a suavidade das índoles boas. Aquele aspecto era-lhe novo. Pareceu-lhe como transfigurado pela cólera em um desses caprichos tiranos que a pintura da Idade Média idealizou pelos traços morais de Nero ou Caracala. (CASTELO BRANCO, 1982, ML p.735).

Apesar de Alberto ter se instruído e ter aprendido a se portar nos bailes da alta sociedade, o seu verdadeiro caráter emerge nos momentos de grande desespero. Visto que sua riqueza é oriunda do crime, podemos postular que a camada de civilidade que ele demonstra em público é apenas um verniz superficial que esconde sua índole violenta. Alberto acredita que apenas padre Dinis poderia ter passado as informações à duquesa e, por mais que o considere seu amigo, concorda com o que o próprio padre Dinis já dissera: estar perto dele leva todos que estão ao seu redor à morte. Depois de se acalmar, Eugénia volta a sugerir que saiam de Portugal. Apesar de não contar à esposa, o que prende Alberto por mais tempo em solo lusitano é a apreensão de que a duquesa exponha suas atividades criminosas. Por essa razão, ele se dirige à sua casa. Ao chegar vê um homem encapuzado saindo do quarto de Elisa. Sua primeira ideia é a de que seria o barão de Sá. Um dos funcionários do hotel diz que o visitante não era o barão e informa também que a hóspede havia saído. Alberto decide ficar no hotel esperando pela duquesa.

Durante esse tempo, Elisa vai até a casa de Alberto e tenta devolver as cento e oitenta mil libras a Eugénia. Diante da recusa da portuguesa, a duquesa escreve um bilhete de visita a lápis. Em vez de deixar seu endereço, ela se apoia na parede e escreve: MÁNEL, THÁCES, PHÁRES. As três palavras fazem referência ao banquete do rei Belsazar da Babilônia. De acordo com a fábula do Velho Testamento, Deus enviara uma mão que escreveu as três palavras na parede e que nenhum dos feiticeiros do reino conseguia interpretar. Apenas Daniel, um servo do Deus bíblico, foi capaz de entender a mensagem. Segundo a narrativa, na mesma noite a profecia se cumpre: o rei Belsazar é assassinado e seu reino é apoderado pelo rei medo. A duquesa utilizava a referência como uma alegoria para sua ameaça. Eugénia ri de Elisa: “[...] parece-me ridícula a sua mão, querendo arremedar a mão de Deus no festim do rei da Babilônia!” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.739). Elisa pede para que Eugénia imagine as letras escritas com sangue, o que a portuguesa considera um exagero que só faz sentido em romances. Cabe aqui lembrar que o livro, que analisamos neste momento, propõe trazer histórias reais. A esposa de Alberto cospe no letreiro e borra as palavras. Diante da provocação, a nobre francesa decide expor a faceta desconhecida do marido de Eugénia: “Acho-a sublime, senhora! Vejo que é legítima metade de um corsário! Já

dançou sobre as vagas do mar? Já assaltou, de punhal na mão, a amurada de algum navio mercantil? [...] Nobre dama, a quantas abordagens felizes acompanhou o intrépido *Barba-Roixa*?” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.739). A filha de Antónia não entende muito bem o que Elisa a contou, mas empalidece e pede para que ela se retire. Uma reação parecida com a de seu marido, primeiro mostram-se fortes e galhofeiros e depois abatidos.

O homem encapuzado de que tratamos era na verdade padre Dinis. É ele quem chama Alberto e Elisa para comparecerem ao teatro São Carlos na mesma noite. Sabendo que a duquesa planejava assassinar o burguês, Dinis descarrega suas armas sem que ela saiba. Ao saírem do teatro, a francesa dispara contra Magalhães, mas não consegue o resultado esperado. Alberto tenta matá-la com um punhal e o sacerdote o impede. No mesmo capítulo vemos uma página textual do *Livro Negro* em que padre Dinis procura defender ambos os lados da disputa dos desígnios do céu: “E resisti à Providência ou à fatalidade! Roubei a bala que devia matar o homem que recebera Eugénia nos braços de Antónia moribunda. Suspendi o punhal que descia com a morte ao coração... da filha de Branca de Montfort...” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.758).

Depois disso, o religioso visita a duquesa e tem uma reação forte ao ver o retrato de Branca. Elisa compreende que o misterioso homem tem alguma relação com sua mãe. Ele impõe que a duquesa volte para a França. Apesar de seu caráter altivo, ela se sente compelida a obedecê-lo. O que será posteriormente explicado pelo fato de serem pai e filha.

Elisa irá conhecer e se envolver com Pedro da Silva. Passado algum tempo em Londres, o rapaz estava enfasiado. O encarregado de seu patrimônio propõe que ele vá para Paris, sugestão que ele prontamente aceita. O português é cuidado por uma família que o leva aos eventos aristocráticos. Para proteger o jovem de possíveis dissabores, um nobre mais velho o acompanha nos bailes. Em 1837, seu mentor, o visconde de Armagnac, irá chamá-lo para passar um tempo em Angoulême, uma cidade menor. É importante frisar que o leitor dos *Mistérios* não saberia que esse personagem era o antigo amigo de Benoît. Pedro tornara-se poeta e se sente mais inspirado vivendo no campo. É da casa do visconde que “viu Pedro da Silva um magnífico palácio, menos romântico que o castelo esboroado, que parecia ter sido a primeira habitação do senhor feudal das imensas várzeas que se desenrolavam, aos pés do gigante de granito, como um tapete coberto de esmeraldas.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.773). O edifício era a residência de Elisa. A maneira quase fantasiosa como o rapaz enxerga a construção é justificada pelos seus dezenove anos e também pela sua sensibilidade de poeta, além de antever como será o início da relação entre

os dois. Isto é, o filho de Ângela de Lima se portará de uma maneira ingênua, vendo a duquesa como uma dama de um romance ou de um poema.

O visconde levará Pedro para que conheça a duquesa. Durante a visita, Elisa os leva ao seu jardim. O rapaz colhe uma flor e mais tarde escreve um poema com um tema amoroso. No dia seguinte, os três se encontram novamente na casa da filha de Branca de Montfort. Ao ler o poema, ela “entendeu, sem orgulho, que D. Pedro da Silva era uma criança com a susceptibilidade de apaixonar-se infantilmente.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.796).

Elisa se afeiçoa de Pedro, mas, para além desse sentimento, possui também objetivos escusos.

A duquesa calculara, amando o português, ou fingindo amá-lo, criar um inimigo contra Alberto de Magalhães. O mancebo apaixonado, propenso ao romanesco, saudoso dos antigos brios da cavalaria errante, seria um instrumento cego nas hábeis mãos da malograda condessa de Minturnes do barão de Sá. (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.824).

Mais para frente, o narrador revelará que o sentimento da filha de Branca por Pedro era real, o que dificultava e atrasava seus objetivos mais pragmáticos de vingança. Diante da ingenuidade e da gentileza do português, a francesa se sentia propensa a tê-lo como companheiro. “Era, portanto, amado D. Pedro da Silva, e amado como devia sê-lo por tal mulher, que, desde viúva, apenas sentira ódios e caprichos.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.825). O impasse entre a nova paixão que surgia e o rancor de acontecimentos passados se resolve brevemente, vencendo o desejo por desforra. Elisa conta a Pedro que fora ofendida por Alberto de Magalhães e que ele também assassinara seu irmão. O jovem sente que precisaria honrar a memória do falecido duque de Cliton e parte para executar a vingança da francesa.

Ao chegar em Portugal, procura Alberto e lhe propõe um duelo. O capitalista aceita. A primeira arma utilizada é o florete. Pedro é derrotado. A segunda opção é o uso de pistolas. Alberto revela ao filho de Ângela que era o responsável pelas suas finanças, obrigação delegada por padre Dinis. Depois dessa revelação, Pedro desiste do duelo e acompanha o capitalista até sua casa. Magalhães conta que Elisa houvera se vendido e mostra ao rapaz a carta em que ela tenta devolver a quantia 24 horas depois de o contrato ter sido efetuado, informação que choca o jovem. Sabendo do segredo entre Alberto e Elisa, Pedro vai até a casa da duquesa e a confronta. A filha de Benoît reage com muita ira e o expulsa de seu palácio. O filho de Ângela se despede do visconde de

Armagnac e diz que irá para Londres e depois para Constantinopla, onde viverá com uma família portuguesa. Podemos facilmente supor que se tratava de Alberto e Eugénia.

O casal, desafeto de Elisa, parte de Portugal. No caminho, dentro da embarcação, eles têm o pressentimento de estarem caminhando para suas mortes iminentes. Já desde o dia de seu casamento, Eugénia vaticinara uma vida breve junto ao marido:

- Lembras-te, Alberto, o que eu te disse em Sintra, nos Pisões, a tarde do nosso casamento?
- Que foi, filha?
- “Vivemos pouco, porque era muita a felicidade... aqui descansa-se no seio da morte...” Não foi assim?
- Lembro-me... mas eu não queria que me recordasses esse receio de então... Eu não quero vaticinar uma morte próxima...
- Nem eu, meu Deus!... mas, se a Providência não ouve as minhas súplicas... se te encontrar pendido ao abismo, hei-de cair contigo... (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.862, grifo nosso).

Ainda que evitem e que supliquem, a vontade divina será implacável e cumprirá seus desígnios. O casal se dirigia a Londres, onde encontraria Pedro da Silva. Ao falarem sobre o rapaz, recordam-se que ele houvera sido salvo por padre Dinis. Acompanhemos a continuação do diálogo:

- Foi padre Dinis que o salvou... Que divindade é aquele homem!... Terá morrido?...
- Não.
- Não? Soubeste-o!...
- Soube... ainda ontem por um jornal francês... Está na América missionando... Há-de escrever com o próprio sangue a última página do seu LIVRO NEGRO... Que livro será aquele?!
- Um milagroso encadeamento de virtudes...
- Quem sabe?... Os primeiros elos dessa cadeia... serão grandes crimes!
- Crimes... naquele homem?!
- Nele, em mim, em todos os homens que vêm aqui satisfazer um decreto superior... (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.862-863).

Ressaltamos como padre Dinis é apresentado sendo superior aos seres humanos comuns. De fato, ele é o personagem que possibilita o andamento de todas as narrativas de ambos os romances. Ele acompanha a dissolução do Antigo Regime e a passagem para a Idade Contemporânea, tanto na França, quanto em Portugal. Ele está ligado a todos os outros personagens relevantes, sendo um algoz, como no caso de Branca ou o emissário do céu que os auxilia em suas árduas caminhadas, como Ângela, por exemplo. Todas as histórias dos penitentes passam por Sebastião de Melo: frei Baltasar da Encarnação, Branca de Montfort, Anacleto dos Remédios, Antónia, Alberto de Magalhães, Eugénia, Pedro da Silva (pai), Ângela de Lima, Pedro da Silva

(filho) e Elisa. Também pontuamos do excerto a propaganda que Camilo fazia do livro que publicaria como uma continuação no ano seguinte. Além disso, Alberto nos informa que ele também estava na Terra para cumprir uma determinação vinda de cima. Confirmando que embora padre Dinis ocupe a posição mais elevada no martírio, há outros que também percorrem esse caminho. A diversidade dos penitentes também é um indício de que ela atinge pessoas de diferentes estratos sociais (como exemplo, citemos que Anacleto é uma peixeira, Alberto é um burguês e Sebastião de Melo é um aristocrata), além de não se conter nas fronteiras portuguesas, visto que Branca e Elisa são francesas. A soberania divina se apresenta como maior do que as questões terrenas, o que poderia ser um alento para o público leitor de Camilo que, como já expusemos, era conservador e não aceitava as mudanças trazidas pelos liberais, além de terem que lidar com a instabilidade política a que fizemos menção na parte introdutória desta dissertação.

A viagem marítima de Alberto e Eugénia é instável. Há momentos de agitação, intercalados com instantes de serenidade. O casal trata de assuntos felizes, mas sempre volta ao tema da morte. Eles prometem que se apenas um deles morresse, o outro se mataria para que estivessem juntos na eternidade. O cenário intermitente cede a uma tempestade intensa que destrói a embarcação. Alberto e Eugénia pulam ao mar. Quando chegam à praia, a senhora está morta. Ao vê-la, o capitalista se suicida. A notícia sai em um jornal inglês que Pedro lê. O rapaz não conseguira esquecer a duquesa de Cliton e havia ido até sua casa procurando por ela. Lá descobre que ela havia partido para a Inglaterra com o visconde de Armagnac em busca de sua vingança. Depois de dias tentando encontrá-la em Southampton é que o filho de Ângela de Lima se depara com a notícia do naufrágio no jornal. Coincidentemente, a francesa entra no quarto em que ele estava hospedado logo após a leitura e lhe diz: “A vingança de Deus antecipou-se à minha! Alberto de Magalhães não contará as minhas infâmias a outro homem! O benefício que ele vos fez, Sr. D. Pedro da Silva, pagai-lho com sufrágios por sua alma.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.879).

## 8. O desfecho dos protagonistas

Depois deste abalo, Pedro retorna a Portugal e se hospeda em uma pequena casa perto do antigo palacete de sua mãe. Ele despede o seu último criado e explica que o faz por estar pobre. Todo seu patrimônio acabara devido à morte de Alberto. Seu empregado diz que vira um anúncio de emprego para guarda-livros da casa do barão dos Reis. Pedro se sente ultrajado em ter que trabalhar. Acompanhemos o diálogo:

- Li ontem em uma gazeta um anúncio que dizia: “Precisa-se de um indivíduo que saiba falar inglês e francês, para segundo guarda-livros da casa comercial do barão dos Reis. Quem estiver nas condições de servir...”

- *De servir!.. eu não sirvo ninguém... Vai-te!*” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.882).

Apesar de sua inicial repulsa, Pedro se vê obrigado a tentar conseguir o emprego. Cabe aqui a lembrança de que o barão dos Reis é marido de Emília, filha de Anacleto. Após uma breve entrevista, ele é aceito para a vaga. Pedro diz que se chama Álvaro de Oliveira para não ter que contar sua verdadeira identidade. O narrador comenta o ocorrido: “Temos, portanto, o filho de D. Ângela de Lima segundo guarda-livros do Sr. Joaquim dos Reis, que Deus, no auge da sua cólera, fizera barão para vexame da fidalguia destes reinos.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.85). Em um dos jantares, o barão dos Reis menciona que recebera sua fortuna através da ajuda de seu sobrinho, Alberto de Magalhães. Ao ouvir esse nome, Pedro revela quem realmente era. A partir daí, as relações passam a ser mais íntimas e familiares na casa de Emília, já que ambos passam a ver Pedro como um filho.

O filho de Ângela de Lima não foi o único a procurar Elisa. Padre Dinis também vai ao palácio e não a encontra. Ele revela sua identidade ao amigo visconde de Armagnac que lhe informa que a duquesa havia se tornado uma irmã de caridade. O sacerdote vai até o hospital onde Elisa se ocupava de dar assistência às coléricas. Ela explica que ali estava porque procurava a morte e que a desgraça lhe acometera por não ter abraçado os conselhos do padre. Ao que ele responde: “Seria o mesmo, se os abraçásseis... O pregão de Deus condenara-vos ao sofrimento, à vergonha, e ao opróbrio...” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.900). Isto é, independentemente das ações humanas, a vontade divina se cumpriria.

Padre Dinis parte da França e vai a Portugal. Embora já esteja sem forças e sinta que sua morte se aproxima, ainda tem uma missão a cumprir. Essa tarefa envolvia sepulturas que estavam localizadas no convento dos ex-fracos dominicanos em Santarém. O barão dos Reis comprara o mosteiro e dá autorização para que o antigo duque de Cliton possa realizar suas escavações. É nesse lance que ele encontra Pedro. Ao se verem, ambos se emocionam e padre Dinis explica que sua vida estava chegando ao fim: “Vede-me morrer com alegria... Agradecei ao Senhor esta esmola, que lha peço há trinta anos... Eu vivi enquanto fui necessário... necessário!... a quê?... à minha expiação... [...] Agora... venham as misericórdias de Deus...” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.912).

Pouco depois, o estado de saúde do religioso piora muito e ele chama Pedro, o barão dos Reis e Emília para o assistirem no fim de sua vida. Elisa chega ao hospital no mesmo momento e ouve de padre Dinis que era sua filha. Com esta última tarefa completa, o penitente morre, deixando seu *Livro Negro* como herança para Pedro. Como já apontamos, esta pode ter sido uma tentativa de angariar interesse para uma publicação futura. Em seguida, Pedro viaja pelo mundo. Depois de dez anos, retorna a Portugal. Já Emília morrera e o barão dos Reis encontrava-se muito doente. O narrador mais uma vez utiliza o recurso das páginas textuais para dar voz direta ao rapaz: “Detestei a pátria. Em redor de mim, pareceu-me que os vivos insultavam os mortos, que eram na terra, onde nasci, as minhas relações únicas. [...] Vim aqui, porque, no momento em que me senti impelido para fora de Portugal, saía um navio para o Brasil.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.925).

A seção de conclusão do romance soluciona a questão levantada no início: por que a obra havia sido publicada? Vejamos a resposta de Pedro: “Elisa de Montfort viverá ainda? [...] Eu peço ao nobre cavalheiro, em cuja casa hei-de ser amortalhado, que dê ao mundo estas palavras, para que essa mulher não morra sem me ter dado a lágrima que lhe peço.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.926). Somos também informados do local e do dia da morte de seu protagonista: “Terminaram aqui os apontamentos do filho de Ângela de Lima, que morreu no *Botafogo*, subúrbios do Rio de Janeiro, em 28 de Outubro de 1851.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.926). O desejo de Pedro é satisfeito. Elisa vai até o Rio de Janeiro e descobre onde Pedro havia sido enterrado. A duquesa de Cliton chora sobre seu túmulo e morre pouco depois. O amigo de Pedro que supostamente enviava suas correspondências a Camilo arremeta a história informando que sepultou o corpo de Elisa ao lado do de Pedro: “Consegui que o seu cadáver fosse enterrado na sepultura imediata... O mundo ignora que estas duas sepulturas são o leito nupcial daqueles dois desgraçados.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.928).

## 9. Considerações Finais

No início de nosso texto, nos propusemos a responder dois questionamentos: primeiramente, buscar a razão pela qual os penitentes surgem como personagens principais nestas duas obras camilianas, para depois, oferecermos uma hipótese do que eles poderiam representar. Em relação à primeira demanda, expusemos que a escolha pelos penitentes como personagens centrais pode ter sido feita por uma questão comercial, conforme mostram os estudos do mercado editorial português daquele período. Camilo estaria ciente dos gostos de seu público e, diante de uma grande concorrência, selecionou um tema tradicional e popular, atingindo o objetivo de vender seus livros. O tema da penitência faz parte da doutrina católica e esteve presente desde a Idade Média como um procedimento que visava a purificação dos fiéis. Camilo utiliza este substrato para criar seus romances. Apesar desta ligação, a penitência nestas obras camilianas é peculiar no sentido que prescinde da presença de um sacerdote da igreja para oferecer os caminhos a serem realizados pelos personagens, sendo a orientação recebida diretamente da Providência Divina. Além disso, os penitentes de *Mistérios de Lisboa* e *Livro Negro de Padre Dinis* são personagens específicos, considerados superiores aos demais seres humanos; ao passo que a penitência ‘tradicional’ da tradição católica é ofertada a todos os fiéis. Ademais, a penitência surge nestes romances como uma sentença inexorável e que só termina quando Deus determina que os penitentes morram.

Para respondermos à segunda questão, apresentamos mais um dado da caracterização dos penitentes camilianos em questão. A penitência se dá através do cometimento de um crime hediondo e sua posterior remissão. Ela também poderia estar relacionada à herança vinda de ancestrais. Anacleto e padre Dinis são exemplos da primeira concepção. Já Ângela de Lima e seu filho se enquadram na segunda. Sendo os penitentes uma alegoria de Portugal, o país precisaria penar pelo que fez em um passado recente. Assim como padre Dinis penou por ter assassinado sua esposa e como Anacleto penou por ter envenenado seu companheiro e ter tentado prostituir sua própria filha. Portugal também poderia ter que pagar por feitos de um tempo mais distante. Assim como Pedro da Silva e Ângela de Lima não cometem crimes hediondos, mas recebem a penitência hereditariamente, uma parcela do Portugal do século XIX, ainda que não ativamente envolvida nas atrocidades perpetradas pelo Império Português pelo mundo, descende dos que as realizaram, sendo assim, nesta chave de leitura, passíveis de punição divina. Hipótese corroborada na passagem em que padre Dinis fala que os avós de Pedro da Silva exploraram os povos conquistados

e desperdiçaram o que tomaram injustamente deles. A admoestação do sacerdote ao seu pupilo invoca uma temática que será discutida por Antero de Quental anos depois. Uma vez que o autor de *Odes Modernas* criticará a violência e o abuso da colonização portuguesa, nomeando-os de ‘pecados históricos’.

Inseridos em contextos de ruptura e instabilidade (a dissolução do Antigo Regime), os penitentes se veem diante de situações desesperadoras como guerras, revoluções, invasões, epidemias e o fim das instituições centenárias a que estavam habituados. Nos atentando ao enredo dos romances, pontuamos que a família de Frei Baltasar da Encarnação é perseguida pelo Marquês de Pombal, Sebastião de Melo sobrevive, mas uma parte considerável de seu entorno é assassinada na França pós-revolucionária, Anacleto tem sua ascensão e queda durante as Guerras Peninsulares, Pedro da Silva é um adolescente quando ocorre a Guerra Civil Portuguesa, Ângela de Lima morre em uma epidemia de cólera (que inclusive foi trágica para o autor das obras), dentre outros acontecimentos funestos. Essas situações foram também vividas pelo público leitor e seriam, na lógica interna estabelecida nos romances, determinadas por Deus. Sendo assim, o sofrimento da nação portuguesa estaria submetido à Providência Divina. Da mesma forma que para os penitentes dos romances *Mistérios de Lisboa* e *Livro Negro de Padre Dinis*, o alento para este cenário caótico viria do céu, através da remissão dos pecados. Nesta chave de leitura, a duração do suplício e os rumos futuros da nação portuguesa estariam igualmente nas mãos divinas. Essa crença de que o destino do reino estaria submetido aos desígnios dos céus encontra eco na cultura portuguesa ao menos desde os tempos de Bandarra e serviria de alento aos leitores do período que se viam diante de uma nova realidade que desconheciam e temiam. Isto é, a lógica interna dos romances parece indicar que as situações caóticas vividas pelos portugueses naquele período teria sido uma punição dos céus que deveria ser aceita. O sofrimento passa a ter algum significado, e não apenas qualquer significado, mas sim um intuito sagrado. Além disso, a nação não estaria desamparada, dado que Deus estaria observando tudo que se passa e impondo sua vontade. Neste sentido, qualquer cenário, por pior que pudesse ser, seria um desígnio divino. Enxergar a realidade através desta ótica, ofereceria um alento ao público leitor. Uma possível paz de espírito viria da certeza íntima de que fossem quais fossem os futuros rumos da nação portuguesa, “Deus tinha disposto.” (CASTELO BRANCO, 1982, ML, p.675).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BESSELAAR, José Van Den. **O Sebastianismo - História Sumária**. 1ª ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa - Ministério da Educação, 1987.

CAMILO, Vagner. Fundamentos estéticos, históricos e sociais do romantismo (II). In: **Construindo sempre: aperfeiçoamento de professores - PEB II: língua portuguesa [ S.l: s.n.],** 2003.

CARDOSO, Patrícia da Silva. Une “âme de tigre” dans Mistérios de Lisboa. In: SIMON, Maria Cristina Pais. **Hors série n°5. Marginalités au féminin dans le monde lusophone**. Paris, Presses Sorbonne Nouvelle, 2019, p. 129-136.

CASTRO, Alberto Osório de. A “Missão Abreviada” do Padre Manuel Couto. 158 p. 2001.

Dissertação (Licenciatura em Teologia) – Universidade Católica Portuguesa. – Porto, 2001.

Disponível

em:<

[https://www.academia.edu/45058455/A\\_Miss%C3%A3o\\_Abreviada\\_do\\_Padre\\_Manuel\\_Couto](https://www.academia.edu/45058455/A_Miss%C3%A3o_Abreviada_do_Padre_Manuel_Couto)>

CASTELO BRANCO, Camilo. **Obras Completas de Camilo Castelo Branco - Volume I**. 1ª ed. Porto: Lello e irmão, 1982.

CASTELO BRANCO, Camilo. **Amor de Perdição**. 1ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2020.

CASTELO BRANCO, Camilo. **A brasileira de Prazins : cenas do Minho**. 2ª ed. Lisboa [Portugal] : Ulisseia, [1984]. (Biblioteca Ulisseia de autores portugueses).

COELHO, A. do Prado. **Espiritualidade e Arte de Camilo: Estudo Crítico**. 2ª ed. Porto: Livraria Simões Lopes, 1950.

COELHO, Jacinto do Prado. **Introdução ao Estudo da Novela Camiliana**. 3ª ed. Lisboa: Imprensa-Nacional Casa da Moeda, 2001.

COUTO, Manuel José Gonçalves. **Missão Abreviada para despertar os descuidados, converter os pecadores e sustentar o fruto das missões.** 6ª ed. Porto: Typographia de Sebastião José Pereira, 1868.

FERREIRA, Diogo; DIAS, Paulo. **História de Portugal.** 1ª edição. Lisboa: Verso da Kapa, 2016.

FERREIRA, Fátima Sá e Melo. Uma devoção do Miguelismo: Nossa Senhora da Rocha de Carnaxide. In: PROTÁSIO, Daniel Estudante (Org). **Historiografia, Cultura e Política na Época do Visconde de Santarém (1791-1856).** 1ª edição. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2019. p 139-153.

FIORIN, José Luiz. **Introdução à Linguística.** 6ª edição. São Paulo: Contexto, 2014.

FRANÇA, José-Augusto. **O Romantismo em Portugal - Estudos de factos socioculturais.** 2ª. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1993.

FREITAS, Luiz Eduardo. A Providência como formadora e mantenedora do Estado. In: Ana Maria Leal Cardoso; Elane da Silva Plácido; Luciana Novais Maciel. (Org.). **Imaginários Literários: do regional ao histórico.** 1ed.Aracaju - SE: Criação, 2021, v. , p. 73-87.

FREITAS, Luiz Eduardo. Camilo Castelo Branco no século XXI. In: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. (Org.). **Linguística, Letras e Artes e sua Atuação Multidisciplinar 2.** 1ed.Ponta Grossa - Paraná: Atena, 2020, v. 1, p. 198-207.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 52ª.ed. rev. Rio de Janeiro: Global, 2003.

GARRETT, Almeida. **Frei Luís de Sousa.** [S.I.: s.n.] Edições Vercial, 2012.

GUIMARÃES, Bernardo. **O Ermitão do Muquém.** Rio De Janeiro: B. L. Garnier, 1875. (A grafia foi atualizada).

GUINSBURG, Jacob. **O Romantismo.** 4ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2008.

LÍVIO, Tito. **História de Roma - Volume primeiro.** Tradução de Paulo Matos Peixoto. 1ª ed. São Paulo: Editora Paumape, 1989.

LOURENÇO, Eduardo. **Mitologia da saudade: seguido de Portugal como destino.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LOURENÇO, Eduardo. **O Labirinto da saudade - Psicanálise Mítica do destino português.** 6ª ed. Lisboa: Editora Gradiva, 2009.

MARQUES, A. H. de Oliveira. **História de Portugal – volume I.** 7ª ed. Lisboa: Palas editores, 1977a.

MARQUES, A. H. de Oliveira. **História de Portugal – volume II.** 1ª ed. Lisboa: Palas editores, 1977b.

MARQUES, A. H. de Oliveira. **Nova História de Portugal - Portugal e a Instauração do Liberalismo.** 1ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 2002.

MORETTI, Franco. **Atlas do Romance Europeu.** 1ª ed São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

NOBRE, Edianne dos Santos; ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira. **A Missão Abreviada: Práticas e lugares do bem-morrer na literatura espiritual portuguesa da segunda metade do século XIX.** Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano IV, n. 10, Maio 2011. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30385/15965>>

OLIVEIRA FILHO, Roberto Viana de. **A Missão Abreviada do Padre Couto (1859) nas tramas do Juazeiro encantado. Em Perspectiva** – Revista do PPGH/ UFC, Fortaleza, v.5, n.1, p. 326 – 345. Disponível em: <<http://periodicos.ufc.br/emperspectiva/article/view/41903>>

OLIVEIRA, Paulo Motta. **Cartografia de muitos embates: a ascensão do romance em Portugal.** FLOEMA (UESB), v. VII/9, p. 249-282, 2011.

OLIVEIRA, Paulo Motta. Um Camilo Metafísico: *O Penitente* de Teixeira de Pascoaes. In: **Filosofia e Poesia: Congresso Internacional de Língua Portuguesa.** Organização: NATÁRIO, Celeste; JÚDICE, Nuno; MOTTA, Paulo; EPIFÂNIO, Renato. 1ª edição. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2016.

OLIVEIRA, Paulo Motta. **O romance histórico de Camilo Castelo Branco: O Senhor do Paço de Niães e outros escritos**. Organização: PAVANELO, Luciene Marie; OLIVEIRA, Paulo Motta. 1ª edição. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

PASCOAES, Teixeira de. **O Penitente**. 2ª ed. Lisboa: Assírio e Alvim, 2002.

PESSANHA, Camilo. **Clepsidra**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2014.

QUEIROZ, Eça de. **O Primo Basílio**. 2ª edição revista. Porto: Livraria Internacional, 1878. (A grafia foi atualizada).

QUENTAL, Antero. **Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos**. 1ª edição. Projecto Adamastor, 2015.

RAMOS, Rui. **História de Portugal**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

REIS, Carlos; PIRES, Maria da Natividade. Camilo Castelo Branco e o Romantismo Português. In: REIS, Carlos & PIRES, Maria da Natividade. **História Crítica da Literatura Portuguesa – Volume V – O Romantismo**. Lisboa: Editorial VERBO, 1993.

RIBEIRO, Ana Sofia. Convívios difíceis – sociabilidade violenta no seio familiar numa sociedade ibérica de Antigo Regime (Porto, segunda metade século XVIII). In: Contreras Contreras, J.(Ed.). Sánchez Ibáñez, R.(Comp.). (2011). **Familias, poderes, instituciones y conflictos**. Ediciones de la Universidad de Murcia. 1ª ed. Editum.

RODRIGUES, António Simões. **História de Portugal em datas**. 4ª ed. Lisboa: Temas e Debates, 2007.

SOBREIRA, Luís. Uma imagem do campo literário português no período romântico através dos *best-sellers* produzidos entre 1840 e 1860. In: **IV Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada, Évora**. Atas. Évora: Universidade de Évora, 2001, p. 1-16.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Literatura Brasileira**. 7ª. ed. atualizada. São Paulo: Difel, 1982. (A grafia foi atualizada).

TEODORO, Leandro Alves. O revigorar do sacramento da Penitência em Portugal. In: **Topoi: Revista de História**. Rio de Janeiro, v. 17, nº 32, p. 50-65, jan./jun. 2016.

TORGAL, Luís Filipe. 1808-1890. In: RODRIGUES, António Simões. **História de Portugal em datas**. 4ª ed. Lisboa: Temas e Debates, 2007. p. 194-231.

VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. **Dez lições sobre o romance inglês do século XVIII**. 1.ª ed. São Paulo: Boitempo, 2002. v. 1. 165p.

VIEIRA, Padre Antônio. **Sermoens do P. Antonio Vieira (Volume 11) [...] da Companhia de Jesu, Prègador de Sua Magestade. Undecima Parte, offerecida à Serenissima Rainha da Grã Bretanha**. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes. 1696. (A grafia foi atualizada).